



revista vernáculo

nº. 36, 2º sem./ 2015

MONDAY



TUESDAY



WEDNESDAY



THURSDAY



FRIDAY



MISINFORMATION

MISDE

MISDIAGNOSE

MISFUNCTION

MISTRANScribe

MISREMEMBER

MISGAUGE

MISCONSTRUE

Revista Vernáculo

Número 36, 2º sem/2015

Dossiê Gênero e Trabalho: desigualdades reconfiguradas

Organizadora

Thays Almeida Monticelli

Edição do Número

Hilton Costa

Capa

Ana Paula Bellenzier

Crédito da imagem

The Gap - fotografia de Georgie Pauwels

<http://www.fastcompany.com/3030144/bottom-line/gender-inequality-isnt-just-about-pay-why-female-entrepreneurs-need-greater-acce>

Five Day Forecast de Lorna Simpson

(imagem da montagem da obra no Salon 94 de Nova York -
cortesia para Tate Collection)

<http://www.tate.org.uk/art/artworks/simpson-five-day-forecast-t13335>

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernacu>

Corpo Editorial

Alysson de Avila Costa, Bruna Boni Hess, Francielle de Souza, Frederico Custodio Pinheiro da Silva, Hilton Costa, Larissa Urquiza Perez de Morais, Leonardo Brandão Barleta, Monah Nascimento Pereira

Conselho Consultivo

Allan de Paula Oliveira
(UNIOESTE-PR)

Andréa Carla Doré
(UFPR)

André Akamine Ribas
(UFPR)

André Luiz Cavazzani
(UFPR)

Artur Henrique Franco Barcelos
(FURG)

Benito Bisso Schmidt
(UFRGS)

Bruno de Macedo Zorek
(UNICAMP-SP)

Camila Jansen de Mello de
Santana
(UEPG-PR)

Carlos Eduardo Suprinyak
(UFMG)

Caue Kruger
(PUC-PR)

Diogo da Silva Roiz
(UEMS)

Elaine Cristina Senko
(UFPR)

Erivan Cassiano Karvat
(UEPG-PR)

Fernando Felizardo Nicolazzi
(UFRGS)

Fagner Carniel
(UEM-PR)

Gabriel Santos Berute
(UNISINOS)

Jonas Wilson Pegoraro
(UNICURITIBA)

Lennita Oliveira Ruggi
(UFPR)

Lise Fernanda Sedrez
(UFRJ)

Lorena Avellar de Muniagurria
(USP)

Lúcio Souza Lobo
(UFPR)

Marcelo Fronza
(UFMT)

Márcio Antonio Both da Silva
(UNIOESTE-PR)

Marcos Luís Ehrhardt
(UNIOESTE-PR)

Martha Daisson Hameister
(UFPR)

Milton Stanczyk Filho
(UNIOESTE-PR)

Roberto Guedes Ferreira
(UFRRJ)

Rodrigo Turin
(UNIRIO-RJ)

Tiago Luis Gil
(UnB)

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Sumário

Dossiê: Gênero e Trabalho: desigualdades reconfiguradas

Apresentação dossiê: Gênero e Trabalho: desigualdades reconfiguradas

Thays Almeida Monticelli 7

A inserção feminina na política: uma análise da primeira edição do “Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”

Aline Isabel Waszak12

Configuração de Monteiro Lobato na crítica à Anita Malfatti (1930)

Paula Marinelli Martins31

Sindicalismo e Gênero no Brasil: a dinâmica recente

Sandro Pereira Silva

André Gambier Campos..... 47

Transformações no mundo do trabalho: o perfil do emprego doméstico nos anos 90 e 2000

Juliane da Costa Furno

Natasha da Silva Pergher 84

As trabalhadoras da limpeza de uma instituição pública de ensino superior: gênero, terceirização e precarização

Gabriella Ane Dresch

Lincoln Renato Vieira Zanardine

Stéphanie Faux..... 106

As mulheres na construção civil: algumas notas a partir de um trabalho de campo

Daniela Romcy

Jurema G. Brites137

Alguns apontamentos sobre as mudanças nas relações de Gênero no meio pentecostal

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa*165

Gênero e Sexualidades nas aulas de Sociologia: um olhar sobre a percepção discente

Stephanie Natalie Burille196

Artigos

Repercussões contemporâneas da Teoria Crítica: o debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth sobre redistribuição e reconhecimento

Ana Crhistina Vanali 226

Educação: inclusão ou exclusão?

Vânia de Menezes..... 274

Dossiê

**Dossiê: Gênero e Trabalho:
desigualdades reconfiguradas**

Apresentação dossiê: Gênero e Trabalho: desigualdades reconfiguradas

Thays Almeida Monticelli¹

Podemos dizer que o mundo do trabalho foi – e ainda é – uma das áreas mais enfaticamente analisadas pelas Ciências Humanas no Brasil. Compreender suas dimensões, configurações, reconfigurações, processos e dinâmicas em contextos onde a exploração e dominação estavam sempre materialmente presentes foram os desafios de muitos pesquisadores e pesquisadoras no país. De fato, as relações trabalhistas envolvem aspectos econômicos, sociais, políticos que mobilizam uma gama de sujeitos com diversos interesses em nossa sociedade, sendo assim uma das grandes chaves para entender e abranger as nossas percepções sobre os movimentos sociais que se formam.

O Dossiê “Gênero e Trabalho: Desigualdades Reconfiguradas” vêm justamente reafirmando uma tradição de estudos e pesquisas, que tem como principal foco apontar e analisar os espaços onde os processos de igualdade são invisíveis ou até mesmo inexistentes. Se por um lado podemos ver verdadeiros avanços nos diálogos e na legislação trabalhista para muitos trabalhadores e trabalhadoras, por outro ainda

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Paraná - UFPR. Mestre em Sociologia também pela Universidade Federal do Paraná. É formada em licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais - área Antropologia - pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

percebe-se uma contínua exploração centrada na interseccionalidade de gênero, raça e classe. Essa realidade pode ser visualizada ao nos depararmos com o resultado da pesquisa realizada pela consultoria “Ernest&Young” (EY) esse ano, apontando que se o mundo do trabalho continuar mantendo as mesmas tendências corporativas as mulheres levarão oitenta anos para ocupar cargos de chefia em grandes empresas. A diferença em posições trabalhistas não é a única, os homens ainda ganham 30% a mais que as mulheres ocupando os mesmos cargos trabalhistas e as mulheres negras ganham 25% menos que as mulheres brancas no Brasil, de acordo com a pesquisa divulgada em 2015 pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Assim seguimos compreendo que as desigualdades perpetuadas no mundo trabalho e as suas dificuldades de superação ainda são muito legítimas na sociedade brasileira, exigindo novas possibilidades interpretativas e analíticas. Nessas novas pesquisas surge também a necessidade de evidenciar os processos políticos de emancipação, a formação de novos movimentos sociais e uma percepção crítica dos reais avanços conquistados. O leitor que se deparar com o Dossiê, terá em mãos todas essas questões abordadas nos oito artigos publicados.

O primeiro deles “A Inserção Feminina na Política: Uma Análise da Primeira Edição do “Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino” de autoria de **Aline Isabel Waszak**, traz o esforço e as estratégias políticas e literárias de mulheres que se empenhavam pelo sufrágio feminino no Brasil, as suas ideologias e a crítica

direcionada ao papel que a mulher desempenhava na política no contexto do início do século XX.

O segundo artigo intitulado “Configuração de Monteiro Lobato na Crítica à Anita Malfatti (1930)”, de autoria de **Paula Marinelli Martins** nos traz justamente a dimensão dos choques e embates políticos no mundo da arte, que não deixa de fazer parte e refletir diretamente no mundo do trabalho. Para, além disso, seu artigo traz o contexto da construção intelectual política brasileira e as consequências que essas ideologias trouxeram na obra e na vida de Malfatti. A crítica de Monteiro Lobato não só dificultou a sua posição dentro das artes no país, como representava um pensamento retrogrado sobre diversas posições sociais do período.

Saindo do contexto histórico do início do século XX e de posições de mulheres no mundo das artes, da política e do início de uma construção reivindicatórias por direitos, entramos nos artigos que trazem questões relacionadas às desigualdades de gênero perpetuadas no mundo do trabalho de um Brasil mais contemporâneo.

O artigo de **Sandro Pereira Silva** e **André Gambier Campos** “Sindicalismo e Gênero no Brasil: A Dinâmica Recente” já nos aponta as complexas relações entre o mundo do trabalho, sindicalismo e gênero. O artigo analisa o crescimento expressivo de mulheres que se sindicalizaram na década 2000, mas contrapõe esse número ao encontrar grandes dificuldades de adesão de suas pautas no meio

sindical, que de acordo com os autores, reflete as dificuldades das mulheres no mundo do trabalho.

Já o quarto artigo “Transformações no mundo do trabalho: O Perfil do Emprego Doméstico nos anos 90 e 2000” de **Juliane da Costa Furno** e **Natasha da Silva Pergher**, faz uma análise comparativa entre os anos do governo Fernando Henrique Cardoso e Lula sobre os avanços e retrocessos para as trabalhadoras domésticas no Brasil, compreendo a desigualdade estrutural que essa profissão sustenta e os processos de emancipação política.

O artigo de autoria de **Gabriella Ane Dresch**, **Lincoln Renato Vieira Zanardine** e **Stéphanie Faux** traz uma bela contribuição ao analisar as trabalhadoras de limpeza de uma Universidade Pública no Brasil, destacando não só as desigualdades de gênero e classe, mas também a dupla jornada de trabalho que essas mulheres enfrentam cotidianamente e o estigma social que muitas sofrem por estar nessa posição trabalhista. Além disso, questiona como a terceirização são tratados com rigor pelos autores.

A etnografia desenvolvida no artigo “As Mulheres na Construção Civil: Algumas Notas a Partir de um Trabalho de Campo” de **Daniela Romcy** e **Jurema Brites** nos apontam com detalhes as dinâmicas e os processos de desigualdades vividos cotidianamente por mulheres em um canteiro de obras, suas dificuldades de serem ouvidas e suas ordens devidamente legitimadas, além das complexas redes que envolvem o mundo público e familiar para as engenheiras.

O sétimo artigo “Alguns Apontamentos sobre as Mudanças nas Relações de Gênero no Meio Pentecostal” de **Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa**, nos traz uma análise das mudanças em relação a rituais, teologias, costumes que as Assembléias de Deus vem estabelecendo em seus cultos e dinâmicas religiosas, principalmente em relação às mulheres.

E o último artigo do Dossiê, de “Gênero e Sexualidade nas Aulas de Sociologia: Um Olhar sobre a Percepção Discente” de **Stephanie Natalie Burille** nos apresenta uma realidade educacional que não desenvolve um potencial crítico sobre as questões de gênero em Cuiabá. Sua análise traça a importância da inserção desse tema nas aulas de sociologia, por uma educação não sexista que traz como consequência a reprodução das desigualdades no mundo do trabalho.

O Dossiê aberto pela Revista Vernáculo nos possibilita compreender o Brasil e o mundo do trabalho por meio de perspectivas históricas, dados estatísticos, etnografias, entrevistas, análises do meio político, religioso e educacional. Essas inúmeras interpretações nos abrem cada vez mais espaço para perceber as configurações e reconfigurações das desigualdades de gênero nas relações de trabalho, mas para além disso, nos inspira em construir bases para sanar essas desigualdades e nos remetem a realidades, narrativas e histórias de lutas que nos guiam para novas perspectivas empíricas e analíticas.

A inserção feminina na política: uma análise da primeira edição do “Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”

Aline Isabel Waszak¹

Resumo: Este artigo visa discutir a inclusão da mulher na política no contexto do Brasil republicano. Para isso, utilizarei o Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino², analisando o ponto de vista defendido por este grupo político, a classe a qual pertenciam, bem como os seus meios de inserção na política brasileira. A fonte data do ano de 1934 e foi o meio de divulgação dos ideais defendidos pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Criado no ano de 1922, uma de suas principais lutas foi o direito do voto e da emancipação feminina, teve como líder a sufragista Bertha Lutz.

Palavras-chave: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Brasil República, Sufrágio Feminino, Feminismo, Bertha Lutz.

Abstract: This article aims to explore the inclusion of women in politics in the context of Brazilian Republican. For this, I will use the Bulletin of the Brazilian Federation for the Advancement of Women, analyzing the view expressed by this political group, the class which they belonged, as well as their means of insertion in Brazilian politics. The historical source is from 1934 and it was the vehicle of

¹ Graduanda em andamento em História da Universidade Federal do Paraná.

² Fonte encontrada no site **Museu Virtual Bertha Lutz**. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/> Acesso em: Maio de 2013.

dissemination of the ideals espoused by the Brazilian Federation for the Advancement of Women. Founded in 1922, one of its main struggles was the women's suffrage and women's emancipation, their leader was the suffragist Bertha Lutz.

Keywords: Brazilian Federation for the Advancement of Women, Brazilian Republican, Women's Suffrage, Feminism, Bertha Lutz.

Este trabalho tem o objetivo de analisar o primeiro exemplar do *Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*³, publicado no Rio de Janeiro e datado do mês de outubro de 1934. A fonte nos permite observar as ações deste grupo social, os ideais que defendiam bem como os meios que buscaram para inserir-se na política brasileira. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino esteve em atividade desde o ano de 1922, e já havia conquistado o voto feminino em 1932, dois anos antes da publicação de seu primeiro Boletim.

Uma das principais reivindicações do movimento foi, justamente, o sufrágio universal feminino, notamos através da leitura do Boletim que, mesmo com a realização do voto da mulher, as integrantes da Federação pelo Progresso Feminino⁴ continuaram a lutar por maiores benefícios para a mulher brasileira. A fonte em análise nos dá a oportunidade de observar algumas das conquistas já efetivadas pela

³ O Boletim analisado foi retirado deste endereço: <http://lhs.unb.br/bertha> Acessado em: julho de 2013.

⁴ Doravante me reportarei a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino como Federação ou FBPF.

Federação e como tais conquistas são encaradas pelo grupo, bem como observar o desenvolvimento da imprensa feminina. Seguiremos para a análise efetiva da fonte, onde podemos observar tais processos com um maior detalhamento, problematizando como as crescentes modificações do status da mulher, no início do século XX, aparecem na fonte estudada e o modo que tal grupo buscava se inserir na política brasileira.

O primeiro Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

A publicação dos Boletins da FBPF ocorria mensalmente e teve seu primeiro exemplar em circulação no ano de 1934, no mês de Outubro. O Boletim era escrito para que as atividades da Federação fossem repassadas à população, sendo uma forma de propaganda para a causa do movimento social, ou seja, além da função informativa, o Boletim era também um meio utilizado para a propagação dos ideais feministas defendidos pelo grupo. Era publicado pelo Órgão Oficial[sic] da Opinião Feminina Organizada e continha textos escritos por várias participantes da Federação.

A primeira edição é composta por oito páginas, logo na primeira página, encontramos a manchete “Às Urnas Cidadãs”, direcionada ao público feminino. O Boletim possui linguagem rápida e acessível, apesar de conter uma coluna na língua inglesa, que

provavelmente não poderia ser lida por qualquer pessoa, visto que parte da população sequer tinha acesso à alfabetização na língua portuguesa. Esta primeira parte do boletim se trata, à primeira instância, de uma comemoração em relação à conquista do voto feminino e sua importância, já que “a mulher representa metade da população, tanto quanto o homem faz jus á representação de que a Constituição lhe assegurou o exercício”⁵. Também menciona que o Brasil foi o primeiro país a outorgar o direito de voto à mulher no continente sul-americano. Além de informar às mulheres a importância de sua participação nas eleições que ocorreriam em Outubro, há também a propaganda de duas representantes femininas que se candidataram a cargos políticos: em primeiro plano aparece a Dra. Bertha Lutz, considerada líder da campanha feminista e candidata à deputação federal e em segundo, Stella Guerra Durval, candidata à Intendente Municipal.

A segunda página possui uma coluna intitulada “Nosso Boletim”, escrita por Maria Eugenia Celso que explicita o objetivo da publicação de tal veículo, nas palavras dela o Boletim “tem como fim reunir e conçagrar[sic] em torno da ideia feminista todos os esforços dispersos, constituindo dest’arte(sic) uma espécie de centro irradiador”⁶. Maria Eugenia Celso também menciona que as publicações são feitas com o apoio das filiais de cada Estado e que o conteúdo escrito é

⁵ Museu Bertha Lutz. **Boletim da Federação pelo Progresso Feminino: Outubro de 1934**. Publicado no sítio em 7 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/?p=719> Acesso em: julho de 2013, p.1.

⁶ Idem, p.2.

substanciado pelo chamado “Decálogo Feminista” que se tratam de dez normas que devem ser seguidas a fim de obter a união das mulheres em favor da causa feminista.

As páginas seguintes da publicação referem-se à 2ª Convenção Nacional Feminista que ocorreu na Bahia em 1931. Existe uma página que descreve todas as representantes de cada filial da Federação; estiveram presentes na Convenção membros das regiões da Bahia, Alagoas, Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, e do Rio Grande do Sul. A Convenção teve como membros de honra o Presidente Getúlio Vargas, o Ministro das Relações Exteriores, o Interventor Federal, entre vários outros membros da política brasileira. Era formado por várias Comissões Executivas, dentre elas a Comissão de Previdência Social e a Comissão Educação Cívica e Ação Política. O Boletim apresenta as conclusões e resoluções que foram votadas durante a 2ª Convenção, mostrando uma listagem que mostra todas as propostas de alteração de leis que foram sugeridas durante a realização do evento.

Na parte final da publicação, encontramos um artigo que faz um relato das resoluções ocorridas na Convenção Brasileira e parabeniza as conquistas das feministas brasileiras; esta coluna é apresentada escrita na língua inglesa, isto nos dá a entender que a Federação tinha um reconhecimento internacional de seus feitos. A última coluna presente nesta primeira edição do Boletim FPPF é um

relato das medidas que entraram na Constituinte brasileira devido aos esforços de Bertha Lutz.

Um breve histórico da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

Antes de se tornar efetivamente a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, existiu a *Liga para Emancipação Feminina*, que foi fundada por Bertha Lutz em 1919; após regressar de seus estudos foras do país e ter mantido relações com sufragistas na Europa e nos Estados Unidos. Lutz volta ao Brasil com o objetivo de conscientizar as mulheres brasileiras sobre a importância da sua participação na política.⁷ Segundo Bonato⁸, posteriormente, devido à grande adesão feminina de outros Estados brasileiros e depois da participação de Bertha Lutz na Conferência Pan-Americana de mulheres, ocorrida nos Estados Unidos, a Federação para o Progresso Feminino foi criada em 19 de agosto de 1922, tendo a sede principal no Rio de Janeiro.

O grupo não tinha relações com nenhum partido político ou era ligado a algum outro movimento social. Podemos afirmar que, de forma

⁷ MOURELLE, Rodrigo et al. **A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o governo de Getúlio Vargas na década de 1930: estratégias e paradoxos do movimento feminista no Brasil.** Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. UFSC, 4 a 7 de maio de 2009, p.2. Disponível em: http://www.coloquioconesul.ufsc.br/rodrigo_cavaliere.pdf Acesso em: julho de 2013.

⁸ BONATO, Náilda Marinho da Costa. **O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres.** In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v.18, nº 1-2, jan./dez. 2005, p.135.

predominante, as mulheres que fizeram parte da Federação eram pertencentes à classe burguesa e foram elas que encabeçaram o movimento em seus primeiros anos. Segundo os estudos de June Hahner: “das 170 mulheres que se juntaram à FBPF em 1922, o ano de sua fundação, 121, ou 71%, declararam uma profissão”⁹. Exerceram funções na Federação mulheres profissionais nas áreas de advocacia, farmácia, professoras e funcionárias públicas, mas a maioria era de encadernadoras.

Associada à Aliança Internacional pelo Voto Feminino, a Federação mantinha relações com outras sufragistas, em especial as do continente americano, tendo destaque à participação de Carrie Chapman Catt, que foi líder do movimento norte-americano.¹⁰ A Federação, encabeçada por sua presidente Bertha Lutz, tinha como uma de suas metas “promover a educação e profissionalização das mulheres”¹¹, pois Bertha Lutz entendia que a compreensão da população feminina quanto ao valor de sua participação na política só seria efetiva se as mulheres recebessem a educação adequada. Uma das primeiras conquistas da Federação, logo no ano de 1922, foi a permissão para que moças pudessem estudar no Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro¹².

⁹ HAHNER, June E. **A Mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.110.

¹⁰ Idem, p.106.

¹¹ SOUSA, Lia G.; SOMBRIO, Mariana; LOPES, Maria. **Para ler Bertha Lutz**. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, janeiro-junho de 2005, p. 315.

¹² HAHNER, June. *Op cit*, p.122.

A principal campanha e o maior esforço de luta da FBPM foi a sua persistência em relação à questão do voto feminino. Durante toda a década de 20, a Federação e suas líderes sufragistas lutaram a fim de conquistar o voto, para isto buscaram aproximação com líderes políticos e utilizaram-se da publicidade, como podemos notar pela fonte analisada. Com o argumento de que o Brasil “deveria seguir a liderança de outras “nações civilizadas” que tivessem oferecido às mulheres “igualdade de direitos””¹³, as sufragistas buscavam aproximação com a Assembleia e participavam de reuniões do Congresso. Em 1927 foi apresentado um projeto de lei, acompanhado por uma petição com a assinatura de duas mil mulheres, que exigia a aprovação da lei que estendia o voto às mulheres. Sem obter sucesso nesta tentativa, a causa defendida pela Federação ganhou força e a campanha publicitária foi intensificada. Apesar da insistência do grupo em mudar a legislação, as líderes do movimento sufragista no Brasil “não expressaram desejo significativo por uma reestruturação radical do sistema político da nação, muito menos de sua sociedade”¹⁴.

Foi só após a mudança na legislação do Rio Grande do Norte, feita pelo político defensor do sufrágio feminino, Juvenal Lamartine Faria, que concedeu o voto às mulheres, o movimento aumentou ainda mais a sua força. Depois de muito esforço, no final de Agosto de 1931, o governo realizou um código eleitoral provisório que dava o direito de

¹³ Idem, p. 113.

¹⁴ Idem, p. 114.

voto ao público feminino. Inicialmente, o projeto foi criticado, já que dava direito de voto às mulheres somente com a permissão de seu marido e para determinados grupos de mulheres. Após o contato direto do grupo sufragista com o Presidente da República, Getúlio Vargas, o voto feminino se tornou, finalmente, realidade através do novo código decretado em 24 de fevereiro de 1932 que “dava o direito de voto às mulheres sob as mesmas condições que aos homens”¹⁵.

O contexto Histórico do período de publicação do *Boletim* da FBPF

O período que abrange os fins do século XIX até meados do século XX, trata-se de um contexto onde ocorreram profundas mudanças que desestabilizaram a sociedade e a cultura tradicional. Para Sevcenko, no início do período republicano, indivíduos passam a lutar por meios de inserção social, buscando “sentidos de pertencimento à coletividade e de autonomia individual”¹⁶. No início do século XX, em especial na Era Vargas, temos o advento do movimento modernista no Brasil, que passa a “denunciar com maior ênfase os conhecimentos considerados atrasados”¹⁷. Podemos inserir aqui, a luta da Federação, já

¹⁵ Idem, p. 120.

¹⁶ SEVCENKO, Nicolau. “Introdução: O Prelúdio Republicano, astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso”. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Vol.3, p.10.

¹⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Sinais de modernidade na era Vargas**: vida literária, cinema e rádio. IN: FERREIRA, Jorge; Lucília de A. N. DELGADO (Orgs.). O Brasil

que o movimento sufragista foi, inicialmente, uma bandeira levantada pela classe burguesa que tinha em mente que tal processo demonstrava sinais de modernidade e progresso para o país¹⁸.

Bonato e Costa Coelho definem o período como um “caldo ideológico”¹⁹, formado por diversos pensamentos e movimentos que ora se chocam ora se atraem. Juntamente com a ideia de progresso, nota-se a importância da educação para construir novos princípios na sociedade brasileira, “buscando a manutenção da ordem vigente”²⁰. Tal preocupação com a educação brasileira pode também ser notada pelo movimento feminista da época, como já elucidamos acima.

Durante os séculos XVIII e XIX ocorria a definição dos espaços de acordo com o gênero: a esfera pública deveria ser destinada aos homens, enquanto a esfera doméstica era destinada ao ambiente privado e doméstico, devido as suas “habilidades naturais” direcionadas à maternidade. Com o processo de modernização e urbanização no século XX, este quadro passa a sofrer mudanças que afetam a vida

republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.324.

¹⁸ GOLDENBERG, Mirian; TOSCANO, Moema. **A Revolução das Mulheres:** um balanço do Feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Renavan, 1992, p.25.

¹⁹ BONATO, Náilda Marinho da Costa; COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. **Concepções de educação Integral na década de 30:** as Teses do II Congresso Internacional Feminista. Goiás: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006 p.1. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Nailda%20Marinho%20da%20Costa%20Bonato%20e%20Ligia%20Martha%20Coimbra%20da%20Cos.pdf> Acesso em: julho de 2013.

²⁰ *Ibidem*.

social das mulheres ²¹. De modo vagaroso há a inserção delas no mundo trabalhista, principalmente das mulheres de classes baixas. Gradativamente, o público feminino da classe média também passa a realizar trabalhos que eram socialmente aceito para as mulheres. Larissa Seixas chama atenção para o fato de que mesmo antes do feminismo como um movimento de massa dos anos 60, as mulheres já atuavam no campo público, buscando diversas formas de expressão²².

O governo varguista iniciado nos anos 30 foi marcado uma presença mais forte do Estado nas relações sociais, considerando as reformas de cunho populista realizadas pelo presidente; muitas destas medidas acabavam por reforçar a separação dos papéis de gênero. Há a valorização da mulher no mercado de trabalho, mas também do seu desempenho em realizar tarefas domésticas e a manutenção da família. Observamos então, uma posição contraditória sobre o papel da mulher, já que a “a formação educacional mais aprofundada suscitava a ambição de exercer funções fora do lar, mas por outro lado os valores maternais e de domesticidade permaneciam na base da concepção de feminilidade na época” ²³.

²¹ SEIXAS, Larissa Selhorst. **O Feminismo no bom Sentido:** o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba-1933-1958). 2011. 141 f. Tese (Doutorado em História)-Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, p. 28.

²²Idem, p. 30.

²³Idem, p. 56.

A mudança no status da mulher e os meios de inserção política através do *Boletim*

Segundo June Hahner, um dos meios mais eficientes da publicidade dos ideais feministas foi a imprensa. Com a publicação da primeira edição, podemos dizer que a disseminação de seus ideais ocorreu de forma mais ampla. Esta primeira edição cumpre esta função e exprime um manual com dez passos a serem seguidos pela mulher:

Decalogo Feminista

Toda mulher deve:

- 1º Exercer seus direitos políticos e cumprir seus deveres
civicos [sic]
- 2º Interessar-se pelas questões publicas do
paiz[sic]
- 3º Ter ocupação útil á sociedade
- 4º Alistar-se e votar
- 5ª Votar consciente e criteriosamente
- 6º Não entregar seu titulo eleitoral
- 7º Dedicar-se à causa feminista, crente no
triumpho[sic]
dos seus ideaes[sic]
- 8º Votar somente em quem for feminista
- 9º Bater-se pela conquista e pleno
exercicio de seus direitos sociaes[sic] e politicos
- 10º Trabalhar pelo aperfeiçoamento moral,
Intellectual [sic], social e civico da mulher

24

²⁴ Museu Bertha Lutz, *Op. cit.*, p.2.

O Decálogo Feminista resume os ideais defendidos, e explicitados anteriormente, pela Federação. Observamos o papel primordial do Boletim em reforçar a importância do papel da mulher na política e a manutenção dos valores feministas, já que, mesmo após a efetivação do voto, foi necessária uma constante conscientização das mulheres quanto a isto. Por mais que, de início, a porcentagem de mulheres que participaram da votação tenha sido pequena, observamos a entrada feminina no campo político e na vida pública em seu esforço de representar-se frente à sociedade; tais fatores alterariam a sociedade nas décadas seguintes.

Outra tática política que pode ser percebida através da leitura do Boletim será a notável presença masculina na 2ª Convenção Nacional Feminista, expresso nas páginas do informativo. Nesta Convenção, que consagrou várias mudanças legislativas, sociais e trabalhistas, em direção das mulheres, observamos a participação de destaque de Getúlio Vargas, presidente da República no período. A fim de não procurar entrar em um conflito segregacionista, as mulheres da Federação buscavam não utilizar de contestações radicais contra os homens, pois os enxergavam como aliados para conquistar seus objetivos.

Sendo assim, uma de suas principais estratégias, além da publicação de boletins, propagandas em rádios e jornais e organização

de eventos, era baseada numa rede de relacionamentos²⁵, onde os membros da Federação buscavam aproximação com políticos e também com suas esposas. Cavaliere comenta que além da relação que as sufragistas mantiveram com Getúlio Vargas, também trocavam cartas com sua esposa, Darcy. Estas cartas continham elogios aos políticos a fim de estreitar laços para que a Federação alcançasse seus objetivos, já que tais mulheres, nas palavras de Sohiet, “buscam sua instrumentalização com vistas a ampliar seu espaço de atuação, o que acreditavam inviável de outra forma”²⁶.

Pela leitura do Boletim, também encontramos a defesa, por parte das Comissões de Previdência Social e Educação Cívica e Ação Política, de um discurso favorável à educação feminina. Tais comissões queriam “promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina e assegurar á mulher os direitos políticos que a Constituição lhe confere e preparala[sic] para o exercício inteligente[sic] desses direitos”²⁷. Também visavam “proteger as mães e a infância[sic] e obter garantias legislativas e praticas para o trabalho feminino”²⁸. Através destes trechos, notamos, novamente, a mudança do papel social da mulher, que passa a requerer direitos em relação à sua educação, visto a sua recente entrada no mercado de trabalho. Por outro lado, ainda há

²⁵ MOURELLE, Rodrigo et al. *Op. cit.*, p.3

²⁶ SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres a e militância feminista de Bertha Lutz.** In: Revista Brasileira de Educação, nº15, Set/ Out/ Nov/ Dez de 2000, p.106.

²⁷ Museu Bertha Lutz, *Op cit.*, p.3.

²⁸ *Ibidem.*

mentalidade de que a mulher pertence ao lar e seu papel biológico é cuidar de seus filhos e da manutenção do lar. Para Sohiet, isso se trata de uma prática utilizada pelas mulheres; elas aceitavam as regras e os valores da sociedade burguesa tradicional a fim de se integrarem nela de forma plena²⁹.

O Boletim ainda nos apresenta uma série de leis que foram alteradas após a 2º Convenção Nacional Feminista, todas elas apresentam um avanço em relação à posição social anterior da mulher e demonstram uma preocupação com as mulheres das mais diversas classes sociais. Notamos isto quando defendem o direito do operariado feminino, que “idêntica[sic] por trabalho igual[sic], sem distinção do sexo do trabalhador e da interrupção do trabalho sem perda de vencimentos na ocasião[sic] do parto”³⁰.

Um item de destaque no Boletim é o pedido de educação para a “formação da Mulher Cidadã, compreendendo[sic] seus direitos e deveres”³¹. Uma vez que a educação das mulheres seria essencial para que mais brasileiras tivessem a conscientização da relevância do sufrágio feminino, membros da Federação utilizam-se do argumento progressista, onde a educação é um fator primordial para a existência de uma sociedade desenvolvida, para que o direito à educação seja também dado às mulheres.

²⁹ Idem, p.105.

³⁰ Museu Bertha Lutz, *Op. cit.*, p. 5.

³¹ Idem, p.6.

Cada item modificado na legislação merece atenção especial e diferenciada, porém, minha análise restringiu-se a observar a função do Boletim enquanto propagador dos ideais da Federação e enquanto expositor das ações políticas utilizados pelos membros da FBPF.

Considerações Finais

Com a leitura da fonte e a inserção em seu contexto histórico, foi possível compreender as ações políticas da Federação pelo Progresso Feminino, bem como observar seus inúmeros avanços dentro da sociedade em que estavam imersas. Apesar de haver a manutenção da mulher enquanto responsável pelas atividades domésticas, ressaltando o seu papel de reprodutora, as conquistas da Federação não podem ser deixadas de lado, considerando que suas ações foram de grande importância no que se refere à inserção da mulher na esfera pública.

Atentemos para o fato que Rachel Soihet chama atenção de que “as feministas focalizadas não teriam sido capazes de perceber a conexão existente entre a mística da “missão natural da mulher” e sua inferiorização”³². Ou seja, por mais que as atividades da Federação não tenham provocado sérias mudanças no que tange a consciência de gênero, não podemos realizar operações anacrônicas a fim julgá-las por

³² SOIHET, Rachel. *Op. cit.*, p.106.

sua atuação, que também pode ser entendida como uma tática política, como argumenta Soihet.

Portanto, entendemos o papel da Federação enquanto potencializador das mudanças do status da mulher brasileira na primeira metade do século XX. Após terem sido oprimidas historicamente, as mulheres passam a ter espaço no âmbito público e tem o direito de se posicionar enquanto cidadãs através do esforço alcançado por um distinto grupo de brasileiras que, apesar das dificuldades encontradas, foi essencial para a mudança do papel da mulher no Brasil.

Fonte

Museu Bertha Lutz³³. **Boletim da Federação pelo Progresso Feminino: Outubro de 1934**. Publicado no sítio em 7 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/?p=719> Acesso em: julho de 2013

Referências Bibliográficas

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres**. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v.18, nº 1-2, jan./dez. 2005, pp.131-146.

³³ O sítio esclarece que este conjunto de Boletins dispostos no site foram preservados na Biblioteca Riograndense, na cidade de Rio Grande, RS. Eles foram disponibilizados para o site *Museu Bertha Lutz* através da pesquisadora Mônica Karaw.

BONATO, Naílda Marinho da Costa; COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. **Concepções de educação Integral na década de 30:** as Teses do II Congresso Internacional Feminista. Goiás: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Nailda%20Marinho%20da%20Costa%20Bonato%20e%20Ligia%20Martha%20Coimbra%20da%20Cos.pdf> Acesso em: julho de 2013.

HAHNER, June E. **A Mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas:** 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURELLE, Rodrigo et al. **A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o governo de Getúlio Vargas na década de 1930:** estratégias e paradoxos do movimento feminista no Brasil. Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. UFSC, 4 a 7 de maio de 2009. Disponível em: http://www.coloquioconesul.ufsc.br/rodrigo_cavaliere.pdf Acesso em: julho de 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Sinais de modernidade na era Vargas:** vida literária, cinema e rádio. IN: FERREIRA, Jorge ; Lucília de A. N.

DELGADO (Orgs.). O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.323-349.

SEIXAS, Larissa Selhorst. **O Feminismo no bom Sentido:** o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba-1933-1958). 2011. 141 f. Tese (Doutorado em História)-Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. “Introdução: O Prelúdio Republicano, astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso”. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Vol.3, pp. 7-48.

SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº15, Set./Out./Nov./Dez. de 2000, pp.97-117.

SOUSA, Lia G.; SOMBRIO, Mariana; LOPES, Maria. **Para ler Bertha Lutz**. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, janeiro-junho de 2005.

TOSCANO, Moema. **A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Renavan, 1992.

Configuração de Monteiro Lobato na crítica à Anita Malfatti (1930)

Paula Marinelli Martins¹

Resumo: O presente trabalho analisa a crítica publicada no jornal O Estado de São Paulo em 1917, sob a autoria de Monteiro Lobato e título *A Propósito da Exposição Malfatti* (republicado em 1919, com o título *Paranoia ou Mistificação*). A partir de discussões sobre o processo de modernização do Brasil da primeira república e formação do Estado nacional, o trabalho debate Monteiro Lobato enquanto representativo da elite intelectual que tem importante papel no processo de modernização - politizado e crítico sobre o “atraso” do Brasil. A proposta consiste em problematizar os choques internos de elites dirigentes (política e intelectualmente) de um modelo hegemônico de modernidade inexistente através de diversas reações ao processo de modernização, que podem ser negativas e contraditórias, como no caso de Lobato, que defendia a modernidade, mas não a via na arte trazida pelos modernistas.

Palavras-chave: Modernização; Monteiro Lobato; Modernismo.

Abstract: This paper analyzes the critical published in the newspaper O Estado de São Paulo in 1917 under the authorship Monteiro Lobato and title The purpose of the Exposure Malfatti (republished in 1919, with the title Paranoia or Mystification). From discussions on the process of modernization of Brazil's first republic and the formation of the national state, the paper discusses Monteiro Lobato as the representative of the

¹ Graduanda em História UFPR.

intellectual elite that has important role in the modernization process - politicized and critical about the "backwardness" of Brazil. The proposal is to discuss the internal shocks of elites (political and intellectual) of a hegemonic model of modernity nonexistent through various reactions to the modernization process, which may be negative and contradictory, as in the case of Lobato, who championed modernity, but not seen in the art brought by the modernists.

Keywords: Modernization; Monteiro Lobato; modernism.

O presente trabalho visa análise da crítica publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em 1917, sob a autoria de Monteiro Lobato e intitulado *A Propósito da Exposição Malfatti* (republicado em 1919 no livro *Ideias do Jeca Tatu*, com o título *Paranoia ou Mistificação?*). A partir das discussões acerca do processo de modernização do Brasil da primeira fase da república e formação do Estado nacional, o trabalho tem por objetivo analisar através do artigo a figura de Monteiro Lobato, enquanto representativo da elite intelectual que tem importante papel no processo de modernização - politizado e crítico sobre o “atraso” do Brasil pós-império, o autor é conhecido por sua produção na literatura infantil, porém com grande obra no que se refere à política e modernidade cultural.

A fonte em questão, por tratar-se de um artigo relativamente isolado, necessita de amparo bibliográfico para que nos permita análise sobre seu local de produção, principalmente relativo às especificidades do autor, seu lugar social, matrizes intelectuais e políticas. Além disso,

cabe também destaque ao movimento modernista, na figura de Malfatti, para o qual é destinada a fonte e de como os argumentos utilizados pelo autor se articulam com o movimento que critica.

Bresciani (1993) define no Brasil pós-proclamação da república, projetos distintos para o país partindo as concepções configuradas ao longo do XIX. Um republicano, de inspiração liberal, enfocando a grande propriedade agrícola e a diversificação da aplicação do capital, e outro de cunho civilizador positivista, vinculado à ampliação da instrução, da tecnificação, implementos mecânicos na agricultura e fundação de indústrias².

O Brasil do início do século XX, especialmente na década de 1910, caminha em busca da construção de uma autenticidade do povo brasileiro. Segundo Lucia Lippi (2003), a elite brasileira estava em viés de quebrar o desejo de “ser europeia” e construir dentro do país suas perspectivas futuras. Nesse espírito de reinvenção é que se volta para o povo brasileiro, onde a literatura regionalista ganha destaque ao falar do amor ao Brasil rural, ao Brasil do interior³. Monteiro Lobato, figura-se nesse cenário como um dos principais autores do movimento de elite que se ocupa da construção do verdadeiro brasileiro que habita no

² BRESCIANI, Maria Stella M. **O cidadão da República, positivismo versus liberalismo (Brasil, 1870-1930)**. In: Revista USP, Dossiê Liberalismo, n.17. São Paulo: Editora da USP, mar-mai 1993. P. 124

³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Sinais de modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio**. IN: FERREIRA, Jorge; Lucília de A. N. DELGADO (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 327.

interior, no sertão, representantes do passadismo do Brasil que necessita de crescimento na instrução e na tecnificação para se fortalecer.

Lobato teorizou a respeito do atraso do país no que se refere à baixa produtividade, o trabalho e a falta de educação técnica voltada para as fábricas. Relacionando-as com a fragilidade do país em comparação com a produção de outros países⁴. No cenário intelectual e cultural, o autor ocupa um espaço privilegiado em meio às produções do país.

Monteiro Lobato era herdeiro de uma grande propriedade rural na qual desse cedo se empenhou em tornar produtiva e rentável, através da implementação de novas técnicas agrícolas em um tempo em que a política econômica – sob o ponto de vista dos fazendeiros paulistas - não favorecia a lavoura⁵. É nesse cenário que inicia sua intervenção política através dos artigos para *O Estado de São Paulo*, a princípio voltado à velhas práticas de cultivo e a política em vigor, ressoando a insatisfação de muitos fazendeiros paulistas. É no jornal que inicia seus projetos como escritor e de empreendedor da cultura.

Em suas obras, marcou-se a valorização da cultura popular, da paisagem da natureza brasileira, daquilo que o autor considerava a realidade das regiões rurais, bem como a necessidade de produtividade,

⁴ CAMPOS, Andre Luiz Vieira de. **A república do picapau amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato**. São Paulo: Martins Fontes, 1986. Pp. 48-49

⁵ LAJOLO, Marisa. **Monteiro Lobato: a modernidade do contra**. São Paulo: Brasiliense, 1985. P. 27

ensino técnico e fortalecimento da indústria. A essa abordagem podemos atribuir o caráter nacionalista de suas obras⁶.

O pensamento articulado na figura de Monteiro Lobato, como já citado, reflete elementos de uma elite em formação sob a influência de ideais progressistas em prol do desenvolvimento racional do capitalismo no Brasil da primeira república. A dicotomia entre “racional” e “irracional” se configura politicamente com a ascensão do positivismo no fim do século XIX e dessa forma, a crítica de Lobato ao modernismo vem em concomitância com a necessidade de afirmação de uma elite racional, letrada e tecnicista em oposição ao liberalismo em crise. Alguns autores da arte, como Aracy Amaral (1972), definem isso como um “passadismo letrado” daqueles que militam em prol de uma elite agrária oligárquica e opõe-se aos avanços da modernidade, seja ela cultural ou política⁷.

A exposição de Anita Malfatti inaugurada em dezembro de 1917, pode definir a marca da chegada de novas tendências estéticas ao país. Malfatti nasceu em São Paulo, e estudou arte em Berlim a partir de 1912, onde aprendeu lições do expressionismo alemão. Em sua primeira exposição de retorno ao Brasil, expôs obras significativas de sua carreira, como *A estudante Russa*, *O Homem Amarelo*, *O Japonês*, *O*

⁶CARDOSO, Renata Gomes de. **A crítica de arte no entorno de Anita Malfatti e seu reflexo na história da arte brasileira**. Revista de História da Arte e Arqueologia. Campinas, UNICAMP, n° 09, p. 135.

⁷ AMARAL. Aracy Abreu. **Artes Plásticas na semana de 22: subsídios para uma história das artes no Brasil**. 2 ed. São Paulo. Perspectiva, 1972.

*Farol e A mulher de Cabelos Verdes*⁸. A este evento, Monteiro Lobato, publica em 20 de dezembro de 1917 uma crítica desfavorável à pintora estreante. A crítica configura um abrir fogos de comentários em torno da artista. Em tempos de insurreição, polêmica e lutas sociais, a audácia de Malfatti é vista como exemplo a uns, e de outro lado criticada por ser brasileira, “filha da terra” e contrariar o entendimento dos pontífices brasileiros⁹.

Lúcia Lippi (2003) divide o modernismo no Brasil em dois momentos. Um primeiro momento voltado à aceleração da indústria e dos traços da vida urbana em movimento, principalmente na literatura e nas definições de Mário de Andrade as diretrizes estéticas do movimento¹⁰. Para a autora, as diversas correntes do modernismo vinculam-se a sua relação com a tradição, definindo diversamente o que importa nas tradições e como elas podem ser atualizadas.

Partindo desse pressuposto, situo a exposição inicial de Malfatti em 1917 como o início da composição estética deste movimento, pouco relacionado às concepções tradicionais e vinculada a artistas das grandes metrópoles mundiais (Anita Malfatti havia estudado em Berlim, Paris e Nova York).

⁸ Idem p. 244

⁹ ALMEIDA, Paulo Mendes de. **De Anita ao museu**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

¹⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Sinais de modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio**. IN: FERREIRA, Jorge; Lucília de A. N. DELGADO (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 328

Algumas críticas contra os modernistas, encabeçadas por Lobato, partem de um ultranacionalismo tradicional alegando o internacionalismo dos modernistas¹¹.

Entretanto, seduzida pelas terias do que ela chama arte moderna, penetrou nos domínios dum impressionismo discutibilíssimo, e põe todo o seu talento a serviço duma nova espécie de caricatura. Sejam sinceros: futurismo, cubismo, impressionismo e tutti quanti não passam de ouros tantos ramos da arte caricatural.¹²

Neste trecho, o autor cita explicitamente as convencionadas “vanguardas”, definindo-as como arte caricatural, caricatura de cor, caricatura de forma que não visa ressaltar uma ideia, mas sim, desnortear e atrapalhar o espectador¹³. O interessante dessa argumentação é a relação direta entre a arte moderna e uma sedução europeia e norte americana. Ainda que, no decorrer da crítica recorra a exemplos de artistas suecos, ingleses e franceses da época, sua tradição de escrita regional, e defesa de intelectuais e bacharéis que se voltem para as questões sociais brasileiras, nos permitem identificar nessa depreciação da influência modernista internacional como parte de sua crença no fortalecimento da nacionalidade.

¹¹ AMARAL. Araci Abreu. **Artes Plásticas na semana de 22: subsídios para uma história das artes no Brasil**. 2 ed. São Paulo, perspectiva, 1972.

¹² LOBATO, Monteiro. **Paranóia ou Mistificação?** In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1959. P. 61

¹³ Idem. p. 61.

Durante o artigo, Lobato demonstra certa erudição a respeito das vanguardas artísticas, e identificando o movimento modernista, neste momento na figura de Anita Malfatti, como um grande importador de tendências, que, ao olhar do escritor, não apresentam nada a ser valorizado, muito menos uma inovação. Ao dividir a arte citando duas espécies de artistas: "os que veem normalmente as coisas e em consequência disso fazem arte pura" e os que "veem anormalmente a natureza, e interpretam-na à luz de teorias efêmeras, sob a sugestão estrábica de escolas rebeldes", colocam Malfatti e os demais vanguardistas do período no segundo grupo, daqueles que são "estrelas cadentes" que logo irão para as "trevas do esquecimento"¹⁴. Isto porque, o caráter inovador ou vanguardista da concepção estética de Malfatti é questionado e negado pelo autor e é o que define o título dado ao texto em sua segunda edição: *Paranóia ou Mistificação?*

Embora eles se dêem como novos precursores duma arte a ir, nada é mais velho de que a arte anormal ou teratológica: nasceu com a paranóia e com a mistificação. De há muitos já que a estudam os psiquiatras em seus tratados, documentando-se nos inúmeros desenhos que ornaram as paredes internas dos manicômios. A única diferença reside em que nos manicômios esta arte é sincera, produto ilógico de cérebros transtornados pelas mais estranhas psicoses; e fora deles, nas exposições públicas, zabumbadas pela imprensa e absorvidas por

¹⁴ Ibidem. p. 59.

americanos malucos, não há sinceridade nenhuma, nem nenhuma lógica, sendo mistificação pura.¹⁵

O trecho supracitado sintetiza o pensamento de Monteiro Lobato a respeito da obra de Malfatti, e nos fornece elementos para articular suas motivações ao escrever este artigo, e influências de sua militância política.

Ao defender o caráter anormal e monstruoso da exposição, em prol de uma sinceridade e da importância da lógica, o autor demonstra seus problemas com as novas manifestações artísticas: elas não têm um padrão, não são passíveis de explicação, só podendo ser atribuídas a um subconsciente de alguém transtornado por algum tipo de psicose. Em um espaço de produção voltado para o valor da técnica, da razão como sinônimo de progresso, depredar a imagem da pintora como alguém irracional é um dos elementos mais significativos da obra, tanto que, na reedição da publicação em 1919, o título passa a ser *Paranóia ou Mistificação?* Com o objetivo de enfatizar o caráter irracional, psicótico e paranoico não só daqueles que produzem aquela arte, mas como do público que o aprecia. O autor dedica boa parte da crítica a depredar a reação do receptor ao deixar a exposição:

A fisionomia de que sai de uma destas exposições é das mais sugestivas. Nenhuma impressão de prazer, ou de beleza denuncia as caras; em todas, porém, se lê o desapontamento de quem está incerto, duvidoso

¹⁵ Ibidem. P. 60

de si próprio e dos outros, incapaz de racionar, e muito desconfiado de que o mistificam habilmente.¹⁶

Ser incapaz de raciocinar. É essa a impressão causada pelas obras de Anita Malfatti ao seu público segundo Monteiro Lobato. Como já descrito, a razão, expressa na instrução, na ciência e na técnica são, para alguns integrantes da elite intelectual, elementos fundamentais ao progresso. Essa construção positivista elimina a possibilidade da indeterminação, considera anômalo aquilo que não se alia a razão, precisando ser reeducado ou até mesmo excluído.

O movimento identificado como modernismo no Brasil, surge, portanto como uma vanguarda cultural que rompe com o academicismo em busca da descentralização da razão. É a crise do liberalismo, com a perda da importância da “certeza” afetando setores importantes da sociedade, sobretudo com o advento da cultura de massa que convive com a diversidade estética e de escrita.

Outro aspecto a ser destacado na crítica é a ausência de uma técnica perceptível. Em toda sua produção cultural, Lobato elabora uma técnica de mercado para suas obras, desde o título, obra, preço e propaganda. Vinculado aos ideais elitistas de progresso capitalista, de necessidade de impulsionar a indústria voltada a massa, o autor foi um dos pioneiros da industrialização da cultura enquanto mercadoria comercialmente lucrativa, sobretudo após tornar-se proprietário e editor

¹⁶ LOBATO, Monteiro. **Paranóia ou Mistificação?** In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1959. P. 61

da *Revista Brasil*¹⁷. Nesse momento, o autor confronta as concepções estéticas e metodologia de produção de Malfatti e suas influências internacionais, com outros artistas mais voltados a técnicas tradicionais sem deixar de ser esteticamente “modernos” no ponto de vista de Monteiro Lobato:

Como se não fosse moderna, moderníssima, toda a legião atual de incomparáveis artistas do pincel, da pena, da água-forte, da dry point que fazem da nossa época uma das mais fecundas em obras-prima de quantas deixaram marcos de luz na história da humanidade.¹⁸

Sobre a técnica, ou falta dela, de Bolynson, professor de Malfatti nos Estados Unidos:

Tenhamos coragem de não ser pedante: aqueles gatafunhos não são uma figura em movimento; foram, isto sim, um pedaço de carvão em movimento. O Sr. Bolynson tomou-o entre os dedos das mãos ou dos pés, fechou os olhos, e fê-lo passar na tela às pontas, da direita para a esquerda, de alto a baixo. E se não o fez assim, se perdeu uma hora da sua vida puxando riscos de um lado para o outro, revelou-se tolo e perdeu tempo, visto como o resultado foi absolutamente o mesmo.¹⁹

¹⁷ LAJOLO, Marisa. **Monteiro Lobato: a modernidade do contra**. São Paulo: Brasiliense, 1985. P. 30.

¹⁸ LOBATO, Monteiro. **Paranóia ou Mistificação?** In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1959. P.62

¹⁹ Idem. p. 63

A crítica a ausência de técnica por parte dos modernistas, se relaciona novamente com a concepção racionalista de progresso e crise da centralidade da razão trazida pelo movimento. Não possuir técnica colocava em choque a argumentação das elites, e de Lobato, sobre o despreparo da população brasileira para o Estado de progresso “evoluído”, necessitando as elites ocuparem o lugar de dirigentes. Esteticamente, essa “confusão” significava uma quebra dessa concepção. Quem vê a exposição e constata, como Lobato, ausência de técnica, conclui não ser necessária a instrução para este tipo de atividade.

O horror de Lobato a esta ideia é evidente ao criticar Bolyson e descrever de maneira imaginativa sua metodologia de forma a depreciá-la e torna-la sinônimo de algo ridículo ou patético, afinal, a figura de um homem segurando um carvão com os pés, de olhos fechados, causa ao leitor certo desconforto, se não incredulidade em tal indivíduo. Dessa forma se sustenta a construção de uma imagem negativa dos artistas envolvidos na composição da exposição que serve de elemento de sustentação para a desvalorização do movimento que na republicação do artigo em 1919, já havia se fortalecido nos escritos de Oswald e Mario de Andrade.

Estes e outros críticos envolvidos no entorno de Anita Malfatti, também são alvo da crítica de Lobato. No encerramento do texto, tece alguns elogiosos comentários ao talento da artista, e justifica-se por seu pioneirismo no tratamento a ela com suas considerações desagradáveis.

Atribuindo aos elogios por ela recebidos uma lisonja perigosa e falsa, de pessoas podem transviar seu caminho daquilo que ele considera melhor ao seu talento:

Os homens têm o vizo de não tomar a sério as mulheres. Essa é a razão de lhes derem sempre amabilidades quando elas pedem opinião. Tal cavalheirismo é falso, e sobre falso, nocivo. Quantos talentos de primeira água se não transviaram arrastados por maus caminhos pelo elogio incondicional e mentiroso?²⁰.

Dessa forma, Lobato coloca a sua opinião sobre a exposição e sobre o modernismo acima das críticas elogiosas por considerar seus comentários sinceros para o bem da arte, ao contrário dos cavalheiros que, por não darem o devido valor ao talento da artista, a elogiam sem medir consequências. Essa incredulidade na possibilidade de que alguém possa realmente ver beleza e arte nas obras de Malfatti podemos atribuir duas motivações.

Uma primeira, já acima relacionada, a descrença de que alguém com capacidades racionais desenvolvidas estaria seguro ou consciente de si o suficiente para apreciar essas obras. Lembremos que para Lobato, trata-se do resultado de uma mente paranoica digna de acompanhamento psiquiátrico. Sendo assim, apreciar essas obras também só poderia ser resultado de mentes insanas ou educadas demais

²⁰ Ibidem. P. 64

para envolver-se seriamente com aquela produção, e o autor prefere apostar na segunda hipótese ao invés de atacar moralmente seus colegas críticos de arte.

Em segundo lugar, o ataque aos companheiros de Malfatti pode refletir a relação de Monteiro Lobato com estes senhores mais diretamente no campo da literatura. Quando republicado, Oswald de Andrade já estava em vias de publicar os primeiros ensaios e manifestos do movimento modernista. O embate literário entre estes autores nos rende outra análise mais aprofundada, cabe aqui apenas destacar que o ataque de Lobato aos críticos favoráveis a exposição Malfatti é reflexo do embate pessoal do autor com estes personagens.

A partir destas análises, podemos concluir alguns elementos a respeito da figura de Monteiro Lobato e seu papel durante a formação do Estado Nacional enquanto representante de uma elite intelectual agrária. As concepções de fato sobre o desenvolvimento do país econômico e comercialmente, refletem em sua produção cultural bem como na sua relação com os demais meios de intervenção artística.

A crítica analisada neste artigo se refere exclusivamente às artes plásticas, e de como este personagem se posiciona neste meio: um homem letrado, dotado de razão, sincero, e por isso superiormente capaz de tecer comentários coerentes com os interesses do público da exposição. Este posicionamento, no entanto, também se estende aos demais setores em que o autor se insere, seja na literatura, no cinema e no cenário político do país como um todo. O ideal positivista,

progressista e tecnicista em oposição a qualquer coisa que remonte a desordem, falta de técnica ou de instrução, é um traço marcante das elites em formação na política brasileira republicana. Tais valores, somados a posição privilegiada de Monteiro Lobato, proprietário rural e posteriormente editor de uma revista de grande circulação, nos fornecem um personagem fundamental nos conflitos que irão marcar a década de 1920 no Brasil, sobretudo com a crise do liberalismo e da centralidade da razão, por ser Lobato e a imprensa de modo geral grande veículo destes conflitos.

Referências

Fonte: LOBATO, Monteiro. **Paranóia ou Mistificação?** *In: Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

ALAMBERT, Francisco. **A semana de 22:** a aventura modernista no Brasil: livro do professor. São Paulo: Scipione, 1992.

ALMEIDA, Paulo Mendes de. **De Anita ao museu**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

AMARAL. Araci Abreu. Artes Plásticas na semana de 22: subsídios para uma história das artes no Brasil. 2 ed. São Paulo, perspectiva, 1972.

BRESCIANI, Maria Stella M. “O cidadão da República, positivismo versus liberalismo (Brasil, 1870-1930)”, in: Revista USP, Dossiê Liberalismo, n.17. São Paulo: Editora da USP, mar-mai 1993.

CAMPOS, Andre Luiz Vieira de. **A republica do picapau amarelo : uma leitura de Monteiro Lobato.** São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CARDOSO, Renata Gomes de. **A crítica de arte no entorno de Anita Malfatti e seu reflexo na história da arte brasileira.** Revista de História da Arte e Arqueologia. Campinas, UNICAMP, nº 09, pp. 127-147, 2008.

LAJOLO, Marisa. Monteiro Lobato: a modernidade do contra. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LOBATO, Monteiro et al. **Monteiro Lobato.** São Paulo: Perspectiva, 1985.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais de modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. IN: FERREIRA, Jorge ; Lucília de A. N. DELGADO (Orgs.). O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.323-349.

VALE, Lucia de Fátima do. **A propósito da Exposição Malfatti, Edição Revisitada.** Revista Urutágua. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, nº 07, 2005.

Sindicalismo e Gênero no Brasil: a dinâmica recente

Sandro Pereira Silva¹

André Gambier Campos²

Resumo: Este artigo encontra-se focado na discussão da participação de trabalhadores, do sexo masculino e feminino, nos sindicatos brasileiros. Sempre houve diferenças substanciais de participação entre ambos os gêneros. Os sindicatos, historicamente, mantiveram-se como espaços de acesso diferenciado para homens e mulheres, sendo que estas últimas sempre tiveram dificuldades para se aproximar da organização e se integrar à mobilização sindical. Porém, há evidências empíricas de que isso pode mudar em um futuro não muito remoto, pelo menos no que diz respeito à taxa de filiação sindical. De acordo com os números apresentados para as décadas de 1990 e 2000, homens e mulheres passaram a apresentar uma taxa de filiação mais parecida, indicando que ambos os gêneros se tornaram mais semelhantes em termos de proximidade aos sindicatos.

Palavras-chave: sindicalismo; igualdade de gênero; mercado de trabalho; filiação sindical; determinantes da participação feminina.

Abstract: This paper is focused on the discussion of the participation of workers, male and female, in the Brazilian unions. Where there were substantial differences in participation between both genders. Unions have historically remained as spaces of differential access for men and

¹ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

² IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

women, with the latter always had difficulty approaching the organization and integrating trade union mobilization. However, there is empirical evidence that this may change in the not too distant future, at least with regard to the rate of union membership. According to the numbers presented to the decades of 1990 and 2000, men and women began to show a most similar membership fee, indicating that both genders have become more similar in terms of proximity to the unions.

Keywords: trade unionism; gender equality; the labor market; union membership; determinants of female participation.

Apresentação

A temática do sindicalismo sempre se apresentou como um importante campo de estudo sobre o mundo do trabalho nas sociedades contemporâneas. Enquanto instrumento de mobilização e articulação dos trabalhadores, os sindicatos surgem praticamente junto com o próprio capitalismo, e, portanto, acompanha os processos de desenvolvimento da estrutura produtiva. À medida que economia se complexifica, as formas de organização dos sindicatos, suas possibilidades de atuação e suas contradições internas também se tornam mais complexas, abrindo novas oportunidades de investigação no intuito de entender melhor seus fenômenos recentes.

Este trabalho encontra-se focado na discussão da participação de trabalhadores, do sexo masculino e feminino, nos sindicatos

brasileiros. Sempre houve diferenças substanciais de participação entre ambos os gêneros, mas há evidências empíricas de que isso pode mudar em um futuro não muito remoto. A discussão dessas evidências e possíveis alterações nas relações de gênero no universo do sindicalismo brasileiro é o objeto principal aqui proposto, que está organizado em outras quatro seções, excluindo esta apresentação.

A primeira seção deste artigo dedica-se a discutir a evolução do mercado de trabalho brasileiro nas duas últimas décadas, abrindo os indicadores por gênero. Na segunda seção, preocupou-se em recuperar o perfil do sindicalismo brasileiro nas décadas de 1990 e 2000 – sendo às vezes necessário retroceder mais no tempo, de modo a obter os traços mais definidores desse perfil. A terceira seção oferece evidências empíricas bastante inovadoras que dizem respeito à taxa de filiação sindical, verificando diferenças entre gênero e alguns fatores que determinam maior probabilidade de filiação das mulheres. Por fim, esforça-se em rever os aspectos mais importantes da discussão realizada ao longo desse artigo, levantando algumas questões sobre o futuro do sindicalismo no Brasil – especialmente, questões sobre as possibilidades abertas às mulheres, no sentido de se aproximarem ainda mais dos sindicatos nas próximas décadas.

Evolução recente do mercado de trabalho brasileiro

Os estudos que compõem os campos da economia e da sociologia do trabalho envolvem diferentes dimensões de análise sobre os diversos fenômenos relativos ao mundo do trabalho. A questão da mobilização dos trabalhadores em organizações representativas, como no caso dos sindicatos, é uma dessas dimensões, pelo fato do sindicalismo ser historicamente a principal instituição de mobilização e luta por direitos e melhorias das condições de trabalho, sobretudo após o advento da Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo a nível global. Mas antes de entrar no sindicalismo propriamente dito, é preciso entender as principais características e dinâmicas do mercado de trabalho, para se obter uma visão geral da base social dos sindicatos.

No caso brasileiro, o mercado de trabalho tem apresentado nos últimos anos fortes variações, diretamente relacionadas com o ciclo econômico do país. O acelerado processo de desenvolvimento econômico pelo qual o país atravessou a partir dos anos 1950 e que se estendeu até o início dos anos 1980 resultou em fortes transformações estruturais na sociedade. A urbanização acompanhou o crescimento da economia, dada a demanda por mão de obra nos diversos setores industriais que se desenvolviam, além de diversos serviços que passaram a ser demandados nos grandes centros urbanos. Formou-se, nesse processo, uma massa de proletariados nas cidades que começaram a se organizar na luta por direitos sociais e trabalhistas. Paralelamente, o

regime autoritário no país, sob o pretexto de manter a ordem nacional, repreendia fortemente as ações coletivas dos trabalhadores, que reclamavam entre outras coisas da política salarial imposta pelo governo. A volta da democracia nos anos 1980 proporcionou maior liberdade de atuação aos sindicatos, o que lhes conferiu um novo papel no desenho político nacional.

A partir dos anos 1990, uma série de fatores levou a um recrudescimento do processo de crescimento da estrutura produtiva nacional, com forte impacto na capacidade da economia em absorver mão de obra. Como resultado, o país se viu assolado pelo problema do desemprego e da informalização da mão de obra, gerando consequências sociais negativas, como o crescimento da pobreza e da desigualdade. Essa situação somente se reverteu quase uma década depois, na primeira metade dos anos 2000, quando a taxa de desemprego teve uma queda significativa, além de um aumento na formalização da mão de obra em praticamente todos os setores. Após um longo período de expansão durante a década de 1990, muito em função da queda nos postos de trabalho na indústria nessa época (SILVA; GONZALES, 2013), a informalidade caiu continuamente durante os anos 2000, atingindo 39,3% em 2012, seu menor nível dos últimos 20 anos. Esse indicador tem uma grande importância para a análise da dinâmica sindical do país, visto que os sindicatos não abrigam trabalhadores informais, ou seja, quanto maior a formalização de um setor, mais ampla será a base de atuação sindical.

Ao longo desse período, houve também variações significativas quando se diferencia a evolução dos indicadores por gênero, com uma tendência de diminuição das diferenças, embora os dados continuem sendo desfavoráveis às mulheres. A figura 1 mostra que a taxa de desemprego total no Brasil iniciou os anos 1990 em um patamar de 7%, cresceu até atingir a casa dos 10% no final da década, manteve-se nos primeiros anos de 2000, até iniciar um período de queda acentuada a partir de 2004, terminando a série a uma taxa de 6,7% em 2012, a menor taxa da série. Ao avaliar por gênero, a mesma figura mostra que a tendência de variação foi basicamente a mesma para ambos os sexos, mas o desemprego feminino sempre esteve acima da média nacional. Nos períodos de mais alto desemprego, entre 1998 e 2004, observa-se um aumento do diferencial do desemprego entre homens e mulheres, mas após a recuperação do mercado de trabalho a diferença cai, fechando 2012 com 5,1% para os homens e 8,9% entre as mulheres.

Outro dado interessante a se observar é quanto à taxa de ocupação³ da população economicamente ativa no mercado de trabalho brasileiro, mostrada na figura 2. Embora o percentual agregado tenha se mantido estável nesse período, entre os gêneros houve uma alteração importante. Enquanto entre os homens a taxa de ocupação veio caindo ao longo do tempo, de 75% para 68,2% no período, entre as mulheres

³ A taxa de ocupação é definida como a razão entre o total de ocupados e a população em idade ativa (PIA).

ocorreu o inverso, houve um aumento de 42,4% para 47,7% no mesmo período. Esses dados indicam a tendência de maior inserção das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos, o que incorre em questões políticas e sociológicas importantes de análise.

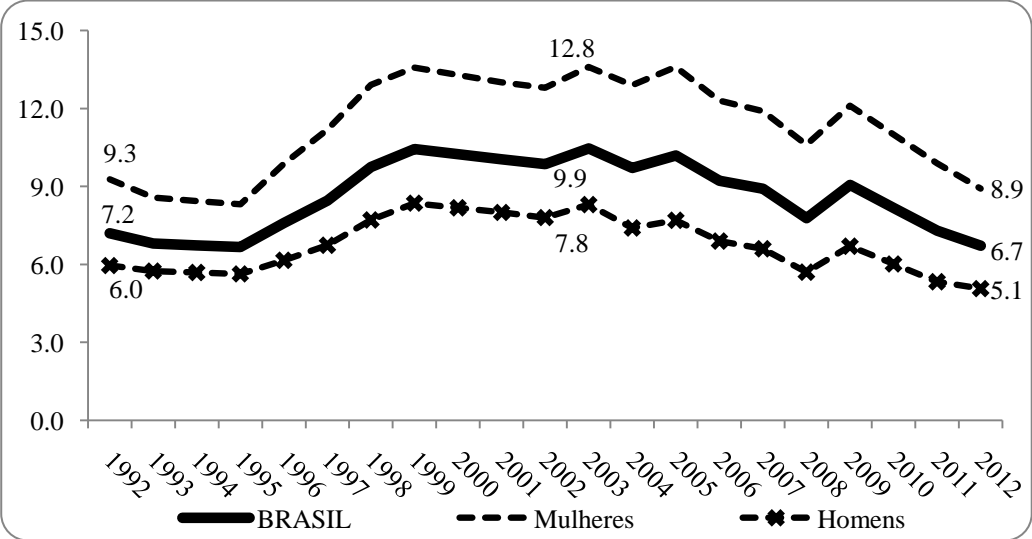


FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL – 1992/2012 (EM %)
FONTE: MICRODADOS PNAD/IBGE. ORGANIZADO POR IPEA (2013)

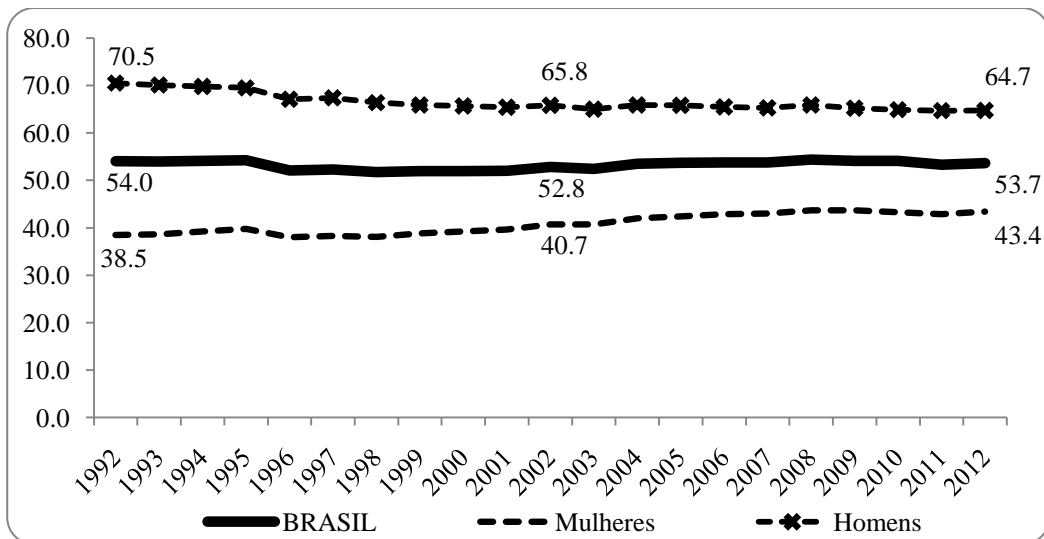


FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO NO BRASIL – 1992/2012 (EM %)

FONTE: MICRODADOS PNAD/IBGE. ORGANIZADO POR IPEA (2013)

Ainda em termos de diferenças de gênero no mundo do trabalho, há uma série de trabalhos nos últimos anos que vem tentando abordar esse tema sob distintos ângulos de análise. Cada vez mais eles apontam para uma realidade “diversa, heterogênea e complexificada” (ANTUNES, 1995, p. 46).

Segundo Araújo (2005), um dos primeiros focos desses estudos refere-se à segmentação do mercado de trabalho, que tende a conferir historicamente às mulheres as posições desprestigiadas, mais instáveis e desprotegidas. Posteriormente foram se ampliando no intuito de envolver as continuidades e discontinuidades na inserção da mulher no mercado de trabalho. Nesse grupo estão estudos sobre as diversas formas de inserção do trabalho feminino, tais como o trabalho

doméstico e as relações entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. Outro foco importante refere-se às diferenças nos padrões salariais e nos vínculos empregatícios, com base em uma série de características pessoais, tais como: cor de pele, escolaridade, qualificação, entre outras. Assim, afirmou a autora que:

[...] o estudo das mudanças recentes no mundo do trabalho a partir de uma perspectiva de gênero permitiu dar visibilidade às formas e aos lugares da inserção crescente das mulheres no trabalho extra-doméstico. De um lado, observou-se o maior acesso das mulheres a postos antes ocupados apenas por homens, a postos de liderança e gerenciamento, bem como a definição de habilidades consideradas femininas como competências centrais associadas ao trabalho flexível, que tornaram preferencial o recrutamento de mulheres para cargos específicos nos bancos e em distintos pontos do processo produtivo. De outro, as formas atípicas de contrato, a crescente informalidade, a precarização e a deteriorização das condições de trabalho incidem de forma especial e mais aguda sobre as trabalhadoras [...] (p. 94).

Hirata (2007) também ressaltou o fato da inserção feminina no mercado de trabalho ser marcada por uma lógica de precariedade. De maneira geral, as mulheres se inserem em postos de trabalho de menor qualificação, salários mais baixos, e sofrem impactos diferenciados no tocante a mudanças e inovações no processo produtivo. Além disso, recai sobre elas o fardo da dupla jornada de trabalho, uma vez que

continuam sendo as responsáveis pela maioria das atividades domésticas e de cuidados familiares.

Portanto, são múltiplas as situações que caracterizam as relações de trabalho e remuneração desiguais entre homens e mulheres, o que impossibilita definir um único padrão de desigualdade (GUIMARÃES, 2002). Por outro lado, a inserção feminina no mercado de trabalho e todas as consequências sociológicas que lhe são derivadas permitiram também o crescimento da atuação das mulheres em espaços reivindicativos e movimentos sociais, inclusive nos sindicatos, que são as principais instituições de representação e mobilização da classe trabalhadora. Esses espaços coletivos de atuação são importantes na medida em que permitem o reconhecimento e o compartilhamento de experiências, práticas e demandas comuns, que auxiliam as mulheres na reflexão acerca de suas experiências (LE MOS, 2011).

Características gerais do sindicalismo no Brasil

Com base nas informações da seção anterior, percebe-se que o mercado de trabalho no Brasil foi marcado nos últimos anos por grandes flutuações relacionados diretamente ao desempenho da economia, com destaque para a recuperação dos principais indicadores referentes a emprego e formalização na década anterior. Os números apresentados também explicitaram o contínuo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, mas ainda em condições

desfavoráveis com relação à qualidade no emprego em comparação com os homens, apesar dos diferenciais terem diminuído nos últimos anos. A visão geral desses indicadores auxilia na análise do comportamento do sindicalismo no Brasil contemporâneo, já que o comportamento do determina a expansão ou retração da base social sobre a qual atuam os sindicatos, além de implicar nas estratégias de atuação e negociação em cada setor.

Muito em função desse comportamento, o Brasil passou nos últimos anos do século XX um período de ascensão e crise do sindicalismo, enquanto movimento social e político. Segundo Alves (2000), o ano de 1978 marcou um cenário de organização e unidade da luta da classe trabalhadora, sendo um marco histórico para o ressurgimento do movimento sindical no país. O ponto de partida para esse movimento é a insurgência dos trabalhadores do complexo industrial do chamado ABC paulista contra o arrocho salarial que caracterizava a lógica de acumulação capitalista no país à época. Esse movimento foi tão importante que passou a ser considerado na literatura como um “novo sindicalismo”, que passou a se desenvolver “a partir de um mundo do trabalho estruturado, resultado da expansão capitalista dos anos 1960 e 1970”.

Os resultados desse processo transpassaram a esfera econômica, com impacto significativo também no debate político do país (ABRAMO, 1986; MENEGUELLO, 1989; RODRIGUES, 1990). Toda essa capacidade mobilizadora se manteve ao longo da década de

1980. As ações organizadas pelos sindicatos, em especial as greves, se destacaram pelo elevado número de trabalhadores envolvidos, mantendo-se, muitas delas, por longos períodos de tempo (NORONHA, 1994; SANDOVAL, 1994). Entre suas consequências está a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, além de participar ativamente do “Movimento Diretas Já” que exigia o fim do regime militar e o retorno da democracia no país.

No entanto, essa “explosão do sindicalismo” iniciado no fim dos anos 1970 teve seu ponto de inflexão já a partir do início dos anos 1990. Isso devido ao cenário de reestruturação produtiva que marcou a economia brasileira nesse período e sua nova inserção dependente no capitalismo global, afetando diretamente as bases do trabalho organizado do setor industrial e dos serviços. A destruição de milhares de postos de trabalho formais, aliado à incapacidade de geração de novas oportunidades de inserção produtiva, tiveram como resultado um aumento do desemprego ao longo da década, como visto anteriormente, além da diminuição da remuneração do trabalho (CACCIAMALI, 2000). Consequentemente, houve também um enfraquecimento da capacidade de organização e mobilização dos sindicatos, uma vez que uma grande massa de trabalhadores deixou de pertencer às bases dos sindicatos. Entre esses grupos estava uma parte significativa de trabalhadores setor industrial, justamente aqueles reconhecidos como os mais organizados (CARDOSO, 2003).

Sob esse novo cenário, as grandes organizações sindicais passaram a rever suas estratégias de mobilização, o que gerou uma atuação menos combativa e mais defensiva, negociadora, caracterizado por alguns autores como um período de “sindicalismo de resultados” (ANTUNES, 1995), “cooperação conflitiva” (RODRIGUES, 1995), ou “convergência antagônica” (OLIVEIRA, 1993). De acordo com Alves (2000, p. 113), isso é explicado pelo fato do sindicalismo no Brasil ainda apresentar uma estrutura sindical frágil no plano organizativo, cujas principais características são: *i) ela é descentrada*, fragmentada e dispersa por uma miríade de sindicatos municipais, em sua maioria pouco expressivos e com exígua capacidade de barganha; *ii) é descentralizada*, com poucas iniciativas e formas de ação unificadas (apesar da constituição das centrais sindicais a partir de 1983); *iii) é desenraizada*, em virtude de não ter inserção nos locais de trabalho, sendo uma estrutura externa às empresas; e *iv) é verticalizada*, com imensas dificuldades de articular, numa perspectiva horizontal mais ampla, a organização da classe, permanecendo vinculada à categoria assalariada. Todavia, o autor ressaltou que, mesmo que os sindicatos não tenham demonstrado a mesma vitalidade política das décadas anteriores, o índice de greves permaneceu significativo nos anos 1990.

Na primeira década dos anos 2000, novos elementos surgem para o debate em torno da questão sindical no Brasil. O mercado de trabalho se recuperou ao longo dos anos, sobretudo a partir de 2004, e atingiu níveis de desemprego bem abaixo daqueles da década passada,

além de maiores taxas de formalização da mão de obra. O que esse novo cenário impactou no sindicalismo?

Para Campos (2014), em que pese o momento favorável da economia, a associação dos trabalhadores aos sindicatos não avançou, ou pelo menos não como poderia ter avançado. Isto é, o crescimento do emprego, que ampliou as bases dos sindicatos, não foi acompanhado proporcionalmente pelo aumento da filiação sindical no período. Por isso, o autor percebeu que os anos 2000 registraram um descolamento entre a dinâmica laboral e a sindical. Embora as bases dos sindicatos tenham se ampliado significativamente nos anos 2000, alguns setores apresentaram queda em sua densidade sindical, ou seja, a taxa de associação ou filiação aos sindicatos. Nesses setores estão inclusos segmentos que contavam com algumas das taxas de sindicalização mais elevadas em 2001, tais como: extração de petróleo e gás; materiais e equipamentos de transporte; máquinas e equipamentos industriais; e materiais siderúrgicos e metalúrgicos. Por outro lado, alguns segmentos tiveram adensamento em suas bases sindicais, com destaque para: materiais e equipamentos diversos; alimentos, bebidas e fumo; materiais jornalísticos, editoriais e gráficos. Uma observação importante nesse caso é que os segmentos em que os sindicatos conseguiram adensar suas bases mostraram-se bastante minoritários na indústria. Dessa forma, Campos (2014) entendeu que a fragilidade dos sindicatos, própria dos anos 1990, não pareceu inteiramente “superada” nos 2000.

No entanto, o fato de haver esse descolamento, por si só, não caracterizaria uma crise do sindicalismo nos anos 2000. Esse é o ponto de vista de Cardoso (2014), ao argumentar que o movimento sindical brasileiro pode ser considerado atuante por diversos aspectos, sobretudo no que tange aos resultados das negociações coletivas, as taxas de greve e a presença de sindicalistas nas esferas de representação política. Sob essa perspectiva, o autor discutiu os principais pontos encontrados na literatura referentes às “dimensões da crise” do sindicalismo. Uma delas diz respeito à expressiva queda das taxas de sindicalização do total da população assalariada adulta no país, que caiu de 22,5% no início dos anos 1990 para 18,1% em 2012. Essa queda é vista como indicador de menor proximidade dos trabalhadores com as organizações sindicais que os representam compulsoriamente. Porém, o autor ressaltou que, ainda assim, são cerca de 16 milhões de trabalhadores filiados mesmo apesar da queda nos últimos anos, o que não deixa de ser um número bastante expressivo, se comparado com outros países.

Outra dimensão analisada por Cardoso (2014) diz respeito à perda de capacidade do sindicalismo para a ação coletiva, com números para mostrar que tal afirmativa recorrente na literatura está equivocada. De acordo com os dados apresentados, no ano de 2012 ocorreram perto de 900 greves em todo o país, sendo o maior volume de greves desde 1997. Além do mais, em 75% delas os trabalhadores conseguiram ser atendidos totalmente ou em parte de suas reivindicações, e 95% das categorias negociaram reajustes salariais acima da inflação, um recorde

histórico segundo Cardoso. Tais fatores demonstram um significativo sucesso na ação coletiva recente dos trabalhadores. Esse resultado foi bem diverso do que ocorreu nos anos 1990, quando as negociações eram majoritariamente desfavoráveis aos trabalhadores, devido ao grau de fragilidade dos sindicatos diante da situação desfavorável da economia e, por conseguinte, do mercado de trabalho brasileiro⁴.

Pichler (2011), ao analisar as dinâmicas recentes de afiliação sindical entre todos os trabalhadores brasileiros (inclusive rurais), observou que houve queda na densidade sindical nos 1990, mas que nos anos 2000 houve uma recuperação desse indicador. Porém, ele diagnosticou também diferenças importantes quanto à relação de gênero. Durante a “fase de declínio” do sindicalismo (anos 1990), houve forte queda na taxa de sindicalização entre os homens, porém, entre as mulheres ela aumentou. Ou seja, a queda na densidade sindical nos anos 1990 deve-se exclusivamente à queda da filiação masculina. Já no “período de recuperação” (anos 2000), tanto entre os homens quanto entre as mulheres observou-se elevação da taxa sindical. Mesmo assim, o aumento da densidade sindical entre as mulheres foi mais elevado do que entre os homens, o que demonstra a manutenção da tendência vinda da década passada de maior filiação relativa entre as mulheres, embora

⁴ Desemprego em alta, ameaça de migração por parte das empresas, reestruturação produtiva, flexibilização dos contratos, crescimento da informalidade, desindustrialização dos empregos, tudo isso reduziu, e muito, o poder de barganha dos sindicatos, que, ademais, perderam base de sustentação em razão da redução dos empregos formais (CARDOSO, 2014).

o total de filiados masculinos continue sendo superior. Em termos regionais, as mulheres obtiveram aumento da taxa de sindicalização em todas as regiões brasileiras, com destaque para o Nordeste e para as áreas rurais. Outro ponto destacado por Pichler (2011, p. 39) é que a “crise financeira internacional de 2009 afetou mais fortemente a afiliação masculina do que a feminina”.

Para além da evolução recente do sindicalismo em números agregados, é importante também discutir alguns fatores gerais, inerentes a sua própria natureza institucional, que determinam ou diferenciam a inserção de homens e mulheres em organizações sindicais. Araújo (2005) é uma das autoras que abordaram a temática do sindicalismo como um campo importante para estudos sobre as relações de gênero no mundo do trabalho. Os sindicatos são conhecidos historicamente como espaços de domínio masculino, que tende a excluir ou “invisibilizar” a presença feminina em suas formas específicas de organização. Porém, lembrou a autora que as mulheres tiveram uma participação importante desde o surgimento do “novo sindicalismo” no Brasil, levantando o debate sobre a necessidade de se ações dirigidas à classe trabalhadora que não levassem em conta apenas relações produtivas, mas também as reprodutivas. Um marco histórico desse movimento foi a realização do 1º Congresso das Operárias da Metalurgia de São Bernardo do Campo, em janeiro de 1978, em pleno ABC paulista. Outros eventos importantes foram ocorrendo posteriormente, como a criação da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (CNMT), da CUT, em

1986, além de comissões de mulheres em diversos sindicatos filiados (BERTOLIN; KAMADA, 2012). Aos poucos, o sindicalismo passou a incluir em suas pautas temas diretamente ligados aos interesses das mulheres em sua relação com o mundo do trabalho, incluindo a proteção aos direitos da maternidade, luta contra o assédio social, igualdade de oportunidades, entre outros.

Todavia, alguns autores apontaram que a participação das mulheres nas estruturas de poder nos sindicatos encontra-se, de modo geral, diretamente vinculada à manutenção de uma hierarquia social e técnica com a supremacia masculina (HIRATA, 1998). Um fato que exemplifica tal afirmação é a baixa participação de mulheres em cargos de diretoria dos sindicatos. Carvalho (2001, p. 9) diagnosticou em sua pesquisa que poucas organizações sindicais possuem 30% dos cargos de sua diretoria ocupados por mulheres, inclusive em segmentos cuja base é equilibrada em termos de empregos femininos e masculinos, ou mesmo com maioria feminina. A própria CUT, central que elaborou essa proposta, não observa essa condição em seus afiliados. Dessa forma, a autora concluiu que, assim como entre as mulheres são observados maior incidência de cargos de menor qualidade no mercado de trabalho (informais, tempo parcial, de menor rendimento, etc.), nos sindicatos a mulher trabalha “no espaço imposto pela maioria masculina, nos cargos que não impõe decisões, sendo cargos secundários [...], não atuante no processo de tomada de decisões

sindicais”. E por falar em centrais sindicais, em 2009 apenas 21,2% dos cargos em suas diretorias era composto por mulheres.

Evidências Empíricas

Taxa de filiação

Nesta subseção, analisa-se a taxa de filiação aos sindicatos, estritamente sob a ótica relativa (proporção dos trabalhadores que decidem se sindicalizar)⁵. Leva-se em conta apenas os trabalhadores dos seguintes grupos: entre 16 e 65 anos de idade, assalariados e registrados, celetistas e estatutários, situados no Brasil urbano⁶. Isso porque, ao se tratar de filiação sindical, é costume referir-se ao trabalho em ‘idade ativa’ (de 16 a 65 anos), ‘subordinado’ (assalariado) e reconhecido pela regulação laboral (registrado perante o Estado). Ademais, é comum na literatura a referir-se somente ao trabalho vinculado a sindicatos urbanos para análises desse tipo (RODRIGUES, 1979, 1989, 1990; VIANNA, 1976).

⁵ A respeito das controvérsias em torno da taxa de filiação, questionando se ela realmente consiste em indicador de força da organização e da atuação dos sindicatos, ver Cardoso (1999; 2003); Rodrigues (1979).

⁶ Os trabalhadores celetistas são assalariados regulados pela Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto Lei nº 5.452/1943). Já os trabalhadores estatutários são assalariados regidos por estatutos específicos, tal como a Lei nº 8.112/1990 (estatuto dos trabalhadores civis federais).

Ao longo das últimas décadas, a taxa de filiação sindical diminuiu sensivelmente no país. Entre 1992 e 2002, passou de 32,4% do total de trabalhadores para 29,4%. Entre 2002 e 2012, ela diminuiu ainda mais significativamente, de 29,4% para 23,7% desse total, como demonstra a figura 3. As razões desse comportamento da filiação aos sindicatos já foram estudadas pela literatura (CARDOSO, 2003, 2013). Na década de 1990, elas estiveram associadas à fraqueza da economia brasileira, que fez com que as bases sindicais reduzissem seu tamanho (em sentido absoluto) e, ao mesmo tempo, se rareficassem (em sentido relativo). Na década de 2000, tais bases até chegaram a ampliar seu tamanho (em perspectiva absoluta), mas não conseguiram se adensar (em perspectiva relativa) – essencialmente, porque a filiação aos sindicatos não acompanhou o avanço da ocupação dos trabalhadores (CAMPOS, 2013).

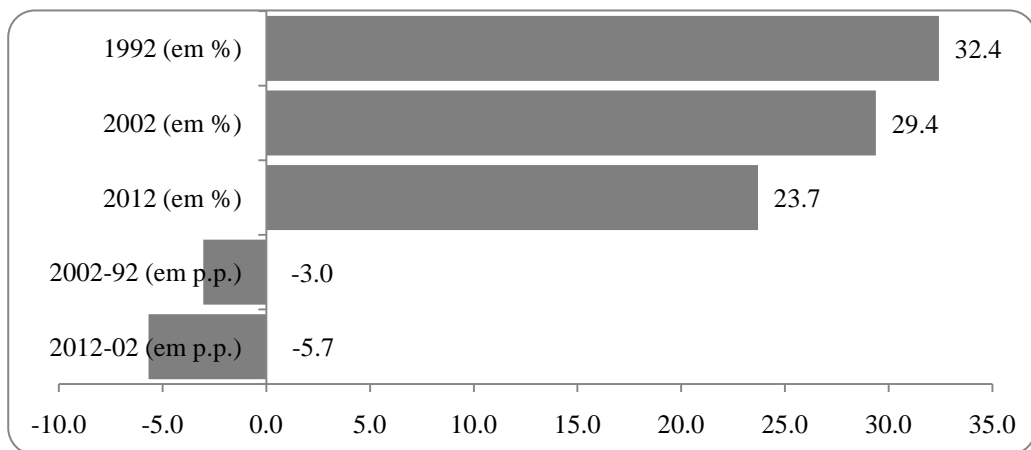


FIGURA 3 - FILIAÇÃO (E VARIAÇÃO DA FILIAÇÃO) DE TRABALHADORES AOS SINDICATOS,

NOS ANOS DE 1992, 2002 E 2012 (EM % E EM P.P.)

FONTE: MICRODADOS PNAD/IBGE. ELABORAÇÃO DOS AUTORES.

Nota: Trabalhadores de 16-65 anos, assalariados registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.

Seja como for, comparando homens e mulheres, é possível observar comportamentos distintos no que se refere à filiação aos sindicatos. Historicamente, a taxa masculina se mostrou superior à feminina – o que, em alguma medida, consistiu em um reflexo da inserção mais precária das mulheres no mercado laboral (GUIMARÃES, 2002). Não obstante, entre 1992 e 2002, a taxa masculina reduziu-se mais que a feminina (-4,0 p.p. contra -1,2 p.p.). Além disso, entre 2002 e 2012, esse fenômeno voltou a ocorrer, ainda que de forma um pouco menos pronunciada (-5,9 p.p. contra -5,3 p.p.),

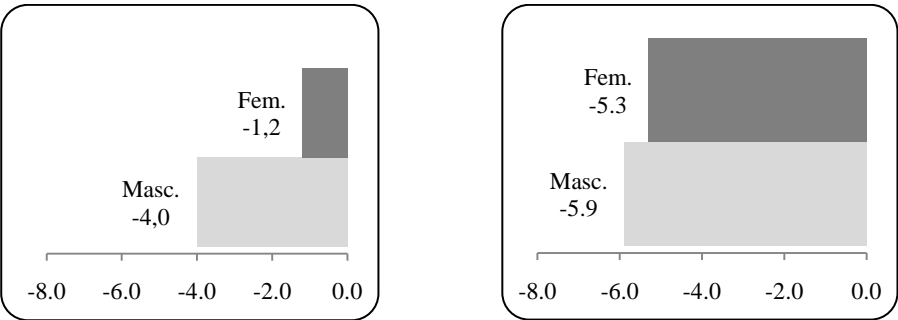
como demonstra a figura 5. Como resultado, a diferença que havia entre a filiação de homens e mulheres a sindicatos, que chegava a 1,14 vez no ano de 1992, diminuiu para somente 1,03 no de 2012 (tabela 1 e figuras 4 e 5). Em termos de taxas, ambos os gêneros têm agora grau bastante semelhante de proximidade com a organização sindical – o que, historicamente, parece ser uma novidade importante.

**TABELA 1. FILIAÇÃO DE TRABALHADORES AOS SINDICATOS,
POR SEXO, NOS ANOS DE 1992, 2002 E 2012 (EM %)**

Taxas (em %)	1992	2002	2012
Masc.	33,9	29,9	24,0
Fem.	29,8	28,6	23,3
Comparação entre taxas (em vezes)	1992	2002	2012
Homens / Mulheres	1,14	1,05	1,03

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

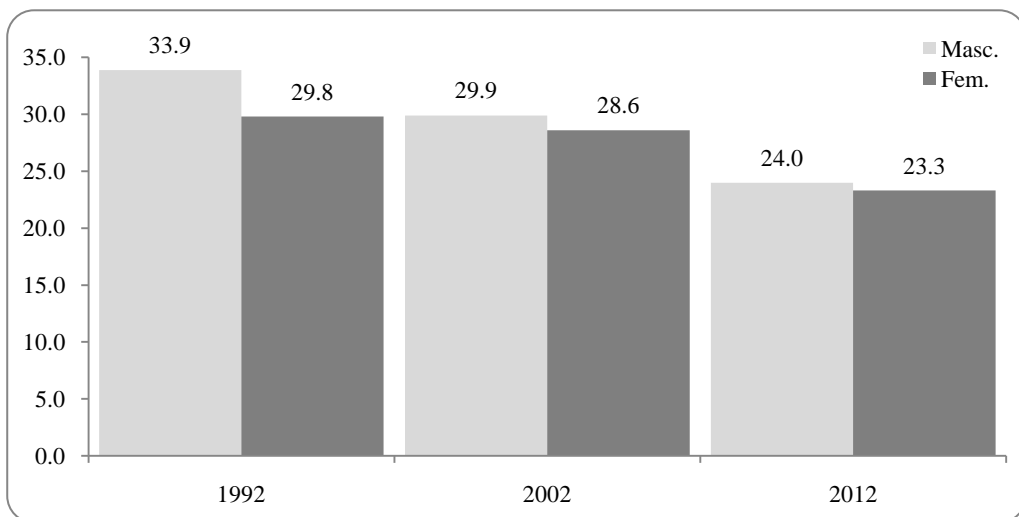
Nota: Trabalhadores de 16-65 anos, assalariados registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.



**FIGURA 4 - VARIAÇÕES DA FILIAÇÃO DE TRABALHADORES AOS SINDICATOS,
POR SEXO, ENTRE OS ANOS DE 1992, 2002 E 2012 (EM P.P.)**

FORNTE: MICRODADOS PNAD/IBGE. ELABORAÇÃO DOS AUTORES.

Nota: Trabalhadores de 16-65 anos, assalariados registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.



**FIGURA 5 - FILIAÇÃO DE TRABALHADORES AOS SINDICATOS,
POR SEXO, NOS ANOS DE 1992, 2002 E 2012 (EM %)**

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Nota: Trabalhadores de 16-65 anos, assalariados registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.

Essa novidade pode ser constatada também ao analisar as taxas de filiação de homens e mulheres, por regiões do país e por setores econômicos.

No que diz respeito às regiões, em quase todas elas, as diferenças entre as taxas masculinas e femininas se reduziram no intervalo entre 1992 e 2012 (ainda que isso nem sempre tenha ocorrido de modo linear). Apenas como exemplo, no Nordeste, tais diferenças eram de 7,3 p.p. a favor dos homens em 1992 e caíram para 2,4 p.p. a favor das mulheres em 2012 (figura 6).

No que concerne aos setores, em todos eles, essas diferenças diminuíram no lapso entre 1992 e 2012 (ainda que nem sempre de maneira linear). Como exemplo, na indústria de transformação, tais diferenças eram de 8,4 p.p. a favor dos homens em 1992 e caíram para 4,1 p.p. em 2012. Já nos serviços, esses valores corresponderam, respectivamente, a 7,0 p.p. e 1,2 p.p. (figura 7).

Em suma, seja por regiões do país, seja por setores econômicos, observa-se que as taxas de filiação masculinas e femininas se aproximaram significativamente. O que, em certa medida, indica que ambos os gêneros têm hoje grau semelhante de proximidade com a organização sindical.

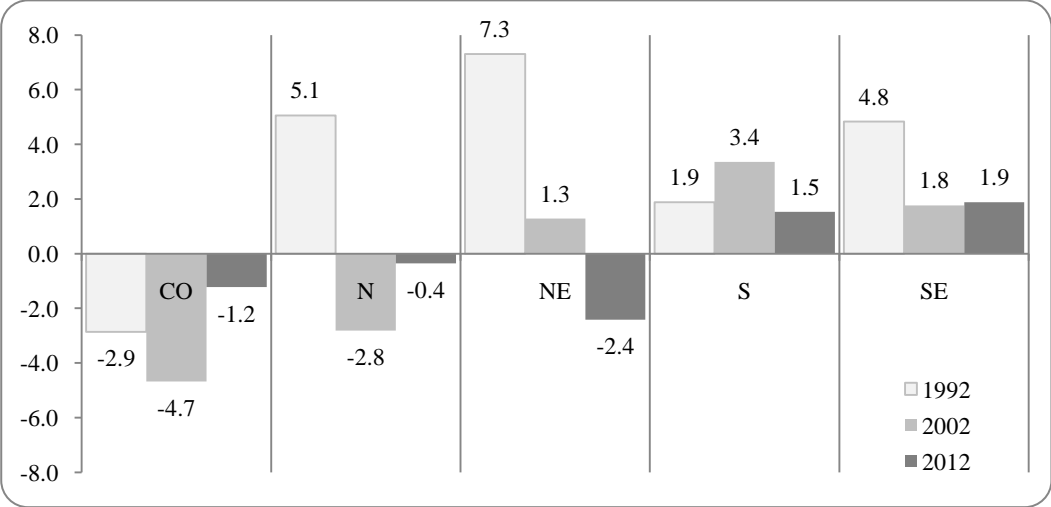


FIGURA 6 - DIFERENÇAS DE FILIAÇÃO DE TRABALHADORES (MASC. - FEM.) AOS SINDICATOS, POR REGIÃO, NOS ANOS DE 1992, 2002 E 2012 (EM P.P.)

FONTE: MICRODADOS PNAD/IBGE. ELABORAÇÃO DOS AUTORES.

Nota: Trabalhadores de 16-65 anos, assalariados registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.

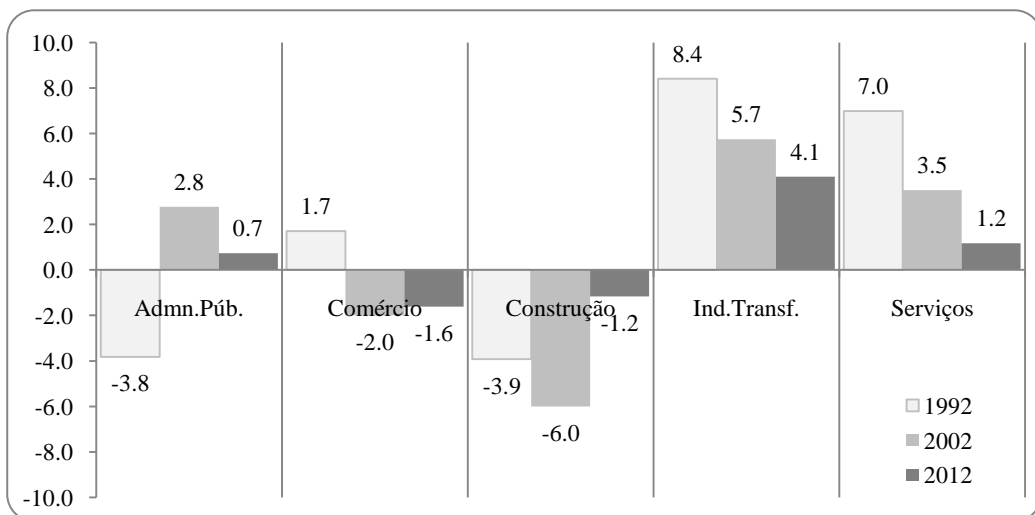


FIGURA 7 - DIFERENÇAS DE FILIAÇÃO DE TRABALHADORES (MASC. - FEM.) AOS SINDICATOS,

POR SETOR, NOS ANOS DE 1992, 2002 E 2012 (EM P.P.)

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Nota: Trabalhadores de 16-65 anos, assalariados registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano.

Perfil da filiação

Na subseção anterior, a ideia foi analisar a taxa de filiação aos sindicatos, comparando homens e mulheres. Já nesta, o intuito será estudar o perfil dessa filiação, pois a organização e a mobilização sindical não se apoiam sobre os trabalhadores considerados em abstrato.

Pelo contrário, se apoiam sobre perfis específicos, que apresentam maior proximidade com essa organização/mobilização¹.

Dadas as limitações da fonte de informações usada neste artigo (a Pnad/IBGE), a ideia é analisar o perfil da filiação a sindicatos por meio dos seguintes atributos, assim categorizados: *i) Atributos demográficos*: cor (negra ou branca)²; condição na família (pessoa de referência ou outra condição qualquer); se estuda (não ou sim); anos de estudo (até 11 anos ou 12 anos ou mais); área de residência (não metropolitana ou metropolitana); se é migrante (não ou sim); e *ii) Atributos ocupacionais*: porte do estabelecimento de trabalho (até 10 ocupados ou 11 ou mais ocupados); jornada semanal (até 40 horas ou 41 horas ou mais); tempo de vínculo (até 36 meses ou 37 meses ou mais); rendimento do trabalho (até R\$ 1.016,00 ou R\$ 1.016,01 ou mais); setor de trabalho (categorias binárias, contrastando a indústria, a construção, o comércio e os serviços em geral).

Para verificar a relevância desses atributos para a filiação de homens e mulheres, efetua-se uma análise de razões de chance, que resultam de regressões logarítmicas binomiais, focadas apenas em

¹ Acerca da relevância de analisar quem são os perfis de trabalhadores que efetivamente respondem pela organização/mobilização dos sindicatos, ver Cardoso (1999); Rodrigues (1999).

² A categorização “branca” incorpora as respostas “branca” e “amarela” da PNAD/IBGE. Já a categorização “negra” incorpora as respostas “preta”, “parda” e “indígena”.

efeitos principais³. A figura 8 e as tabelas 2 e 3 (anexo) resumem o que foi encontrado com tais regressões, assim como o procedimento utilizado (seleções de variáveis, números de iterações, valores de qui-quadrado, valores de Nagelkerke, valores de coeficientes, níveis de significância, índices de classificação, números de resíduos etc.). No ano de 2012, os atributos com maior importância para a filiação de homens e mulheres pareceram ser os ocupacionais⁴. As razões de chance de atributos como setor de trabalho, porte de estabelecimento, tempo de vínculo e rendimento de trabalho se mostraram superiores a todas as demais, referentes a atributos demográficos (figura 8)⁵. Se fosse possível delinear um “tipo ideal”, os homens e mulheres com mais chances de se filiarem aos sindicatos seriam aqueles que trabalhassem há mais tempo, em um grande estabelecimento, que pagasse maiores salários e que estivesse situado no setor industrial (especificamente no caso dos homens, no que concerne a este último atributo)⁶.

³ É importante mencionar que, ao lidar com as razões de chance, contrastando os atributos dos trabalhadores e suas intenções de filiação aos sindicatos, não se afirma nada sobre relações de causalidade existentes. Ademais, é relevante destacar que, pelos motivos já expostos, a análise com as razões de chance é realizada a partir do mesmo recorte já utilizado: leva-se em conta apenas os trabalhadores assalariados e registrados, celetistas e estatutários, situados no Brasil urbano.

⁴ Com a exceção da jornada de trabalho.

⁵ Um exemplo de interpretação das razões de chance que constam da figura 9 é o seguinte: se as mulheres trabalham em estabelecimentos maiores (com 11 ocupados ou mais), elas têm uma chance 1,62 vez maior de serem filiadas aos sindicatos do que aquelas que trabalham em estabelecimentos menores (com até 10 ocupados).

⁶ Deve-se ter algum cuidado na análise das razões de chance vinculadas a setores de trabalho no caso das mulheres, pois os altos valores apresentados na figura 9 correspondem na verdade a valores inferiores à unidade, como pode ser visto na tabela 2. Sobre isso verificar a nota que acompanha a figura 9.

Enfim, a filiação de homens e mulheres parece ser influenciada principalmente por atributos da esfera ocupacional. Isso faz sentido, pois a filiação dos trabalhadores é um aspecto próprio do âmbito sindical. E este último diz respeito a temas da esfera ocupacional (como mobilizações por melhores condições de trabalho, em defesa de remunerações mais elevadas, contra demissões de trabalhadores e assim por diante).

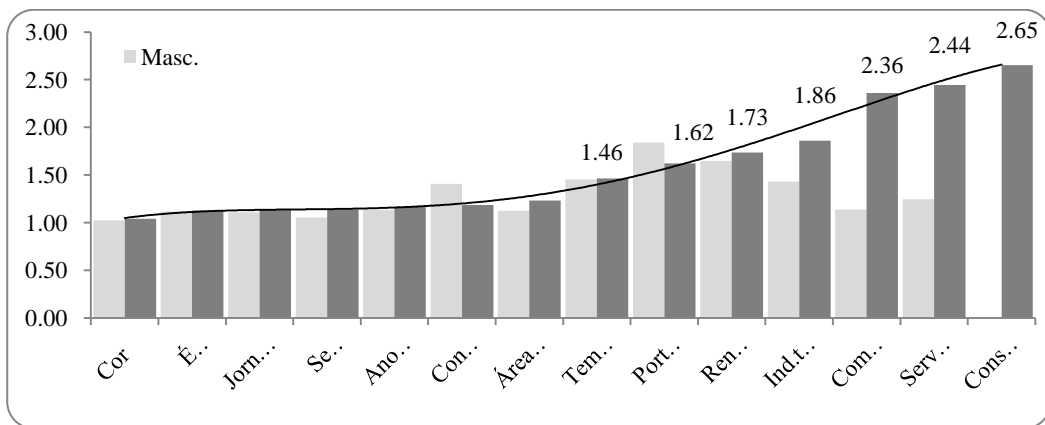


FIGURA 8. RAZÕES DE CHANCE. VARIÁVEL-RESPOTA: SE É FILIADO OU NÃO.
VARIÁVEIS-PREDITORAS: MÚLTIPLAS. ANO DE 2012

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Nota: Trabalhadores de 16-65 anos, assalariados registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano. Método utilizado: entrada forçada de variáveis, seleção única, não hierárquica, com até 20 interações, apenas com efeitos principais. Atributos do modelo do sexo feminino: Qui-quadrado (14) 451.655,26; $p \leq ,01$. Nagelkerke R²: ,058. Todos B com $p \leq ,01$. Correta classificação: 80,3%. Percentual de resíduos estandarizados $> 2 = 2,8\%$. Atributos do modelo do sexo masculino: Qui-quadrado (14) 991.739,99; $p \leq ,01$. Nagelkerke R²: ,078. Todos B com $p \leq ,01$, com exceção da variável 'Construção'. Correta classificação: 77,2%. Percentual de resíduos estandarizados $> 2 = 2,1\%$. Valores do setor 'construção' não apresentados para o sexo masculino, pois não são estatisticamente significativos. Rótulos de valores

apresentados: apenas os do sexo feminino. Ressalva: neste gráfico, se razão de chance $< 1,00$, razão de chance = $1/\text{razão}$.

Considerações finais

A mobilização dos trabalhadores em organizações representativas, como os sindicatos, é uma questão relevante em meio aos estudos que compõem os campos da economia e da sociologia do trabalho. Mas, para compreender os sindicatos, é necessário entender as características e as dinâmicas do mercado de trabalho, para se obter uma visão geral da base social dessas instituições.

No Brasil dos anos 1990, o mercado de trabalho caracterizou-se pelo desemprego e pela informalização da mão de obra, com consequências negativas como a pobreza e a desigualdade. Essa situação reverteu-se uma década depois, na primeira metade dos anos 2000, quando a taxa de desemprego teve uma queda significativa e quando ocorreu um aumento na formalização da mão de obra.

Ao longo desse período, houve variações significativas quando se diferencia a evolução dos indicadores por gênero, com uma tendência de diminuição das diferenças, embora os dados continuem desfavoráveis às mulheres. De fato, ao final dos anos 2000, o desemprego feminino ainda continuava superior ao masculino, sendo que o mesmo ocorria com a informalidade da ocupação. Ou seja, a inserção das mulheres no mercado de trabalho permanecia mais precária que a dos homens, ainda que ocorrido uma diminuição das diferenças.

Isso pôde ser visto também no âmbito dos sindicatos. Nos anos 1990, essas instituições sofreram acentuadamente com a dinâmica do mercado de trabalho (desemprego, informalidade etc.). Já nos anos 2000, ao menos em certa medida, essa dinâmica se alterou, abrindo condições para que os sindicatos recuperassem seu protagonismo nesse mercado – o que foi registrado, de modo mais claro, no elevado número de greves e de negociações coletivas bem-sucedidas.

No que se refere à filiação de homens e mulheres, um aspecto importante dos anos 1990 e 2000 foi o grau de proximidade de ambos os gêneros aos sindicatos. As evidências empíricas apresentadas neste artigo mostraram que, em termos de taxa de filiação e também de perfil, ao final dos anos 2000, já quase não se registravam diferenças entre homens e mulheres. Em todas as regiões geográficas, assim como em todos os setores econômicos, ambos os gêneros se tornaram mais semelhantes no que concerne à proximidade com os sindicatos.

Isso representou algo bastante novo na história do sindicalismo brasileiro. Afinal de contas, os sindicatos sempre foram conhecidos como espaços masculinos, pouco permeáveis à presença feminina em sua organização e em sua mobilização. É verdade que, ao longo dos anos 1990 e 2000, eles passaram a incluir, em suas pautas, temas ligados aos interesses das mulheres em sua relação com o mundo do trabalho. Ademais, passaram também a integrar mais mulheres em sua estrutura de poder – conselhos, direções, presidências etc. Mas, de toda

maneira, historicamente, os sindicatos foram conhecidos como espaços essencialmente masculinos.

Dessa forma, em que pesem as evidências mencionadas neste artigo, que mostram um grau de proximidade semelhante de homens e mulheres aos sindicatos no final dos anos 2000, é importante perguntar se isso se refletirá em espaços mais equilibrados entre os gêneros dentro dos sindicatos – equilibrados em termos de presença de homens e mulheres em suas estruturas, em suas pautas de mobilização e assim por diante. Tal questão, por si só, já abre um amplo leque para análises futuras.

Referências

ABRAMO, L. O resgate da dignidade: a greve de 1978 em São Bernardo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BERTOLIN, P. T. M.; KAMADA, F. L. Ausentes ou invisíveis? Participação das mulheres nos sindicatos. Caderno Espaço Feminino, v. 25, nº 1, 2012.

CACCIAMALI, M. Globalização e processo de informalidade. Economia e Sociedade, v. 14, 2000.

CARDOSO, A. M. A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CARVALHAL, T. A questão de gênero sob a perspectiva sindical. *Revista Pegada*, v. 2, nº 1, 2001.

CAMPOS, A. G. Dilemas do trabalho: sindicatos no Brasil hoje. In: KREIN, J.D.; CARDOSO JÚNIOR, J.C.; BIAVASCHI, M.B.; TEIXEIRA, M.O. (Orgs.). *Regulação do trabalho e instituições públicas*. 1a. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. v. 1. p. 87–122.

____. Sindicatos no Brasil hoje: dilemas apresentados para a sindicalização. *Boletim Mercado de Trabalho*, nº 56, 2014.

CARDOSO, A. M. Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou? Rio de Janeiro: FGV, 1999.

____. Os sindicatos no Brasil. *Boletim Mercado de Trabalho*, nº 56, 2014.

____. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

____. Para onde foram os sindicatos? In: KREIN, J.D.; CARDOSO JÚNIOR, J.C.; BIAVASCHI, M.B.; TEIXEIRA, M.O. (Orgs.). *Regulação do trabalho e instituições públicas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

GUIMARÃES, N. A. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. *Cadernos Pagu*, nº 17/18, 2002.

IPEA. Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad. *Comunicados do IPEA*, nº 160. Brasília: IPEA, 2013.

LEMO, M. R. Gênero, movimentos sociais e sindicatos trabalhistas: analisando representações femininas em espaços reivindicativos. *Revista Sociais e Humanas*, v. 24, nº 2, 2011.

MENEGUELLO, R. PT: a formação de um partido. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

NORONHA, E. G. A explosão das greves na década de 80. In: O sindicalismo brasileiro nos anos 80. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, F. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 36, 1993.

RODRIGUES, I. J. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 9, nº 3, 1995.

RODRIGUES, J. A. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Símbolo, 1979.

RODRIGUES, L. M. Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1989.

____. CUT: os militantes e a ideologia. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SANDOVAL, S. Os trabalhadores param. São Paulo: Ática, 1994.

SILVA, S. P.; GONZALES, R. H. S. Evolução e descentralização territorial do emprego industrial no Brasil: algumas evidências para o debate atual. In: IPEA. Brasil em Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2013. v. 2.

TABELA 2. REGRESSÃO LOGÍSTICA BINOMIAL. VARIÁVEL-RESPOSTA: SE É FILIADO OU NÃO.

VARIÁVEIS-PREDITORAS: MÚLTIPLAS. SEXO FEMININO. ANO DE 2012

Atributos demográficos	B	EP	RC	RC-Inf (95%)	RC-Sup (95%)
Cor (negra x branca)	-0,04	0,00	0,96	0,96	0,96
Condição na família (outra x referência)	0,17	0,00	1,18	1,18	1,19
Se estuda (não x sim)	-0,13	0,00	0,88	0,87	0,88
Anos de estudo (até 11 x 12 ou + anos)	0,15	0,00	1,16	1,16	1,17
Área de residência (não metrop. x metrop.)	-0,21	0,00	0,81	0,81	0,81
Se é migrante (não x sim)	-0,12	0,00	0,89	0,88	0,89
Atributos ocupacionais	B	EP	RC	RC-Inf (95%)	RC-Sup (95%)
Porte do estabelec. (até 10 x 11 ou + ocupados)	0,48	0,00	1,62	1,61	1,63
Jornada de trabalho (até 40 x 41 ou + horas)	0,12	0,00	1,13	1,13	1,13
Tempo de emprego (até 36 x 37 ou + meses)	0,38	0,00	1,46	1,46	1,47
Rendimento mensal (até R\$ 1.016,00 x R\$ 1.016,01 ou +)	0,55	0,00	1,73	1,73	1,74
Sector de trabalho (outro x ind.transf.)	-0,62	0,03	0,54	0,51	0,57
Sector de trabalho (outro x construção)	-0,98	0,03	0,38	0,36	0,40
Sector de trabalho (outro x comércio)	-0,86	0,03	0,42	0,40	0,45

Setor de trabalho (outro x serviços)	-0,89	0,03	0,41	0,39	0,43
Constante	B	EP	RC	RC-Inf (95%)	RC-Sup (95%)
Bo	-1,25	0,03	-	-	-

Legenda: B – Beta; EP – Erro Padrão; RC – Razão de Chance; RC-Inf. (95%) – Limite inferior do intervalo de confiança da razão de chance; RC-Sup (95%) - Limite superior do intervalo de confiança da razão de chance. Grupo analisado: trabalhadores de 16-65 anos, do sexo feminino, assalariados registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano. Método utilizado: entrada forçada de variáveis, seleção única, não hierárquica, com até 20 interações, apenas com efeitos principais. Atributos do modelo: Qui-quadrado (14) 451.655,26; $p \leq ,01$. Nagelkerke R²: ,058. Todos B com $p \leq ,01$. Correta classificação: 80,3%. Percentual de resíduos estandarizados $> 2 = 2,8\%$.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

TABELA 3. REGRESSÃO LOGÍSTICA BINOMIAL. VARIÁVEL-RESPOSTA: SE É FILIADO OU NÃO. VARIÁVEIS-PREDITORAS: MÚLTIPLAS. SEXO MASCULINO. ANO DE 2012

Atributos demográficos	B	EP	RC	RC-Inf (95%)	RC-Sup (95%)
Cor (negra x branca)	-0,02	0,00	0,98	0,97	0,98
Condição na família (outra x referência)	0,34	0,00	1,41	1,40	1,41
Se estuda (não x sim)	0,05	0,00	1,05	1,05	1,06
Anos de estudo (até 11 x 12 ou + anos)	0,13	0,00	1,14	1,13	1,14
Área de residência (não metrop. x metrop.)	-0,12	0,00	0,89	0,89	0,89
Se é migrante (não x sim)	-0,11	0,00	0,90	0,89	0,90
Atributos ocupacionais	B	EP	RC	RC-Inf (95%)	RC-Sup (95%)
Porte do estabelec. (até 10 x 11 ou + ocupados)	0,61	0,00	1,84	1,83	1,85
Jornada de trabalho (até 40 x 41 ou + horas)	0,10	0,00	1,11	1,11	1,11
Tempo de emprego (até 36 x 37 ou + meses)	0,37	0,00	1,45	1,45	1,46
Rendimento mensal (até R\$ 1.016,00 x R\$ 1.016,01 ou +)	0,50	0,00	1,65	1,64	1,65
Sector de trabalho (outro x ind.transf.)	0,36	0,01	1,43	1,40	1,46
Sector de trabalho (outro x construção)	*	*	*	*	*
Sector de trabalho (outro x comércio)	-0,13	0,01	0,88	0,86	0,90
Sector de trabalho (outro x serviços)	0,22	0,01	1,24	1,22	1,27

Constante	B	EP	RC	RC-Inf (95%)	RC-Sup (95%)
Bo	-2,51	0,01	-	-	-

Legenda: B – Beta; EP – Erro Padrão; RC – Razão de Chance; RC-Inf. (95%) – Limite inferior do intervalo de confiança da razão de chance; RC-Sup (95%) - Limite superior do intervalo de confiança da razão de chance. Grupo analisado: trabalhadores de 16-65 anos, do sexo masculino, assalariados registrados, celetistas e estatutários, no Brasil urbano. Método utilizado: entrada forçada de variáveis, seleção única, não hierárquica, com até 20 interações, apenas com efeitos principais. Atributos do modelo: Qui-quadrado (14) 991.739,99; $p \leq ,01$. Nagelkerke R²: ,078. Todos B com $p \leq ,01$, com exceção de *. Correta classificação: 77,2%. Percentual de resíduos estandarizados $> 2 = 2,1\%$.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Transformações no mundo do trabalho: o perfil do emprego doméstico nos anos 90 e 2000

Juliane da Costa Furno¹

Natasha da Silva Pergher²

Resumo: Este trabalho procura fazer uma análise da situação do trabalho doméstico no Brasil entre as décadas de 90 e os anos 2000. Esse recorte temporal busca problematizar as transformações no mundo do trabalho a partir das experiências de cunho neoliberal – identificados nos anos 90 sob a governança de Fernando Henrique Cardoso – e as transformações cunhadas nos anos 2000, sob uma perspectiva “neodesenvolvimentista”, representada pela figura do ex-presidente Lula. No artigo procuramos refletir de forma mais geral sob as diferenças e desigualdades relacionadas ao gênero no mercado de trabalho, problematizando a divisão sexual do trabalho e as questões subjetivas relacionadas com a condição de mulher e trabalhadora. Como recorte de análise procuramos analisar, a luz dessas categorias, o mercado de trabalho doméstico, composto – majoritariamente por mulheres- e que reflete algumas características do papel destinado à mulher na sociedade, bem como aspectos da formação econômica e social da sociedade brasileira.

¹ Graduada em Ciências Sociais Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faz mestrado em desenvolvimento econômico pela Universidade Estadual de Campinas. Área de concentração: economia social e do trabalho.

² Graduada em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul, é mestranda em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na área de desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Gênero; Mercado de Trabalho; Trabalho doméstico; Sindicatos.

Abstract: This paper attempts to analyze the situation of domestic work in Brazil between the decades of the 2000s and 90. This time frame raises questions on transformations in the world of work from the experiences of neoliberal -. Identified in the 90s under the governance of Fernando Henrique Cardoso - and minted transformations in the 2000s, under a "neodesenvolvimentista" perspective, represented by the figure of former President Lula. In the paper we reflect more generally on gender differences and inequalities related to gender in the labor market, questioning the sexual division of labor and subjective issues related to being a woman and working. As cut analysis we analyzed the light of these categories, the market for domestic work, compound - mostly women and reflecting some characteristics of the role assigned to women in society, as well as aspects of economic and social development of Brazilian society.

Keywords: gender; Labour Market; Domestic work; unions

Introdução

A regulamentação do mercado de trabalho no Brasil inicia com o governo de Getúlio Vargas, no bojo do processo de industrialização da economia brasileira. Inicialmente, as leis trabalhistas restringiam-se aos trabalhadores urbanos, visto que esses eram os sujeitos centrais da dinâmica econômica em ascensão nos anos 1930. A extensão destas leis aos trabalhadores rurais se dá somente no ano de 1973, com a

promulgação da Lei 5889. Desnecessário dizer que o trabalho doméstico não foi incluído no conjunto de leis trabalhistas dos anos 1930, tampouco na regulamentação do trabalho rural dos anos 1970.

Os avanços no estabelecimento de marcos legais para esse tipo de atividade foram graduais: com a Lei 5859 de 1972, garantiu-se a carteira assinada, as férias anuais remuneradas de 20 dias úteis e a contribuição previdenciária. Já com a promulgação da constituição de 1988 foi assegurado o 13º salário, a exigência de aviso prévio, a licença maternidade, a folga aos domingos e o direito de sindicalização. Ainda que tais garantias tenham se efetivado, percebe-se uma dificuldade evidente na regulamentação do trabalho doméstico – que perpassou todo o século XX e adentrou o século XXI –, visto que este não era considerado trabalho produtivo e, portanto, de baixa importância para o conjunto da economia.

No ano de 2013, no entanto, o Congresso Nacional brasileiro aprovou um conjunto de medidas voltadas à regulamentação do trabalho doméstico, conhecido como a “PEC das domésticas”. Dentre os direitos que englobam a Emenda Constitucional n.º 72, de 2013 estão: a jornada de trabalho de 44 horas, o seguro desemprego, o salário família, a garantia de hora extra, o adicional noturno, o auxílio creche, o seguro contra acidentes de trabalho, o recolhimento obrigatório do FGTS por parte do empregador, a indenização em demissão sem justa causa, a equiparação das domésticas às demais categorias de trabalhadoras (BRASIL, 2013). Tais medidas se enquadram dentro das recentes

transformações percebidos no mercado de trabalho brasileiro que, a despeito de apresentarem avanços significativos, também expõem – e em alguns casos potencializam – as inúmeras contradições encravadas na nossa sociedade. É a partir desse contexto que se insere o presente artigo.

O estudo da regulamentação do mercado de trabalho doméstico no Brasil a partir de uma perspectiva crítica é, portanto, de alta relevância para as análises econômicas que buscam interpretações alternativas ao *mainstream*. Na medida em que se baseia em óticas interdisciplinares – incorporando tanto questões de gênero quanto a temática do poder – o presente trabalho foge às abordagens economicistas e dedutivistas próprias do pensamento hegemônico na economia, ou neoclássico. Nesse sentido, ao se propor a estudar uma temática tão atual, partindo da realidade concreta, incorpora-se um elemento normativo voltado à transformação das estruturas sociais e não à mera análise descritiva e pretensamente neutra destas.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo a análise do mercado de trabalho doméstico no Brasil, através de um recorte de gênero, com vistas a elucidar tanto os avanços, quanto os desafios que ainda se colocam para as mulheres em um sistema econômico que hierarquiza o trabalho e os trabalhadores em função da contribuição deste para a produtividade do capital. Para tanto, o trabalho está estruturado em três seções, além desta introdução: na seção 2, discute-se o recorte de gênero que fundamentam as relações de trabalho,

sintetizadas na “Divisão Sexual do Trabalho”; posteriormente, na seção 3, são abordados os aspectos do trabalho doméstico no Brasil nos anos 1990 e 2000, tendo sempre como pano de fundo os movimentos macrossistêmicos que orientaram a política econômica dos governos, como o neoliberalismo – no primeiro período – e o crescimento com distribuição de renda – no período mais recente. Finalmente, são traçadas algumas considerações finais sobre os desafios que permeiam o trabalho doméstico no Brasil.

Relações sociais de gênero e o mercado de trabalho

Para compreender as relações sociais de gênero no âmbito do mercado de trabalho, partimos da constatação de que as sociedades – desde as pré-capitalistas – operam segundo uma lógica denominada “Divisão Sexual do Trabalho”. Essa forma de divisão do trabalho tem dois sentidos, segundo Kergoat (2003). O primeiro seria o princípio da *separação* (existem trabalhos de homens e de mulheres) e o segundo princípio seria o da *hierarquização* (o trabalho dos homens vale mais do que o da mulher). “Esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista, que empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuais, os quais remetem ao destino natural da espécie” (KERGOAT, 2003 p. 56). A divisão sexual do trabalho, portanto, não é neutra no ambiente doméstico familiar (NOGUEIRA, 2006).

Embora a divisão sexual do trabalho não tenha surgido no interior das sociedades capitalistas, o capitalismo, enquanto um sistema político e ideológico utiliza-se das diferenças sexuais para aprofundar seus processos de inerente de aprofundamento das desigualdades. Nesse sentido, compreendemos que as diferenças de gêneros são responsáveis pela diferenciação de papéis sociais específicos, o que contribuiu para a valorização dos trabalhos desempenhados por homens e mulheres. Com isso, a opressão cultural de gênero, torna-se um expoente da exploração social de gênero, sendo a força de trabalho feminina a mais precarizada e sujeita a menores remunerações. Segundo Hernandez (2009), a divisão do trabalho entre homens e mulheres é parte integrante da divisão social do trabalho.

De um ponto de vista histórico, evidencia-se que as formas atuais da divisão sexual do trabalho cunhadas na exploração do trabalho (Trabalho assalariado/trabalho doméstico; empresa/família) aparece simultaneamente ao capitalismo e um existe em relação ao outro. Nesse sentido, as relações sociais de gênero refletem-se no interior da sociedade capitalista, especialmente nos espaços da família/lar, e na perspectiva do trabalho. Para compreender como a Divisão Sexual do Trabalho se aprofundou ao longo dos anos, faz-se necessário resgatar alguns elementos históricos da inserção da mulher nesse mercado.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres passaram a constituir – de forma significativa – as fileiras desse mercado. Essa entrada massiva de mulheres ocorreu pela necessidade de manutenção

da força de trabalho global diante de um cenário marcado pela guerra no qual a força de trabalho masculina estava direcionada para essa atividade. Desde esse período as mulheres passaram a ocupar um espaço significativo no mercado de trabalho, embora muitas delas tenham deixados seus postos após 1945.

No entanto, essa entrada numerosa de mulheres no mercado de trabalho foi acompanhada da continuidade dos fatores culturais que caracterizavam a construção social de gênero, e apesar de ocuparem os mesmos postos de trabalho que os homens, as desigualdades seguiram sendo uma característica essencial do mercado de trabalho mundial.

A começar pela caracterização da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Primeiramente foi identificado como um elemento conjuntural advinda da necessidade de manter uma produção local, e em segundo lugar, o trabalho das mulheres era visto como um trabalho de complementação de renda, visando contribuir para com a renda do marido ou para suprimento de consumo “supérfluo” das mulheres. Partindo dessa perspectiva era aceitável que a remuneração das mulheres fosse muito inferior a dos homens, uma vez que as tarefas de provimento e sustento das famílias era função dos homens, e “a presença das mulheres no mercado de trabalho era visto como circunstancial e passageira, uma vez que a sua atividade principal era de reprodutora e dona de casa” (TEIXEIRA, 2013, p. 114)

No mercado de trabalho opera uma divisão sexual horizontal de gênero, caracterizada pela concentração em determinados ramos de

atividade (pelas características culturais atribuídas a identidade feminina). Nesse sentido, as ocupações femininas têm a características comum de estarem ligadas à reprodução social, tarefa que historicamente tem sido desempenhada pelas mulheres. Esse fenômeno que diferencia homens e mulheres por setores econômicos é denominado de “segmentação do mercado de trabalho baseado no gênero”.

Além disso, existe uma “Divisão Sexual Vertical de Gênero”, que não só divide, mas também hierarquiza o que é trabalho de homens e mulheres, atribuindo determinados valores à sua realização. Nesse sentido, compreende-se que as mulheres estão em uma relação de desvantagens com relações aos homens, no que compreende a remuneração salarial, a ascensão profissional e as condições de trabalho, que são marcadas – prioritariamente – pelo elemento da discriminação e do assédio moral e/ou sexual. O conceito de “pirâmide ocupacional de gênero” retrata bem essa situação, na qual é possível identificar que os trabalho que exigem menos qualificação profissional, que tem menos prestígio social e menos remuneração são ocupados por maioria de mulheres, no entanto os cargos relacionados a chefia, gerência, prestígio social bem como os ligados a participação na esfera pública, são majoritariamente relegados ao sexo masculino. Ainda no que se refere às diferenças/desigualdades no interior do mercado de trabalho, destaca-se a ocorrência de contratação seletiva de mulheres, privilegiando a imagem social, a jovialidade e a não disposição imediata

de engravidar.

No que tange à experiência profissional as mulheres também largam em desvantagem, isso por que os homens costumam permanecer no mercado de trabalho de forma interrupta – salvo caso de doença – já as mulheres frequentemente ausentam-se no mercado de trabalho por motivos ligados a gravidez, a doenças na família, bem como as situações de recessão econômica e desemprego. “A atividade econômica das mulheres é descontínua, basicamente em razão de momentos cruciais de seu ciclo vital, dos quais o mais relevante é a maternidade” (YANNOULAS, 2002, p. 16)

Por último, destacamos a necessidade histórica naturalizada pelas sociedades de que as tarefas domésticas e de reprodução familiar são de exclusividade feminina. Com isso, as mulheres que adentram no mercado de trabalho precisam conciliar as suas atividades remuneradas com o pleno desempenho das tarefas domésticas, o que caracteriza uma dupla jornada de trabalho.

Entendidos os principais aspectos da divisão sexual (horizontal e vertical) do trabalho, partimos agora para a análise do mercado de trabalho doméstico no Brasil, setor cujos sujeitos centrais são essencialmente mulheres.

O trabalho doméstico no brasil: caracterizações, problematizações e o período recente

O sistema de tipo patriarcal, vindo com a colonização portuguesa, imprimiu no Brasil uma imposição imperialista da raça civilizada em contraposição a raça atrasa (FREYRE, 2006). Foi nesse cenário de aculturação nacional em que se instituem os embriões do trabalho doméstico. A estrutura da Casa Grande e da Senzala representava, no seu microcosmo, o sistema político, econômico e social brasileiro, no qual o trabalho era representado pela figura do escravo. O trabalho doméstico das escravas nas Casas Grandes, deixa suas marcas fixadas na história do desenvolvimento do trabalho domésticos - também de tipo remunerado - das trabalhadoras brasileiras. Como na Casa Grande, até hoje temos a presença do sujeito “agregado” (FREYRE, 2006), agora, porém, com dimensões reificadas, mas preservando a herança do trato com as empregadas domésticas em uma esfera pessoal e essencialmente desigual, aparentando, no entanto, apresentar contornos familiares. Segundo Pochamann, “parte significativa das atividades desenvolvidas nos lares brasileiros carrega ainda hoje traços semelhantes observados no passado servil e escravista” (POCHMANN, 2012, p. 49).

O trabalho doméstico possui demasiada importância social na produção e reprodução da sociedade, pois é ele que cria, cotidianamente, as condições necessárias para a manutenção da força de

trabalho, através do provimento do cuidado, da alimentação, da estadia entre outros. Paradoxalmente, no entanto, tanto o trabalho doméstico remunerado quanto o não remunerado, estão na escala dos trabalhos mais desvalorizados socialmente.

As teorias clássicas sobre o trabalho situavam o trabalho reprodutivo no polo oposto ao produtivo. Enquanto este último trata do trabalho que produz riqueza e reproduz o capital, ou daquele que está inserido no mercado de trabalho que gera valor monetário, o trabalho improdutivo é aquele em que “a mão de obra alocada gera valor econômico insuficiente para a sua própria manutenção, o que impede a existência de excedente econômico a ser apropriado por outrem” (POCHMANN, 2012, p. 48). No entanto, só é possível – materialmente – que haja trabalho produtivo na sociedade se existirem sujeitos aptos e com condições objetivas de realizá-lo, o que somente o trabalho reprodutivo é capaz de garantir. A atividade doméstica é invisível para a sociedade capitalista, porém, é fundamental para o desenvolvimento desta, por proporcionar o seu funcionamento, o suporte para a força de trabalho e a reprodução social. (PERROT, 2007).

Considerado tipicamente feminino, o trabalho doméstico historicamente esteve associado à baixa qualificação, a extensas jornadas de trabalho, a baixos salários e a pouca formalização e limitadas garantias trabalhistas. Além disso, existe um importante elemento subjetivo que é marca característica do emprego doméstico. Ele, não raras vezes, não é elevado ao status de trabalho. É comum às

trabalhadoras domésticas não remuneradas identificarem que “não trabalham” e que “apenas cuidam do lar e da família”. Nesse sentido, parece haver um acordo tácito entre empregadores e empregadas de que o trabalho doméstico não necessita passar pela legislação trabalhista vigente. Basta que haja um “acordo” entre as partes, o que na maioria das vezes é feito informalmente. Essa relação com o empregador é marcada por relações interpessoais e familiares, descaracterizando seu caráter profissional.

O trabalho doméstico remunerado assemelha-se a visão de trabalho que historicamente foi sendo construída no imaginário coletivo social do que seja o trabalho das mulheres. A sociedade brasileira tradicionalmente não reconhece o serviço doméstico como um trabalho. Os afazeres do lar, naturalmente relegado às mulheres, dificilmente foram encarados como um trabalho, sendo considerados simples obrigações femininas, sem valor produtivo e econômico, e sem reconhecimento por parte da sociedade. Segundo Pochmann (2012), o trabalho doméstico voltado para as famílias possui características distintas da observada no emprego de mão de obra em outros setores, “sua existência relaciona-se mais à combinação da concentração de renda e riqueza com a existência de parcela significativa de trabalho sobrando às atividades desenvolvidas nos setores públicos e privados” (POCHMANN, 2012, p.46).

O trabalho doméstico durante o período neoliberal

A década de 1990, no Brasil, no plano econômico refletiu o movimento internacional de hegemonia do capital financeiro, conhecido como neoliberalismo. O governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002) foi viabilizado e apoiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual exigiu, em contrapartida, a aplicação de uma política econômica que evitasse a aceleração inflacionária e que, em paralelo, preservasse a recente abertura comercial e financeira (BALTAR et alli, 2009). Nesse sentido, os pilares de sustentação do Plano Real basearam-se no tripé: metas de inflação, superávit primário e taxa de câmbio flutuante. Tal conjugação, a despeito de lograr avanços no que diz respeito à estabilidade inflacionária, provocou a sujeição da política econômica a fatores externos, vulnerabilizando o Estado e a sociedade brasileira frente à primazia das finanças.

A política de câmbio flutuante expressou a continuidade da política cambial: o país continuou renunciando ao poder de usar a taxa de câmbio como instrumento para orientar o desenvolvimento e para exportar mais produtos manufaturados e depender menos de importações desses produtos (BALTAR et alli, 2009, p. 4).

Em síntese, a aplicação da política neoliberal no Brasil, a partir dos anos 90, respondeu mais aos interesses do capital internacional, perseguindo investimentos mais lucrativos, do que ao processo de

crescimento interno. Como resultado, assistiu-se uma reestruturação produtiva, calcada em um baixo dinamismo econômico e, no que tange ao mercado de trabalho, vivenciou-se um período de taxas de desemprego elevadas, de flexibilização das relações trabalhistas e de escassos ganhos salariais.

Nesse cenário de estagnação e recessão econômica, com a emergência de medidas que visavam precarizar e flexibilizar o trabalho no Brasil, os trabalhadores menos qualificados – e em especial as mulheres – identificavam no trabalho doméstico uma alternativa para a obtenção de uma remuneração que, apesar de baixa, garantia seu provimento e de suas famílias. Dessa forma, durante os anos 90, o trabalho doméstico permaneceu como o 2º e 1º tipos de serviço na ocupação de mão de obra feminina, como mostram os dados da PNAD (2009).

no	Proporção de empregadas domésticas sobre o total de mulheres ocupadas (%)	Posição do serviço doméstico na distribuição da população feminina entre os grupos de ocupação da PNAD
992	16,2	2º
993	16,6	2º
995	17,2	2º
996	17,5	2º
997	17,8	2º
998	16,9	2º
999	17,2	2º
001	18	1º
002	17,4	1º

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

Analizando esses dados, verifica-se que o trabalho doméstico constitui um elemento que oscila conforme se modificam as condições sociais e econômicas no Brasil, apresentando cifras mais elevadas – em

termos proporcionais e absolutos – durante o período de liberalização econômica vivenciado no período do governo FHC.

O trabalho doméstico na era Lula-Dilma

A partir de 2002, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, uma série de transformações entram em curso na economia brasileira, sendo que, a principal delas diz respeito à maior participação do Estado na orientação da economia. Diferentemente do período neoliberal – em que se observou a sujeição do Estado brasileiro aos interesses do capital financeiro internacional – os anos que se seguiram à eleição de Lula, demonstram uma postura mais assertiva do Estado tanto na regulamentação de mercados (financeiro, de trabalho, etc.), quanto na elaboração de políticas públicas voltadas para a diminuição das desigualdades de renda. Vale destacar, no entanto, que, sendo o neoliberalismo um processo de acumulação sistêmico, este não foi combatido em sua plenitude, mas apenas foram minorados os seus efeitos em um conjunto de setores da economia brasileira.

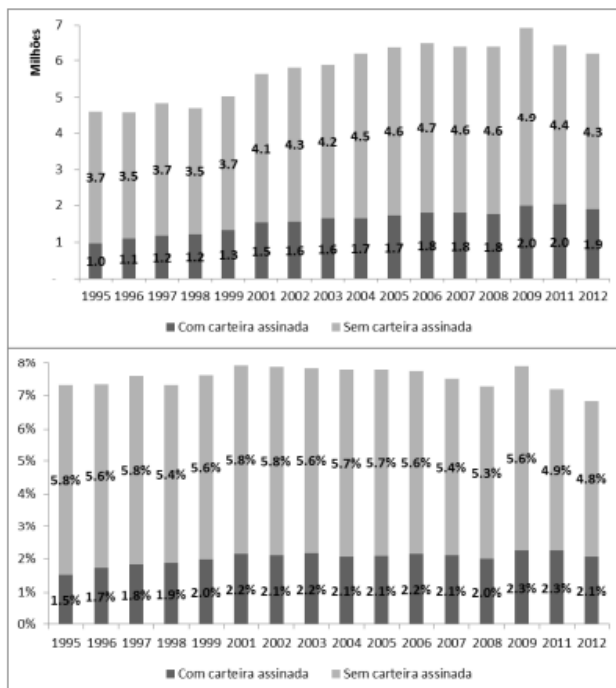
No que diz respeito ao mercado de trabalho, por exemplo, são perceptíveis as transformações positivas observadas no período – especialmente no segundo mandato, do governo Lula – materializadas, dentre outras, por uma melhora significativa da renda do trabalho decorrente da política de valorização do salário mínimo. Em que pesa a ocorrência de uma crise financeira internacional, 483 mil trabalhadores

foram formalizados, o que representa uma alta de 1,5% em relação a 2008 (PNAD2011). Ainda na mesma pesquisa verifica-se que 53,5% dos trabalhadores em 2011 contribuíram para a previdência social. Cinco anos antes, essa proporção era de apenas 46,4%

No que tange ao trabalho doméstico, a análise dos dados da PNAD de 2004 e 2011 mostra que este tem deixado de ser a principal atividade na qual estão inseridas as trabalhadoras. Da mesma forma, observa-se que esse tipo de atividade tem perdido seu peso – proporcional e absoluto – no mercado de trabalho. Isso pode ser explicado pela melhora no mercado de trabalho vivenciado nos anos 2000, bem como as melhoras nas condições de acesso ao ensino superior e o aumento na perspectiva econômica de vida dos trabalhadores, em especial das mulheres.

Em 2001, 18% da mão de obra feminina estava ocupada no trabalho doméstico, e em 2011 esse percentual caiu para 15,6%. Além disso, o trabalho doméstico caiu de 1º lugar na absorção do trabalho feminino em 2001 e 2002 para 3º em 2011 (PNAD 2011). Ressalta-se, ainda, o fato de que o número de trabalhadoras dessa categoria que obteve carteira de trabalho assinada aumentou 12,4% em 2011. Entre 2004 e 2009 houve um aumento de 11,9% no contingente de trabalho doméstico.

Gráfico 3.16- Evolução da composição do trabalho doméstico entre com e sem carteira assinada entre 1995 e 2012.



Fonte: Rodrigues e Ramos, 2013

Esse gráfico permite constatar que o trabalho doméstico tem apresentado uma trajetória de redução nos últimos anos da década de 2000. No entanto, vale destacar que cerca de 70% da mão de obra feminina ocupada no trabalho doméstico ainda se encontra na informalidade (RODRIGUES; RAMOS, 2013). Além disso, apesar da diminuição do contingente das trabalhadoras no trabalho doméstico, este permanece relativamente estável nesses últimos 20 anos, oscilando

entre a 1ª e a 3ª posição na absorção de mão de obra geral feminina.

Considerações finais

O presente artigo buscou apresentar, a partir de um recorte de gênero, algumas características presentes no mercado de trabalho doméstico do Brasil, atentando para algumas transformações pela qual este passou nos anos recentes – sendo a publicação da Emenda Constitucional 72/2013, ou “PEC das Domésticas” o elemento central dessas mudanças. Abaixo, tecemos as principais conclusões deste estudo e esboçamos alguns questionamentos e desafios a serem enfrentados no que diz respeito à regulamentação do trabalho doméstico no Brasil.

Em primeiro lugar, sabemos que o mercado de trabalho no Brasil, apesar dos recentes avanços, reflete ainda um aspecto remanescente da sua história colonial: a manutenção da divisão sexual do trabalho que hierarquiza e classifica a classe trabalhadora de acordo com o sexo. Dessa lógica, surge um recorte claro entre trabalhos predominantemente masculinos e trabalhos predominantemente femininos. Para além da divisão, tal herança incute a essas duas categorias um juízo de valor, ou seja: trabalhos predominantemente masculinos não somente são dirigidos aos homens, como também são mais valorizados e reconhecidos, visto que são capazes de contribuir de maneira mais eficiente para a produtividade geral da economia; de

modo contrário, os trabalhos predominantemente femininos, por serem reprodutivos e não produtivos, contribuem menos para a geração de riquezas e para a acumulação e, por isso, são menos valorizados. O mercado de trabalho doméstico deixa essa divisão sexual do trabalho mais evidente.

Em segundo lugar, ainda que, conforme apresentado ao longo do texto, alguns avanços puderam ser observados nos anos recentes – como a diminuição do trabalho feminino doméstico nos anos 2000 e o aumento da formalização do mesmo – a regulamentação do trabalho doméstico de maneira mais efetiva, bem como o rompimento com o preconceito que o circunda são tarefas inacabadas que exigem um alto grau de comprometimento tanto por parte do governo brasileiro quanto por parte da sociedade civil (incluindo nessa, em especial, os grupos de pressão e sindicatos das trabalhadoras domésticas).

Nesse sentido há muito ainda no que avançar. O trabalho doméstico é um ramo da atividade econômica bastante difundido no Brasil (em especial, entre os estratos da alta classe média que possuem renda suficiente para contratar o serviço doméstico), e que apresenta uma profunda herança cultural, aliada a uma enorme concentração de renda. É preciso enfrentar essa herança escravocrata e servil, regulamentando essa profissão como trabalho, e retirando-o da dimensão pessoal, afetiva e familiar que lhe tem conferido o status de um não-trabalho, mas de uma extensão das tarefas “naturais” atribuídas culturalmente as mulheres.

Referências

BALTAR, P.; SANTOS, A.; GARRIDO, F. & PRONI, M. Estrutura do emprego e da renda. In: LAPLANE, M. & HIRATUKA, C. (orgs.) *Perspectivas do Investimento no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES; Campinas: IE-Unicamp, 2009.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013*. Disponível em: < http://portal.mte.gov.br/trab_domestico/emenda-constitucional-n-72/>

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª Ed. São Paulo: Global, 2006.

HARNANDEZ, Carmem Osório. *Política de crédito Rural com Perspectiva de gênero: um meio de empoderamento para as mulheres rurais?*. UFRGS, Porto Alegre, 2009

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. Prefeitura Municipal de São Paulo: Coordenadoria especial da mulher. São Paulo, 2003

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho Duplicado: a divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras de telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

POCHMANN, Marcio. Sobre a Nova Condição de Agregado Social no Brasil: algumas considerações. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 105. Jul/dez 2003.

_____. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Boitempo editorial, São Paulo, 2012

RODRIGUES, Flora Toledo; RAMOS, Carlos Alberto. *Pleno emprego no Brasil: considerações teóricas e análise empírica*. Universidade de Brasília, Brasília, 2013

TEIXEIRA, Marilane Oliveria. O mercado de trabalho reitera relações desiguais que se constroem no âmbito das relações econômica e sociais. In: *Classes, que classes? ciclo de debates sobre classes sociais*. Perseu Abramo, São Paulo, 2013

YANNOULAS, Silvia Cristina. *Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

As trabalhadoras da limpeza de uma instituição pública de ensino superior: gênero, terceirização e precarização

*Gabriella Ane Dresch*¹

*Lincoln Renato Vieira Zanardine*²

*Stéphanie Faux*³

Resumo: Esse artigo é parte de uma pesquisa realizada com as trabalhadoras da limpeza do campus Reitoria da Universidade Federal do Paraná durante o primeiro semestre de 2014. Através da análise sociológica de um questionário aplicado a 21 trabalhadoras, elencou-se um debate sobre questão do gênero na profissão delas, explorado sob diversas perspectivas, como a bipolaridade da inserção da mulher no mercado de trabalho e as noções de masculino e feminino trazidas por elas e a relação com a esfera privada. A discussão se amplia, e, neste contexto, está atrelada à terceirização e à precarização do trabalho. Para tanto, é apresentado panorama do funcionamento deste emprego, seguido do perfil das funcionárias, bem como o conceito da divisão sexual do trabalho mesclado às experiências relatadas e às concepções observadas nos discursos das funcionárias.

Palavras chave: trabalhadoras da limpeza, terceirização, relações de gênero, trabalho.

¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: gadresch@gmail.com

² Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: lincolnzanardine@yahoo.com

³ Graduanda do curso de Antropologia da Université Catholique de Louvain (UCL). Contato: faux.stephanie@gmail.com

Abstract: This article is part of a survey on janitors working at the Rectory of the University Federal of Paraná campus, during the first half of 2014. Through sociological analysis of a questionnaire administered to 21 workers, one can raise a debate on gender issues related to the profession and analyze them from various perspectives, such as: bipolarity of women entering the labor market, the notions of masculinity and femininity, and the relationship with the private sphere. The discussion goes further, and in this context, is linked to the outsourcing and the precarious job. Therefore, one will present an overview of the working conditions of this profession, followed by the profile of the janitors, the concept of the sexual division of labor mixing the related experiences, and concepts observed in the discourses of the janitors.

Keywords: Cleaning workers, janitors, outsourcing, gender relations, work.

Introdução

Este artigo é um recorte de uma pesquisa⁴ sobre as trabalhadoras da limpeza da Reitoria⁵ UFPR, realizada durante o primeiro semestre de 2014. A ideia desta pesquisa surgiu do interesse

⁴ A pesquisa teve início a partir da proposta de uma disciplina de graduação denominada “Trabalho e Desigualdade Social”.

⁵ O Campus Reitoria abriga o Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, o Setor de Educação e o departamento de Design. Está localizado na região central de Curitiba. É composto pelos edifícios Dom Pedro I, de doze andares e Dom Pedro Segundo, de sete andares. Além disso, há o prédio da Reitoria, o Teatro Reitoria, a Biblioteca Central e um dos Restaurantes Universitários da UFPR. O HC fica na região do campus, mas o seu sistema de limpeza é diferente, portanto não foi incluído.

de analisar sociologicamente o trabalho das pessoas responsáveis por pela limpeza da UFPR, em virtude dos contrastes que essa profissão traz quando inserida na universidade. As trabalhadoras da limpeza estão invariavelmente presentes em toda a universidade, no entanto não estão de fato nela. Elas não participam das atividades relacionadas aos estudos e, conforme essa pesquisa demonstrou os seus filhos também não aparecem nesse meio enquanto estudantes. Esse campus foi escolhido por ser o local que frequentamos enquanto estudantes de Ciências Sociais e, portanto, onde as encontramos com maior facilidade e as observamos cotidianamente.

O trabalho de uma pessoa cuja profissão se relaciona com a limpeza pode ser analisado sobre diversas perspectivas. Neste estudo, optamos inicialmente por explorar a questão do estigma, pois a nossa hipótese era de que tal elemento teria destaque na fala das funcionárias. Uma vez em campo, no entanto, nos deparamos com outras questões que se sobressaíram. Esse artigo diz respeito a um aspecto que teve grande destaque e que de modo algum poderia ser ignorado: a relação entre gênero e trabalho. Para tanto, foram utilizadas autoras e autores como Hirata e Kergoat (2007), Araújo (2007) e Souza (2011). A ferramenta metodológica consistiu na aplicação de um questionário que será descrito nos tópicos subsequentes. As respostas que nos foram cedidas, a experiência de conversar com essas mulheres e de frequentar seu ambiente de trabalho através de outro ponto de vista, deu base para importantes reflexões colocadas nessa pesquisa.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, apresentaremos algumas informações importantes acerca do trabalho das serventes de limpeza, como o salário, a rotina e a distribuição das funcionárias pelos prédios. A partir delas, há uma explanação sobre a metodologia adotada. Na sequência, descrevemos o perfil das mulheres que participaram da pesquisa, para então introduzirmos o conceito da divisão sexual do trabalho. Deste modo, podemos entrar em uma discussão sobre as continuidades e rupturas das esferas pública e privada e a posição das mulheres nesse mercado de trabalho. Por fim, abordamos a terceirização e precarização do trabalho de servente de limpeza, sem deixar de adotar a perspectiva do gênero, pois entendemos que nenhum dos elementos aparece isoladamente, nem pode ser compreendido isoladamente.

A delimitação do campo e os primeiros dados

Quando nos propusemos a analisar a situação do trabalho das serventes de limpeza na UFPR, inicialmente buscamos contato com uma interlocutora da equipe do campus da Reitoria. Tivemos uma conversa com ela, da qual obtivemos uma série de informações: o serviço de limpeza era terceirizado e o salário das funcionárias era de R\$: 803,00 mais um adicional de R\$ 43,00 pela assiduidade, além do vale transporte e R\$: 248,00 de vale alimentação. Quem trabalhava no Restaurante Universitário recebia o valor de R\$: 850,00 e não pagava

pelas refeições. No entanto, de acordo com as trabalhadoras, há uma grande quantidade de descontos salariais, geralmente por faltas e outros motivos que não foram citados.

Havia dois turnos de trabalho: o primeiro era das 06:30 horas da manhã até às 14:30, com pausa de uma hora para o almoço. O segundo turno tinha início às 14:30 e encerrava às 22:30, também com pausa de uma hora. No momento da pesquisa, havia um total de quarenta e nove profissionais da limpeza no campus Reitoria; apenas um era homem. Elas estão distribuídas da seguinte forma: treze no edifício D. Pedro I, cinco no edifício D. Pedro II, duas no Teatro da Reitoria, três no Prédio Reitoria, quatorze no Restaurante Universitário, duas na Biblioteca Central, uma na Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC), uma no DSG (Departamento de Serviços Gerais), duas na cobertura de faltas e duas de férias.

Formalmente, o critério para a contratação das funcionárias era ter ficado pelo menos durante um ano em outra empresa, não havendo menção ao nível de escolaridade, idade ou gênero. Não havia circulação das funcionárias entre os campi da UFPR, cada trabalhadora era responsável por determinada parte de cada prédio.

Uma vez em posse desses dados, optamos por elaborar um questionário dividido em três blocos principais, com perguntas abertas e fechadas. Conscientes de que um questionário elenca uma riqueza de detalhes menor do que as entrevistas de profundidade, procuramos suprir um pouco desta falta deixando uma abertura para que, em

determinados momentos, elas pudessem explorar mais os assuntos conforme desejassem.

O primeiro bloco buscava identificar o perfil das funcionárias, incluindo, portanto, a escolaridade, a idade, o estado civil e similaridades. O segundo bloco consistia no mapeamento do histórico de trabalho delas e nas impressões acerca de sua profissão. Como o foco inicial era a questão do estigma, grande parte das questões foi pensada de modo perceber essa possível situação. No entanto, identificamos muitos elementos ricos para um estudo de gênero, que serão debatidos nos tópicos seguintes. Por fim, o terceiro bloco se referia à condição socioeconômica.

O interesse da pesquisa se concentrava, a princípio, na relação cotidiana entre trabalhadoras da limpeza e os demais frequentadores da universidade no ambiente acadêmico e de circulação deles. Por esse motivo, decidimos não trabalhar com as funcionárias da CEUC, Biblioteca Central e Teatro da Reitoria. Nesses lugares, havia pouco ou nenhum contato entre as pessoas citadas, ou elas estavam em um ambiente que não correspondia ao contexto pretendido para fins de análise. Quanto às funcionárias do Restaurante Universitário, além de também não estarem totalmente englobadas no contexto pretendido, não foi possível realizar uma pesquisa com elas, uma vez que o RU estava em greve no momento da coleta de dados. O único homem citado trabalhava no RU, e, recentemente, descobrimos que o mesmo havia sido demitido; ficando fora do universo da pesquisa. Por essa razão, este

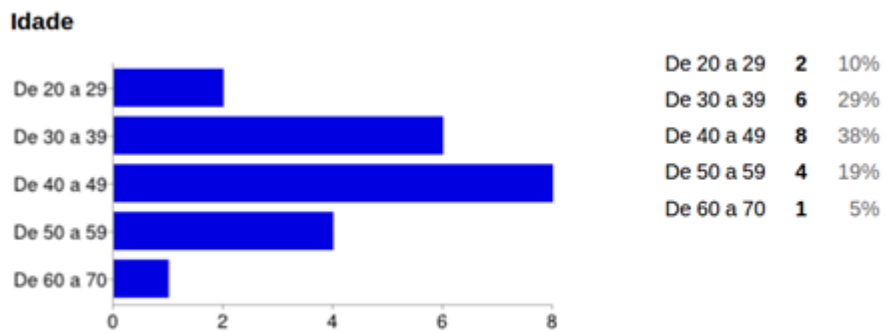
estudo envolve somente mulheres. Após a delimitação, iniciamos a coleta de dados com todas as funcionárias do D. Pedro I, D. Pedro II e prédio da Reitoria.

A aplicação do questionário se deu entre os dias 10/04/2014 e 30/04/2014. Embora as repostas tenham sido anônimas, uma das trabalhadoras se recusou a responder.

Quem são as trabalhadoras da limpeza da Reitoria UFPR?

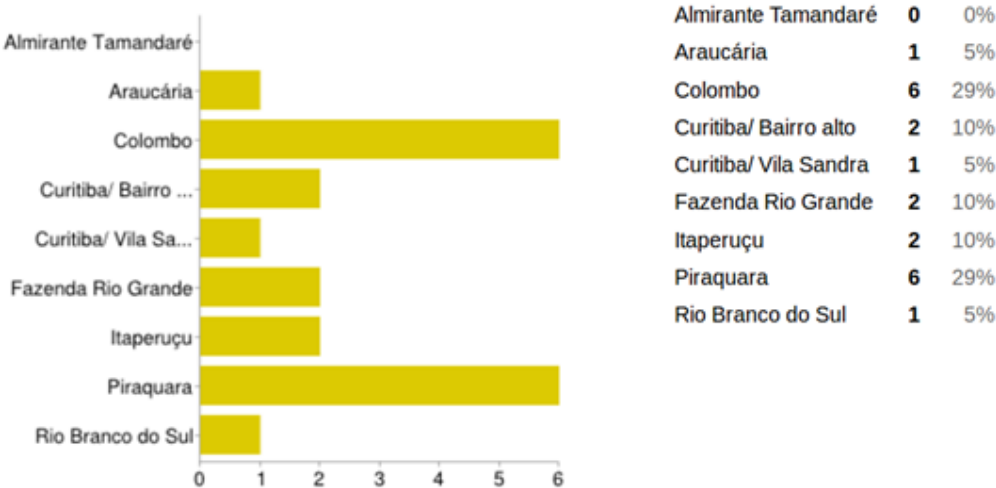
Antes de adentrar as discussões propostas por esse artigo, julgamos importante apresentar o perfil das mulheres que fizeram parte da pesquisa, com o intuito de situar os leitores e as leitoras.

As funcionárias com as quais trabalhamos tinham idades que variavam entre 26 e 62 anos, sendo que 38% delas estavam na faixa de 40 a 49 anos.



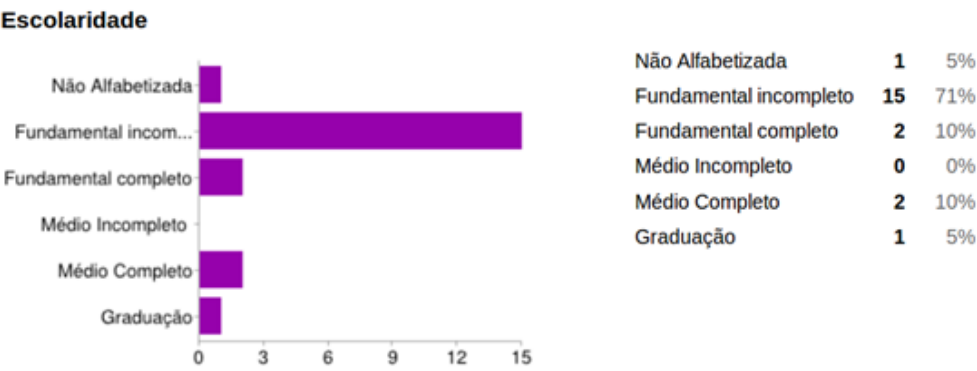
Três delas nasceram em Curitiba, quatro nasceram em outros estados e as demais vieram da região metropolitana ou do interior do Paraná. No momento do questionário, dezenove funcionárias moravam na região metropolitana de Curitiba, a maioria delas em Colombo e em Piraquara, como mostra o gráfico a seguir:

Onde você mora?



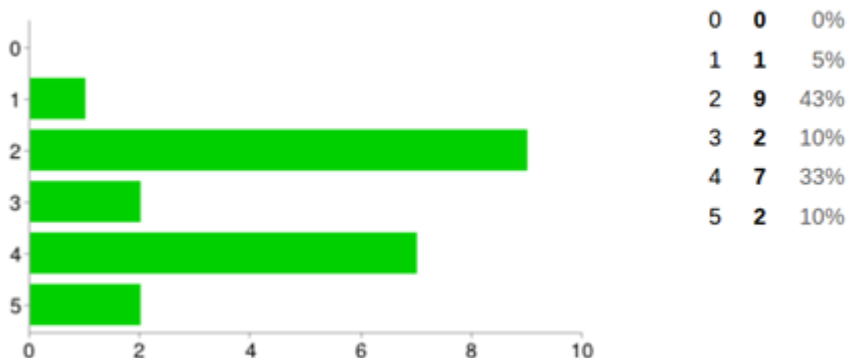
Sobre a escolaridade, quinze mulheres disseram ter o ensino fundamental incompleto, uma funcionária não era alfabetizada e uma tinha graduação em pedagogia. As demais se situavam entre ensino fundamental completo e ensino médio completo. Consideramos que a funcionária graduada era uma *outsider*, pois sua trajetória diferia

consideravelmente das demais trabalhadoras que participaram do questionário, bem como das pesquisas que lemos sobre o tema.



A respeito das famílias, a quantidade de pessoas que moram na mesma casa variou entre 1 e 10 pessoas; a maior parte era composta por 4 pessoas (29%). Todas elas tinham entre um e cinco filhos ou filhas, sendo que eles possuíam a escolaridade um pouco mais elevada que a das mães. De um total de sessenta filhos e filhas, oito estavam na série correta para a idade, três cursavam o ensino técnico e quatro frequentavam uma faculdade. Muitos pararam de estudar no ensino fundamental ou no ensino médio.

Quantos filhos/as você tem?



Mais da metade das respondentes estava casada ou em um relacionamento estável, além disso, havia duas viúvas, três divorciadas e três solteiras.

O conjunto dessas informações vai de encontro à pesquisa de Bruschini e Lombardi (2001) sobre o trabalho feminino no fim do século XX, na qual elas descrevem uma mudança no perfil das trabalhadoras brasileiras. Segundo as autoras, as trabalhadoras até o fim dos anos setenta eram predominantemente jovens, solteiras e sem filhos. Já a partir dos anos oitenta, a maioria delas passa a ser casada, tem filhos e é mais velha (BRUSCHINI e LOMBARDI, p. 163, 2001).

Durante a aplicação do questionário, o relato de uma das viúvas chamou a atenção, pois ela justificava seu emprego pela necessidade de ter relações sociais. Segundo Maria⁶, após a morte do esposo ela ficou muito sozinha em casa. Maria disse não precisar do

⁶ Todos os nomes que aparecem no texto são fictícios para preservar a identidade das respondentes.

salário, trabalhava porque isso a fazia bem e ela gostava de ter contato com outras pessoas. Houve outro caso similar, no qual a irmã de uma funcionária havia falecido. Observamos que ambas não tinham críticas em relação às condições de trabalho. Embora duas pessoas não seja um número elevado, considerando que o universo da pesquisa é pequeno, julgamos o dado significativo. Além disso, esses casos vêm em sintonia com outra informação: sete trabalhadoras disseram que o que mais gostavam na profissão era a amizade com as colegas, foi a resposta mais citada, seguida da limpeza em si e do ambiente do trabalho.

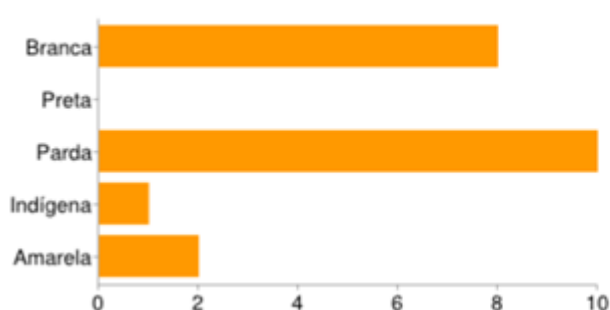
Em relação às características étnico-raciais, oito se declararam brancas, dez se disseram pardas, uma era indígena e duas se declararam amarelas. Nenhuma funcionária se declarou negra. Esse foi um dado diferente do apresentado pela pesquisa de Chaves (2014), também sobre funcionárias terceirizadas de uma instituição de ensino federal: seu artigo apontava que a maioria das trabalhadoras da área de limpeza era negra. A autora buscou esclarecer como a terceirização causava um sofrimento emocional às trabalhadoras e também considera que elas sofriam mais devido à condição socialmente imposta por conta da cor da sua pele. Para explicar essa condição, Chaves fez um apanhado histórico da formação do capitalismo no Brasil e da utilização da força de trabalho negra. Na época da escravidão, as escravas e escravos domésticos eram responsáveis pela manutenção da casa das famílias brancas; “suas atividades eram diretamente vinculadas ao serviço doméstico: lavadeiras, cozinheiras, amas de leite, aias, cocheiros, entre

outras” (CHAVES, 2014, p. 4). Ela salienta que após a abolição da escravidão, as mulheres negras continuaram a exercer o serviço doméstico.

Entendemos que esse dado exige uma análise complexa para ser compreendido em uma possível continuidade da pesquisa, especialmente porque o Paraná tem características singulares no que tange as questões étnico-raciais. A discussão envolveria os contextos históricos, as questões de identificação, de preconceitos e vários outros elementos ligados ao tema. Como este não era o foco, cabe apenas mencionar que, ainda que a quantidade de trabalhadoras que se autodeclararam negras e pardas não seja elevada como na pesquisa de Chaves (2014), verificamos através do censo 2010⁷ que 71,3% da população do Paraná se declarou branca; 2,9% se declarou negra, 24,5% é parda e 1,3% se disse amarela ou indígena. Na Reitoria UFPR, a quantidade de trabalhadoras que se declararam pardas foi praticamente o dobro proporcionalmente à população do Paraná.

⁷ Disponível em :
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf acesso: 18/07/2014.

Você se declara:



Branca	8	38%
Preta	0	0%
Parda	10	48%
Indígena	1	5%
Amarela	2	10%

Sobre o histórico profissional, por fim, quinze respondentes afirmaram que trabalharam principalmente com carteira assinada ao longo da vida, dessas, sete trabalharam a maior parte do tempo com limpeza e oito em outras áreas, como auxiliares de cozinha, vendedoras, entre outros. Somente três funcionárias trabalhavam na UFPR há cinco anos ou mais.

O gênero aparece: os homens não estão com nada!

Conforme descrevemos, um dos primeiros contatos que tivemos foi com uma interlocutora da zeladoria da Reitoria UFPR. A partir da conversa com ela, a questão do gênero apareceu e teve grande destaque. Afinal, o fato de que quarenta e oito das quarenta e nove pessoas que trabalhavam com a limpeza eram mulheres, não poderia ser ignorado. Esse dado foi o ponto de partida para as reflexões que

compõem esse artigo, desde o discurso de Carmem, nossa principal interlocutora, até as informações apresentadas em campo.

De acordo com a interlocutora da pesquisa, ser mulher não era um critério utilizado pela empresa no processo da contratação das funcionárias; ela relata que havia inclusive duas vagas destinadas aos homens em virtude do trabalho braçal ser mais pesado, mas que não eram preenchidas. Carmem disse que às vezes alguns homens começavam o período de experiência, contudo não permaneciam posteriormente. Quando indagada sobre qual seria o motivo, ela respondeu: “os homens não estão com nada!”. Prosseguiu dizendo que, para ela, não havia homens ocupando as funções de limpeza porque “para um pai de família, é difícil conseguir com esse salário”.

Tal afirmação nos deu margem para debater as noções de masculino e do feminino que apareceram nos discursos das serventes da limpeza, imagens que vêm junto com o processo de socialização. A concepção de “pai de família” aparece com frequência em estudos relacionados às trabalhadoras da limpeza, a dissertação de Souza (2011) é um exemplo:

O fato de muitas entrevistadas justificarem o grande número de mulheres nestas atividades pela remuneração e pela forma como a família é constituída apenas, evidencia como, no imaginário social, os estereótipos de gênero que associam a imagem da mulher a casa e a do homem ao papel de provedor, ainda permanecem. SOUZA, p. 73, 2011.

Partindo dessa constatação, julgamos necessário entender melhor o conceito da divisão sexual do trabalho: como uma série de características são relacionadas ao corpo da pessoa e ao gênero dela e como isso tem um efeito nas relações sociais, inclusive nas atividades profissionais cada indivíduo. David Le Breton (2012) aponta: “O corpo metaforiza o social e o social metaforiza o corpo. No interior do corpo são as possibilidades sociais e culturais que se desenvolvem.” (LE BRETON, p. 70, 2012).

A divisão sexual do trabalho

Para debater gênero e mercado de trabalho, entendemos ser essencial abordar divisão sexual do trabalho; termo utilizado por diversos autores e autoras. No caso deste artigo, utilizamos o conceito colocado por Hirata e Kergoat (2007):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 5)

É relevante explicar que embora as autoras se situem de teoricamente a partir dessa definição, elas julgam que somente esta não basta para explicar com a devida profundidade o conteúdo da divisão sexual do trabalho. Para elas, é preciso incluir dois princípios organizadores: o princípio da separação e o princípio hierárquico. O primeiro consiste basicamente no entendimento de que há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, enquanto o segundo percebe as diferenças de valores entre os trabalhos de homens e de mulheres, nos quais os dos homens valem mais (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 5). Elas reconhecem esse fenômeno em diversas sociedades ocidentais e destacam que a divisão não é estática, pois varia de acordo com o tempo e o contexto de cada época.

É possível estabelecer um ponto de convergência com Cláudia Mazzei Nogueira (2009), em seu estudo acerca das metamorfoses da divisão sexual do trabalho:

Ao refletir sobre a divisão sexual do trabalho, é possível afirmar que as atividades mais precárias estão reservadas para as mulheres, uma vez que a força de trabalho feminina encontra-se diretamente articulada às relações de poder presentes na histórica afirmação de que o trabalho da mulher tem menos valor do que o do homem em virtude, prioritariamente, de suas especificidades “naturais” de mãe e esposa. (NOGUEIRA, p. 63)

Não obstante, Laís Abramo (2007) ressalta que a divisão sexual do trabalho e, por conseguinte, a atribuição de funções domésticas e da esfera privada à mulher, conciliadas com o trabalho assalariado, implica não apenas em menos tempo para investir na formação e na carreira, mas também é responsável por subvalorizar econômica e socialmente a atuação das mulheres na esfera pública.

Uma vez no mercado de trabalho, além de as mulheres continuarem exercendo atividades domésticas em casa, muitas das funções das quais são encarregadas estão ligadas às especificidades “naturais” atribuídas ao feminino, especificidades do âmbito privado. Atividades que incluem cozinhar, limpar, lavar e cuidar de crianças são predominantemente ocupadas por mulheres, o que ressalta a força da divisão sexual do trabalho. Não por acaso, o relato da maioria das participantes da pesquisa demonstra que elas começaram a trabalhar com a limpeza porque, segundo elas, a escolaridade baixa não lhes permitiu conseguir outros empregos e limpar era o que já sabiam fazer; o que haviam aprendido em casa. As que já haviam tido outros empregos citaram, sobretudo, funções em cozinhas, trabalhos como diaristas e como babás. Não obstante, observamos que grande parte delas começou a trabalhar na UFPR por conta da indicação de amigas. Além disso, quando elas têm algum parente que também é da área da limpeza, essa pessoa é quase sempre mulher. Na pesquisa, 52% das mulheres afirmaram ter parentes trabalhando nessa área. Esse paradoxo

das trabalhadoras em espaços públicos *versus* a continuidade da esfera privada fica claro no artigo de Ângela Maria Carneiro Araújo:

As mudanças no sistema de produção têm requerido das mulheres uma série de habilidades que, adquiridas através do seu processo de socialização no espaço privado, apelam para o reforço de comportamentos culturalmente definidos como femininos. (ARAÚJO apud Posthuma, 1996, Rizek e Leite, 1998, Abramo, 1998, p. 4)

Daniele Kergoat reforça essa constatação: “se de um lado há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas.” (KERGOAT, 2010, p. 95).

Historicamente, as mulheres tiveram menos espaço e direitos que os homens, mas é falha a ideia de que só há algumas décadas elas tiveram sua inserção no mercado de trabalho. As mulheres de estratos sociais mais baixos sempre exerceram atividades para ter ou complementar a renda de sua casa; nesse sentido, é possível dizer que ao longo dos anos mais mulheres passaram adentrar o mercado de trabalho. Ricardo Antunes (1999) aponta que houve uma expansão considerável do trabalho feminino nas últimas décadas, especialmente no trabalho mais precarizado. Para o autor, a ampliação do trabalho feminino tem sido parte de um processo de emancipação parcial das mulheres, em relação à sociedade de classes e também ao que tange as

diversas formas de opressão masculina, baseadas na divisão social e sexual do trabalho. Se por um lado esse é um aspecto positivo, por outro, Antunes defende que “o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho”. (ANTUNES, 1999, p. 109)

Partindo do contexto descrito e considerando que existem diferenças na inserção das mulheres no mercado de trabalho, Nanci S. Silva e Leda Maria C. Gitahy (2006) atentam para o que chamam de situação bipolar das mulheres no mercado de trabalho: em um dos polos estão as mulheres altamente qualificadas, com escolaridade elevada que ocupam novos espaços: cargos de engenheiras, de gerentes, de arquitetas, médicas, entre outros. No polo oposto estão as mulheres com baixa escolaridade, cujos trabalhos são desvalorizados socialmente, como as trabalhadoras domésticas (SILVA e GIATAHY, p.60, 2006). As trabalhadoras que fizeram parte desta pesquisa estão inseridas no segundo polo, pois não tinham qualificações formais e exerciam uma atividade desvalorizada e tradicionalmente associada ao feminino: a limpeza.

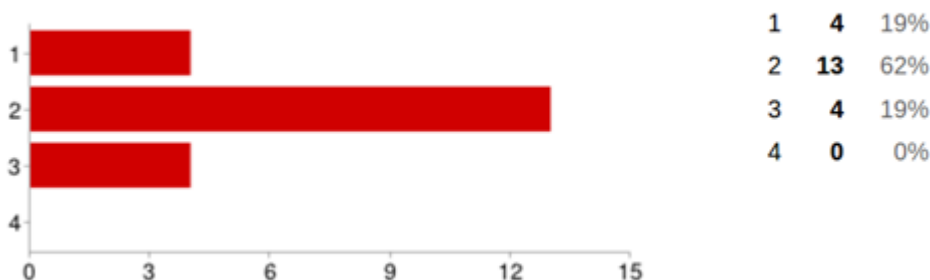
Intrinsecamente relacionado ao debate da divisão sexual do trabalho, vem o tema da disparidade salarial. Para verificar se isso ocorria na empresa terceirizada responsável por atender a Reitoria, entramos em contato com uma pessoa ligada à empresa, visando esclarecer esse tópico em especial. Naquele momento fomos informadas/os que o único homem encarregado da limpeza na Reitoria

havia sido demitido. Todavia, de acordo com essa pessoa, não havia diferença de salário quando algum homem era empregado. Não pudemos confirmar a informação, verificando, por exemplo, se as mulheres tinham mais descontos salariais, porque não tivemos contato com homens que trabalharam com a limpeza da Reitoria.

Neste ponto, cabe retomar a fala da interlocutora citada neste texto, sobre ser difícil para um pai de família conseguir trabalhar pelo salário de R\$: 803,00. Na contemporaneidade, embora muitas mulheres trabalhem fora e por vezes sustentem sozinhas as suas famílias, o trabalho feminino é usualmente visto como secundário; como um complemento da renda principal. Laís Abramo (2007) defende em sua tese que existe uma constituição e reprodução da noção das mulheres como uma força de trabalho secundária na sociedade. Para a autora, essa noção implica que a atividade profissional das mulheres na esfera pública está ligada às funções que elas assumem no âmbito privado. Isto posto, Abramo estuda a permanência do que ela chama de imagens de gênero.

Pensando nisso, fomos ao questionário, no qual dezessete mulheres responderam que seus salários eram fundamentais para a renda da família. Nossos dados apontam que em 81% dos casos, uma ou duas pessoas contribuíam com a renda familiar, o que invariavelmente as coloca em um papel importante, como mostra o gráfico a seguir:

Quantas pessoas contribuem com a renda familiar?



Como no momento da criação do questionário não aprofundamos tanto a questão do gênero, não é possível saber se o salário delas é a principal fonte de renda. Concluimos apenas que é imprescindível que a maior parte delas trabalhe.

A Terceirização e a precarização do trabalho

Do levantamento bibliográfico sobre gênero, trabalho e precarização feito para esse estudo, aparece com frequência o tema da terceirização das funções ocupadas pelas mulheres. Nesta pesquisa, entendemos que a precarização do trabalho e terceirização estão diretamente ligadas entre si e também podem estar ligadas às questões de gênero. Antes de entrar numa discussão mais profunda, no entanto, começaremos explicando o cenário deste fenômeno e como a terceirização ocorre no caso em questão.

A terceirização, tão presente na contemporaneidade, ganhou espaço a nível macro como um dos resultados da reestruturação produtiva que ocorreu em diversos países. Segundo Antunes (1999), a partir dos anos setenta há uma crise no padrão de acumulação taylorista/fordista, que expressava uma crise estrutural do capital. Nesse contexto, a reestruturação produtiva provocou transformações profundas no trabalho, através da acumulação flexível, do *downsizing*, da tecnologia mais avançada e principalmente da implementação do modelo toyotista. Antunes considera que houve um conjunto de elementos de continuidades e de descontinuidades no padrão da acumulação flexível, sendo uma das consequências a desconcentração produtiva e, portanto, a criação de empresas terceirizadas. O estudioso prossegue:

Algumas das repercussões dessas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força de trabalho humana que trabalha (...). ANTUNES, 1999, p. 53.

Como é possível notar, a flexibilização do trabalho geralmente está ligada a uma série de elementos negativos para os trabalhadores e as trabalhadoras, os quais configuram o trabalho precário. Esses

elementos estiveram presentes na pesquisa, quando verificamos, primeiramente, que era o trabalho de limpeza era terceirizado, que havia alta rotatividade, grandes descontos salariais e a diminuição dos direitos em relação às empresas que contratam diretamente os funcionários e as funcionárias. Retomaremos esse tópico após a explicação mais específica da terceirização, aspecto fundamental para a compreensão da precarização.

No Brasil a reestruturação teve início a partir de transformações políticas e econômicas; ocorreu em meados dos anos noventa e prevalece até então. Esse fenômeno é perceptível quando se nota que os serviços que eram realizados pelas próprias instituições passam a ser terceirizados, como o caso da limpeza na Reitoria da UFPR. Segundo Souza (2011),

A terceirização, como é chamada no Brasil, caracteriza-se pelo ato de repassar determinados serviços ou etapas do processo produtivo a outras empresas. Embora esta prática exista desde o início do processo de industrialização, ela não possuía a centralidade e importância adquirida a partir de 1970 em países de capitalismo avançado e 1990 no Brasil. Desde então, a terceirização constitui uma das práticas do processo de reestruturação produtiva, de que são características a busca por flexibilização do trabalho e da produção. (SOUZA, p. 50)

As empresas terceirizadas cujos serviços de limpeza são contratados pela UFPR, permanecem na instituição durante um prazo de

cinco anos. Isso não implica, porém, na substituição das trabalhadoras da limpeza durante as transições. Conversamos com serventes que trabalhavam nesse campus havia mais de cinco anos, mas constatamos que elas eram parte da exceção, pois a rotatividade das funcionárias é elevada. Quinze das respondentes trabalhavam na empresa há menos de dois anos. Segundo a nossa interlocutora, as funcionárias nunca pediam demissão. A justificativa era a de que elas eram demitidas pela empresa porque “falta demais, não faz o serviço direito. Um bom funcionário a empresa fica”. A alta rotatividade pode ser considerada uma das características da precarização dos trabalhos terceirizados. Ainda segundo Souza (2011),

O que se constata é que em muitos casos a terceirização se torna sinônimo de precarização do trabalho e do emprego, pois a diminuição de benefícios sociais, de salários e de contratos de trabalho formais constituem as próprias características dessa forma de organização da produção e do trabalho. (SOUZA, p. 61)

Cabe lembrar que muitas trabalhadoras relataram ter descontos salariais frequentes por faltas, as quais elas deviam repor nos fins de semana. Isso indica que além da justificativa para os descontos e de mais trabalho, também é a explicação da empresa para as demissões.

Outra características citada sobre a terceirização é a flexibilização do trabalho. Foi possível observar tal elemento nos dois turnos das funcionárias, sendo que o primeiro começava às 06:30 horas

da manhã e o segundo encerrava às 22:30 horas. O fato de que os turnos começavam muito cedo ou acabavam muito tarde foi entendido como uma precarização do trabalho delas, por questões de segurança e de qualidade de vida. Dezenove das participantes moravam na região metropolitana e havia três em Curitiba, que moravam em bairros afastados do centro: Vila Sandra e Bairro Alto. Isso demonstra que elas precisam de uma quantidade considerável de tempo para chegar até o trabalho⁸. Uma delas, por exemplo, relata que precisava sair de casa às quatro horas da madrugada para bater o ponto no horário. No entanto, muitas citaram que o horário era um ponto positivo, porque assim elas podiam buscar os filhos e filhas na escola e realizar outras tarefas. É relevante citar que todas elas eram mães. Essa avaliação delas sobre o horário de trabalho deixa bastante clara, mais uma vez, a relação entre trabalho, precarização e gênero, pois a função de cuidar das crianças é predominantemente atribuída às mães.

O trabalho terceirizado na limpeza costuma ser intensivo e rotineiro; ser um trabalho manual. Ora, a ocupação das serventes da limpeza ilustra muito bem esse fator: quase todas seguem uma rotina diária, têm sempre as mesmas salas, banheiros e andares para limpar.

Enquanto conversávamos com as trabalhadoras, foi frequente nos depararmos com um discurso de que o trabalho delas era digno, em várias partes do questionário. Raquel, por exemplo, em resposta à pergunta “o que você mais gosta no seu trabalho?” disse que não tinha

⁸ Geralmente de transporte público.

que gostar ou não gostar da profissão dela, o que importava é que era um serviço digno. As trabalhadoras também afirmaram que não tinham vergonha de seu trabalho, em diferentes questões que não necessariamente estavam atreladas a essa temática. Durante a conversa com Carmem, ela disse: “não tenho vergonha de dizer que fui zeladora”. Já Márcia, durante a participação na pesquisa, afirmou: “não tenho vergonha de trabalhar com limpeza, o importante é não roubar. As pessoas precisam da gente”. Entendemos que essas posturas expressam que elas reconhecem que a sua profissão é socialmente desvalorizada.

Do mesmo modo, a maior parte delas não fazia críticas à profissão e à condição de terceirizada. Apenas uma funcionária mencionou que as condições de trabalho eram piores em virtude da terceirização e que se sentia desvalorizada, pois o seu trabalho era muito importante para a universidade e era incoerente com o salário tão baixo, a pressão para não faltar e por fazer um bom trabalho. Ela acreditava que se tivesse sido contratada diretamente pela UFPR, teria condições melhores. Na questão “o que você acha das suas condições de trabalho?”, quatorze das participantes as julgaram boas. Foi comum ouvir relatos de que por conta da baixa escolaridade, elas não conseguiriam algo melhor, por isso diziam que não podiam reclamar. Em geral, elas disseram que os estudantes e professores as tratavam bem e que gostavam do ambiente da universidade, mas não

frequentavam nenhum espaço fora do período de trabalho, exceto o Restaurante Universitário.

Embora a avaliação das condições do trabalho tenha sido positiva, bem como o contato com as pessoas que frequentam a universidade, 48% das trabalhadoras afirmaram pretender mudar de área, um número consideravelmente elevado.

Considerações Finais

Este artigo buscou mostrar alguns dos principais aspectos do trabalho das profissionais da limpeza da Reitoria UFPR, através de um diálogo entre os resultados do questionário, o levantamento bibliográfico e as reflexões em campo para construir um objeto sociológico. Primeiramente, partindo do perfil das trabalhadoras, foi verificada a importância que elas atribuem às relações sociais. Além disso, constatamos que o fato de a maioria das funcionárias ser casada, mais velha e ter filhos acompanha uma tendência verificada a partir dos anos oitenta no Brasil.

Na sequência, a relação entre gênero e trabalho nesse tipo de ocupação foi abordada, partindo das noções de feminino e masculino trazidas em campo e presentes no imaginário social. De acordo com o que foi observado nessa e em outras pesquisas citadas, prevalece entre elas uma ideia tradicional dos papéis dos homens e das mulheres: ao homem cabe ser chefe de família, o provedor, enquanto a mulher se

atenta ao privado, ao doméstico. A partir de então, houve a inserção da discussão sobre a divisão sexual do trabalho, sempre aliada das informações de conversas e da aplicação do questionário. Abordamos tal conceito e os seus desdobramentos possíveis, como, por exemplo, a bipolaridade da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Se por um lado as de maior qualificação estão conquistando mais espaços, as de estratos sociais mais baixos e sem qualificação formal permanecem em trabalhos precários, associados à noção de características que seriam “naturalmente” femininas. As trabalhadoras da UFPR se enquadram no segundo polo, tendo por vezes ocupado funções ligadas ao privado e ao doméstico. Além disso, foram indicadas por outras mulheres e se tinham parentes que trabalhavam na limpeza, eram quase sempre mulheres.

O texto avançou com o tema da terceirização. Conforme vimos, a terceirização tem sido mais frequente no país a partir dos anos noventa. Essa forma prestar serviços prega a flexibilização do trabalho e, conseqüentemente, implica horários diferenciados, descontos salariais frequentes e menos direitos. A rotatividade é elevada, sendo que no universo de pesquisa, quinze funcionárias estavam na empresa há menos de dois anos. Apesar disso, várias trabalhadoras disseram que o horário, por exemplo, era uma vantagem, tendo em mente atribuições que remetem novamente ao privado e ao papel de mães.

Por fim, foi identificado um discurso sempre presente defendendo que o trabalho era digno e que elas não tinham vergonha de

sua ocupação, mesmo quando esses temas não eram colocados em pauta. Com isso, entendemos que elas percebiam que o seu trabalho era desvalorizado socialmente, acionando um discurso de defesa. A avaliação do ambiente, das pessoas e das condições de trabalho foi positiva na maior parte dos questionários. Esse dado foi relacionado ao fato de a maioria das funcionárias relatar que, por conta da escolaridade baixa, não conseguiriam coisa melhor, portanto não poderiam reclamar de seu emprego; no entanto, dez trabalhadoras disseram desejar mudar de área.

Foram explorados elementos que de acordo com o campo e o embasamento teórico, pareceram mais propícios à investigação sociológica. Contudo, no artigo não foi possível analisar profundamente todas esferas passíveis de serem pesquisadas, como o tema étnico-racial. Esperamos que essa pesquisa enseje mais debates sobre o assunto e possibilite que tais questões sejam estudadas e que novas sejam colocadas.

Referências

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** Tese (Sociologia) 327p. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

ARAÚJO, A. M. C. **Trabalho, Precarização e Relações de Gênero em Tempos de Flexibilização e Reestruturação Produtiva.** 2007.

BRUSCHINI, C. LOMBARDI, M.R. **Instruídas e trabalhadeiras, trabalho feminino no final do século XX.** Cadernos Pagu (17/18) 2001/02: pp.157-196.

CELEGUIM e ROESLER, A **invisibilidade social no âmbito do trabalho.** Revista Científica da faculdade das américas, Ano III. 2009.

CHAVES, M. N. **Terceirização dos serviços de limpeza: vivências de sofrimento de mulheres negras trabalhadoras diante do trabalho.** In: II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2014, Brasília. Anais do II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades. Brasília: UnB, 2014.

GITAHY, L. M. C., SILVA, N. S.. **Reestructuración productiva y división sexual del trabajo em la indústria brasilenã de línea blanca.** Diversidad Cultural, género y tecnologia: um abordaje interdisciplinario. (CEFET/PR). p. 45-63, 2006.

HIRATA, H., KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf acesso: 18/07/2014.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.** Revista Novos Estudos, CEBRAP nº 86, 2010.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo.** 6. ed. Petropolis: Vozes, 2012. 102 p.

NOGUEIRA, C. M. . **As Metamorfoses da Divisão Sexual do Trabalho.** In: Vera Lúcia Navarro; Valquíria Padilha. (Org.). Retratos do Trabalho no Brasil. 1ed.Uberlândia - MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2009, v. 1, p. 63-78.

SOUZA, Tatiele Pereira. Identidade e subalternidade [manuscrito]: a construção da identidade de trabalhadores serventes de limpeza/ TatielePereira de Souza. - 2011. 224 f.

As mulheres na construção civil: algumas notas a partir de um trabalho de campo

Daniela Romcy¹

Jurema G. Brites²

Resumo: Este artigo tem por objetivo pensar os lugares das mulheres na construção civil, um mercado de trabalho visivelmente masculino, em que os homens ainda correspondem à maioria da mão de obra empregada. Partimos da dissertação de mestrado de Romcy (2013), intitulada: *“Fala que nem homem”*: gênero e poder em uma obra da construção civil, onde, a partir de pesquisa etnográfica, realizada em um canteiro de obras localizado em uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul/Brasil, foram estudados os conflitos e hierarquias daquele espaço entre uma engenheira e pedreiros, para pensar a masculinidade. Em um universo com cerca de trinta homens, havia nove mulheres: duas engenheiras, uma arquiteta, quatro responsáveis pela limpeza e duas pela alimentação dos empregados. Procuramos apresentar um pouco das interações destas mulheres na obra e em como elas foram importantes para pensar as relações de gênero neste espaço. Esta discussão se torna relevante na medida em que alguns dados vêm apontando um aumento das mulheres em todos os setores da construção civil.

Palavras-chave: trabalho; mulheres; construção civil

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria – RS. daniromcy@gmail.com

² Antropóloga e Professora de Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria – RS. juremagbrites@gmail.com.br

Abstract: This article has the objective of analysing the place of women on civil construction, a job market visibly masculine, where men still correspond to the most utilized labour. We part from Romcy's master degree dissertation, entitled: "speak like a man": gender and power building site on civil construction, where, from the ethnographic method, performed on a jobsite localized in a country town in Rio Grande do Sul, the conflicts and hierarchies from that space between a female engineer and male bricklayers were studied, to analyse the masculinity. In a universe with about thirty men, there were nine women: two engineers, an architect, four responsible for cleanup and two for the feeding of the employees. I intend to present a bit of the interactions of these women and how they were important to examine the relations of gender in that space. This discussion turns relevant, insofar as some data point to the growing of women in all sectors of civil construction.

Key words: work; woman; civil construction

Introdução

O mercado da construção civil teve um crescimento significativo nos últimos anos. Esta eclosão, segundo o Estudo Setorial da Construção em 2012, realizada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) foi impulsionada pelo aumento dos investimentos públicos em obras de infraestrutura e em unidades habitacionais, a partir do lançamento de dois programas de governo: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I), em 2007, e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em 2009. Ainda segundo esse estudo, em 2010 foi registrado o melhor

desempenho em 24 anos. Resultado este devido a uma combinação de fatores, dentre eles o aumento do crédito, a queda das taxas de juros, programas de investimentos públicos em infraestrutura, redução de impostos, aumento da renda dos ocupados e da massa de salários.

Segundo esse panorama, houve um incremento na demanda por mão de obra. O crescimento no setor acabou permitindo que as mulheres se inserissem, ou fossem inseridas também nessas ocupações, inclusive com incentivo a diversos programas de profissionalização e capacitação voltados especificamente para elas. Segundo registros do RAIS 2011 (Relação Anual de Informações Sociais) divulgados pelo Ministério do Trabalho, as mulheres com carteira assinada em todas as categorias tiveram um aumento de 5,93%, e a construção civil aparece como responsável por uma porcentagem significativa desse crescimento entre os períodos de 2010 a 2011. Principalmente em setores como construção de estações e redes de telecomunicações, que onde a participação feminina passou de 12,96% em 2010 para 13,68% em 2011, na perfuração e construção de poços de água que passou de 11,75% para 12,31%; e ainda na Montagem e instalação de sistema e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, postos e aeroportos atividade onde a participação passou de 14,14% em 2010 para 14,36% em 2011.

Diante do panorama acima explicitado, voltamos nosso olhar para pensar esse mercado de trabalho ainda marcado como um espaço masculino, buscando aqui compreender de que forma essa inserção

feminina vem se construindo. Para tanto utilizamos bibliografias sobre a inserção das mulheres pedreiras no mercado de trabalho, assim como a etnografia realizada por Romcy no ano de 2013, em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul.

Na etnografia referida não havia mulheres contratadas como pedreiras, mas encontramos aproximações nas falas dos pedreiros pesquisados em 2013, assim como na literatura sobre mulheres pedreiras. E mais do que isso, independente do cargo ocupado pelas mulheres há invariavelmente uma aproximação linear aos padrões de gênero que corroboram estereótipos de como toda mulher é e/ou deve ser num ambiente repleto de homens.

Para nossa digressão aqui apresentaremos as mulheres da obra em dois blocos. Antes de criar uma dicotomia simples e superficial é importante esse olhar diferenciado, pois há aproximações e também diferenças entre estas mulheres, entretanto a questão de classe ainda faz com elas sejam tratadas de formas distintas, assim como muda a forma como elas se apresentam no ambiente de trabalho. Primeiramente apresentamos as mulheres que ocupam um cargo considerado de prestígio na nossa sociedade: duas engenheiras e uma arquiteta e posteriormente apresento as outras seis trabalhadoras: quatro responsáveis pela limpeza, e duas responsáveis pela alimentação dos pedreiros da obra.

Sobre mulheres e a construção civil

Após alguns dados sobre mulheres e trabalhos que detém apreço social, apresentaremos neste subitem as engenheiras e a arquiteta: Fabiana (engenheira-chefe da obra), Flávia (chefe de engenharia, da rede da qual o ponto comercial pertence) Paula (arquiteta e fiscalizadora da obra), e as relações estabelecidas entre elas no local de trabalho. Posteriormente seguimos a mesma lógica com as faxineiras e cozinheiras e as especificidades que o contexto de trabalho onde predominam os homens dispõem.

Cristina Bruschini (1999; 2000; 2007) realizou pesquisas sobre as ocupações profissionais femininas que possuem algum prestígio na nossa sociedade, tais como engenharia, direito, arquitetura e medicina. Em sua pesquisa realizada com dados da RAIS entre os anos de 1993 a 2004, a autora aponta um crescente aumento no campo de trabalho feminino no Brasil, dados esses que continuam crescendo segundo dados recentes do Ministério do Trabalho (2011). Na Magistratura, por exemplo, as mulheres ocupavam 22,5% dos postos de trabalho, em 1993 e em 2004 este índice chega a 34%. Na arquitetura elas ocupavam, em 2004, 54% de mão de obra feminina, ou seja, nestas categorias percebe-se um aumento significativo das mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, no caso das engenharias, as mulheres ocupavam 12% dos cargos disponíveis em 1993 e esse índice cresceu apenas para 14% em 2004. Se comparada a outras ocupações, a carreira da

engenharia é a que menos cresce em termos de mão de obra feminina, indicando o quanto esse universo é pouco permeável às tendências de feminilização do trabalho.

Segundo Bruschini (2007), há algumas diferenças e semelhanças entre homens e mulheres nas profissões por ela analisadas, por exemplo, que as mulheres são mais jovens do que seus colegas e que permanecem no emprego menos tempo do que os homens. Na magistratura, há uma tendência a que as mulheres trabalhem mais no setor público, o que não se verifica nas outras profissões. Com relação ao tamanho do estabelecimento e às jornadas de trabalho, há uma semelhança entre os gêneros.

Sua conclusão é que, apesar do aumento das mulheres nessas profissões de prestígio na nossa sociedade, os padrões de gênero presente em quase todo o mercado de trabalho, por ela estudados, se repetem e persistem. Um dos exemplos apontados pela autora se refere à questão salarial, já que as mulheres ainda recebiam e recebem, ainda hoje, menos do que os homens.

No caso das engenharias, a presença feminina altera-se significativamente considerando as especialidades e o local em que os/as profissionais desempenharão suas atividades; por exemplo, nos trabalhos de implantação de infraestrutura, a céu aberto, a presença de mulheres é pequena, o que é diferentemente observado nas atividades de industrialização, realizado em espaços fechados.

Na época da realização da pesquisa, Romcy tentou contato com várias construtoras e pessoas de sua rede de sociabilidade, para mapear as mulheres que exerciam a engenharia na localidade e trabalhassem diretamente com homens “fora” do escritório. Esse tipo de profissional era raro nesta região, ou seja, que não havia muitas mulheres em obras, a maior parte das engenheiras que encontrava trabalhava na área administrativa: no escritório das empresas ou na função de elaboração de projetos, e poucas na execução e acompanhamento da obra. A dificuldade de uma mulher que se forma em engenharia e tem predileção por canteiros de obras também é uma realidade, conforme Fabiana relatou:

“Sabe, me formei em 2001 e eu sempre adorei o canteiro de obras, toda minha formação foi nesse sentido. Inclusive meu estágio foi nesta área em uma reforma de grande porte em Porto Alegre. Mas eu passei muito tempo procurando emprego, foi difícil, pois a preferência inegavelmente é por homens. Em algumas entrevistas isso ficava nas entrelinhas. Em outras era bem direto, teve empregador que chegou a me dizer claramente que o meu currículo era ótimo, que eu era qualificada para o cargo, mas que a empresa preferia a contratação de um homem.”
(diário de campo)

Ainda que a condição da mulher seja difícil em um mundo do trabalho demasiadamente calcado em uma matriz heterossexual³, sua

³ A matriz heterossexual garante a manutenção da ordem compulsória do sexo/gênero/desejo, que determina que o órgão sexual definirá a identidade de gênero

condição de gênero é exacerbada por outro fator que invoca desconforto aos empregadores: a maternidade. Engravidar e ser a principal, quando não a única cuidadora das crianças, ainda aparece como uma dificuldade real para a mulher que trabalha fora de casa. Fabiana comprovou isso na segunda gestação, quando foi demitida após retornar da licença maternidade. Ainda que alguns dados como os da Fundação Carlos Chagas (2007) pontuem que o trabalho tenha se tornado tão importante para as mulheres quanto à decisão de conceber e o cuidar de filhos, a manutenção do modelo de divisão sexual do trabalho no qual a mulher é a responsável pelo mundo doméstico limita seu espaço no mercado de trabalho, pois os próprios empregadores consideram que a atenção dispensada à família diminui a produtividade da mulher trabalhadora, pois esta acumula funções de trabalho externo somada às funções domésticas (BURSCHINI, 2000).

Neste caso específico, Fabiana trabalhava em uma cidade distante da qual morava, o que a obrigava a deixar seu filho aos cuidados do pai, mas não só dele, também sua mãe era requisitada como o “apoio” fundamental para que ela pudesse desempenhar bem o seu papel no trabalho na empresa de engenharia. O cuidado de familiares aparece aqui como uma faculdade essencialmente feminina, que os homens não podem executar sozinhos.

e o desejo sempre heterossexual. Onde sexualidade e gênero aparecem como normas estáveis definindo a condição social tanto para homens, quanto para mulheres, corroborando as formas binárias de macho/fêmea; homem/mulher; masculino/feminino; pênis/vagina.

Saindo do espaço privado para o público, Fabiana era metódica e como ritual de trabalho, todo dia ao chegar à obra, a engenheira dirigia-se primeiramente a Ricardo – mestre de obras – perguntando o que havia sido feito na sua ausência; sobre alguns problemas ocorridos; ou seja, tomava com ele algumas informações gerais sobre o andamento da obra. Em seguida inspecionava a obra, olhava principalmente a partir dos relatos de Ricardo, e se dirigia à cafeteria do estabelecimento para tomar seu café da manhã, geralmente com Ricardo e Taislan (ambos mestres de obras).

Flávia, chefe da empresa comercial que contratou os serviços da construtora, era ela a responsável por todo o andamento da obra – não só daquele estabelecimento, mas das obras de toda a rede de estabelecimentos do qual o estabelecimento que pesquisei fazia parte. Ela aparecia na obra somente para as reuniões gerais entre construtora e estabelecimento, reuniões essas que ocorriam em uma sala fechada na própria companhia. Sempre depois de uma dessas reuniões que ocorriam esporadicamente, seu nome aparecia de modo depreciativo ou nas reclamações, principalmente dos mestres de obras e de Luís – um dos sócios da construtora. Ela era a responsável por cobrar e alterar o cronograma e os ajustes que ocorriam de forma imprevista durante o processo de andamento da reforma. Cobrava *“tintim por tintim”* o que estava nos projetos, e não gostava de alterações, o quê, segundo a engenheira Fabiana, era impossível de não acontecer, porque sempre

ocorria falta de entrega de um fornecedor, ou mesmo aspectos climáticos que atrasavam a execução.

Assim como Flávia, Paula, a arquiteta, era uma profissional de outra empresa que foi ao mesmo tempo contratada pelo estabelecimento comercial como responsável pela fiscalização da obra. Ela aparecia de forma depreciativa nas falas dos homens e da própria engenheira Fabiana. Diferentemente de Fabiana, Paula era mais jovial em seu modo de vestir-se; usava sempre roupas confortáveis – mas que marcavam o seu *status* social de classe média – calça jeans, blusas joviais e sofisticadas. Estava sempre na correria e era mais nova e menos experiente do que Fabiana. Aquela era a sua primeira obra de fiscalização, pois havia se formado há pouco, o que, por si só, gerava desconfiança nos seus “fiscalizados”.

As falas negativas que Romcy escutava dos pesquisados, principalmente sobre sua inexperiência e sua rabugice, foram justamente o que proporcionou o entendimento sobre a dinâmica das relações daquele espaço específico, assim como das hierarquias próprias da construção civil. Assim, mesmo que tenha aparecido pouco na obra, esses momentos, quando aconteciam, foram importantes para pensarmos a lógica do grupo. Sua rotina na obra era um pouco semelhante à de Fabiana. Assim que Paula chagava, percorria todas as partes onde as reformas estavam sendo feitas, conversando pontualmente com pedreiros, e logo após se dirigia ao contêiner da administração para falar com os responsáveis pelo serviço, Luís,

Ricardo e Fabiana. Suas perguntas eram sempre pontuais e ríspidas: sobre o andamento do projeto, sobre os fornecedores, se as datas de entrega do material estavam todas como programado. Seu rosto permanecia sempre sério; quando sorria, seu sorriso era quase “amarelo” ou receoso, como o de alguém que não estava muito disposto a participar de conversas descontraídas. Sua presença ali não durava mais do que duas horas.

A forma como ela expressava as suas observações sobre o progresso da obra aliada ao seu pouco tempo no emprego geravam nos trabalhadores certa desconfiança da sua capacidade real de conhecer uma obra na prática. Sempre que ela se queixava de que algo tinha sido feito errado, como, por exemplo, um cano que foi colocado em lugar diferente do que o que estava descrito no projeto, Ricardo frisava que ela não sabia nada de obras; que as coisas na obra nem sempre conseguiam ocorrer conforme o planejamento do projeto; que ela não podia levar tudo “ao pé da letra”; que poderia ser mais flexível.

Percebemos que a forma como ela se expressava fazia parte do seu ofício enquanto fiscalizadora, pois seu trabalho era justamente dar ordem, exigir, cobrar - ações e formas, que não eram bem vistas, sobretudo pelos homens. Como eles consideravam essas ações negativas, estendiam tais características para a própria pessoa, considerando uma pessoa “*patricinha*”⁴ e “*chata*”. Eles reclamavam ou

⁴ Patricinha é uma descrição pejorativa da linguagem coloquial que denota futilidade e consumismo de quem apresenta este perfil.

debochavam da roupa, do cabelo, da cidade onde ela morava, da sua maneira falar, ou seja, depreciavam-na em todas as oportunidades. Enquanto isso, na sua frente, os homens com os quais ela conversava – que ficavam basicamente no contêiner administrativo – mostravam subserviência e escutavam com atenção seus apontamentos, assim que ela se retirava, eram feitos os comentários e reclamações apontados na descrição acima.

Esses momentos podem ser refletidos a partir dos conceitos de roteiros encobertos de Brites (2000 apud SCOTT,1985), entendidos como performances de todo e qualquer subalterno que, por não poder enfrentar o dominante, neste caso Paula, o faz na retaguarda, dissimuladamente; pois à sua frente fingem obedecê-la, enquanto enfraquecem sua autoridade falando dela de forma negativa quando não está presente.

Embora representasse um cargo de autoridade, a forma como ela desempenhava o comando atrelado ao modo como era compreendida pela maioria das pessoas que trabalhavam naquela obra a colocava em um lugar de não pertencimento, criando um claro distanciamento ou uma ausência de vínculo com o resto do grupo. Outra forma de não pertencimento pode ser pensada pela oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual, já que Paula acabara de sair da faculdade com todo o conhecimento da teoria, mas com pouco conhecimento do dia a dia de um canteiro de obras. Segundo Ricardo,

na construção civil o aprendizado se dá no cotidiano, e não nas “cadeiras da universidade”.

Mas o que realmente ficava aparente era que ela não conhecia o código cultural daquele espaço. Apesar de ser superior na relação de trabalho, ela parecia não entender o jogo cultural de gênero, pois naquele universo mulher não pode afrontar explicitamente a autoridade masculina, e mesmo os homens que mandam têm que saber como fazê-lo. Nestes contatos – de Paula com o grupo de operários, mestres de obra e com a engenheira encarregada da construção – ficava visível um distanciamento cultural de classe e gênero. Enquanto a engenheira Fabiana parecia comportar-se como um “mediador cultural”⁵, pois embora pertencesse a um extrato de classe social superior da maioria dos trabalhadores da obra e ser mulher sabia como se comportar para garantir o respeito.

Diferentemente de Paula, fomos reconhecendo que, embora Fabiana trabalhasse em todos os locais da obra, a sua fala era restrita a determinadas pessoas, como o sócio da empresa, o mestre de obra, os responsáveis pela elétrica/hidráulica/pintura. Ricardo, mestre de obras, era com quem ela mais conversava, com isso deixava claro que entendia as hierarquias do campo. Dirigindo-se pouco aos pedreiros, e quando isso ocorria era em tom ameno e como um aviso, jamais em tom de

⁵ Karina Kuschnir e Gilberto Velho. Segundo os autores, os mediadores aceleram a comunicação, são intermediários entre mundos diferenciados, tradutores das diferenças culturais.

ordem, estes momentos apareciam quando eles não estavam trabalhando, ou quando não estavam usando os EPI (Equipamentos de Proteção Individual: capacetes, botas, protetores auditivos), ou seja, as ordens significativas e mais enérgicas nunca eram dadas diretamente aos pedreiros. Ela acionava Ricardo, que comunicava o que deveria ser feito aos trabalhadores e mesmo com Ricardo não eram ordens que Fabiana comunicava, transformava sua autoridade de engenheira responsável pela execução da reforma em sugestões e/ ou combinações de como realizar tarefas em parceria de equipe. Dessa forma atenuava seu lugar de mando entre os homens. Diferentemente das críticas que Paula recebia, Fabiana era uma colega muito apreciada por todos na obra, pessoa que os rapazes da obra confiavam e até mesmo tentavam proteger.

Responsáveis pela faxina e pela alimentação

Dentre todas as mulheres descritas, as faxineiras e as cozinheiras foram realmente eclipsadas na pesquisa de campo, a ponto de eu não saber nem seus nomes. Elas fugiram muito do meu olhar, pois eu ainda estava presa aos condicionamentos de um olhar gerado e de classe, prendendo-me de forma demasiada a um objeto idealmente construído. Em outras palavras, eu procurava o tempo todo compreender as relações dos pedreiros e de sua chefe engenheira. Essa certa “obsessão” por um objeto enturvava meu olhar para as outras personagens presentes nas

cenar de campo; fato que pude elucidar a partir das análises dos diários e da construção da escrita etnográfica. Todavia, também constatei que essas mulheres também eram invisibilizadas pelos homens (Romcy, 2013, pg. 55)

A presença das mulheres na obra, como veremos, ainda que cada vez mais incorporadas, comportam alguma coisa de anômalo. O canteiro de obras é construído simbolicamente como um espaço masculino – lugar embrutecido, com tarefas pesadas e que resultam em muita sujeira na sua execução; que exigem força física e exposição às intempéries da natureza. Mesmo o planejamento e projeto que são tarefas menos manuais são identificados com a capacidade racional - estratégica, na cultura ocidental tradicional pensada como habilidade masculina, assim o trabalho das mulheres até bem pouco tempo era imprevisto ou invisível, como procuraremos mostrar a seguir.

Quatro mulheres trabalhavam como responsáveis pela limpeza, duas no turno da manhã e duas à tarde. Três delas tinham mais de quarenta e cinco anos e a mais jovem tinha em torno de trinta anos. Trabalhavam de uniforme – um macacão azul – e com os EPI's. Todo dia, ao chegar, dirigiam-se até o contêiner administrativo para pegar a chave da sala onde se encontravam os materiais de limpeza.

Eram responsáveis pela limpeza da sujeira deixada pelos trabalhadores da obra, geralmente elas trabalhavam em lugares opostos aos pedreiros; assim que estes acabavam a reforma, terminando uma

seção, elas se dirigiam a esse espaço para deixá-lo “apresentável”, já que o estabelecimento não fechou em nenhum momento durante a reforma. Assim, tinham como tarefa deixar, quanto fosse possível, a presença da reestruturação imperceptível.

As cozinheiras foram contatadas para trabalhar na “casa masculina”, casa esta que a construtora alugava perto do local de trabalho, a qual servia de moradia para pedreiros vindos de outras cidades e durante o meio dia era usada como refeitório para todos os trabalhadores. Era notório que essas mulheres não se espalhavam nos espaços da casa, o que pudemos notar é que elas ficavam circunscritas ao espaço da cozinha e da sala principal. A relação delas com os homens restringiam-se aos seus chefes, mais especificamente a Ricardo e a Luis.

Pensando nas descrições acima, podemos perceber que são diversos os fatores que tornam essas mulheres invisibilizadas nesse contexto. Todas elas em certa medida possuem inscrições de subalternidade de gênero, ocupando papéis tradicionalmente femininos nas relações de trabalho.

E é justamente neste sentido que podemos aproximar essas mulheres das mulheres que foram analisadas em outros trabalhos cujo enfoque as relações de trabalho na construção civil a partir de pedreiras. Em *A construção civil – Isso é coisa de mulher*, Silva (2013) discorre a partir da fala de um dirigente sindical, que as mulheres eram contratadas para trabalhar na construção civil para limpar a sujeira

deixada pelos trabalhadores, somente posteriormente é que passaram a realizar atividades, tais como emassamento de cerâmica, pintura e finalizações em geral.

Para pensar a inserção destas mulheres, temos que levar em consideração que ela se dá em lugares tipicamente ligados ao universo feminino. Como aponta a pesquisa da autora acima citada, há uma quantidade expressiva de mulheres que trabalham como serventes e cujas responsabilidades são somente limpar e assentar a cerâmica. A própria autora encontrou apenas duas mulheres que trabalhavam como pedreiras, mas mesmo entre elas somente uma desempenhava a função, cabendo à outra o papel da limpeza.

Na etnografia de Romcy uma conversa que teve com Alex, chefe da hidráulica, é significativa para esta reflexão:

Em um dado momento eu estava descansando, comendo algo da lanchonete, e Alex se aproximou, perguntando se poderia sentar comigo; concordei. Ambos estávamos interessados no jogo que passava na televisão. Achei uma hora oportuna para perguntar se ele já havia trabalhado com mulheres pedreiras:

— Mas me conta Alex, como sei que tu trabalhas há mais de vinte e cinco anos neste serviço, tu já trabalhou com mulheres que desempenhavam a mesma função de um pedreiro?

— Ah, Dani, já trabalhei sim, mas não com muitas. Tu sabe o que eu prefiro. Eu acho que os guris se comportam mais, respeitam, sabe? Não ficam de conversa mole, ou de zoação.

— Sei, e como elas eram no trabalho? Trabalhavam pesado?

— Tu sabe que pegavam, trabalhavam bastante. Mas não são muitas não. Como eu te falei, agora tá começando a aparecer mais, eu já trabalhei com algumas. Só que elas não trabalham que nem a gente não. Ficam com a parte mais delicada, de finalização, mesmo. No rejunte ou na pintura. Porque mulher faz melhor esse serviço, né?

— Seu Alex, sei não. Se me colocarem pra fazer serviço delicado eu não vou me sair bem. Limpo minha casa porque preciso, mas não gosto do serviço não. E nem sei fazer isso bem.

Alex pareceu não escutar o que eu estava falando. Olhou para a televisão, comentou algo sobre o jogo, se despediu e voltou ao serviço. (diário de campo)

Este relato pode demonstrar a impossibilidade de pensar as mulheres a partir de outros paradigmas, ratificando que para esse universo de trabalhadores, ou talvez ele seja reflexo de alguns grupos sociais, o mundo é dividido entre homens e suas características tais como virilidade e força, e mulheres que carregam marcas da delicadeza e jeito para lidar com o universo doméstico.

Desvincular esses estereótipos de coisas de homens e coisas de mulheres foi central nos estudos de Mead nos livros *Sexo e Temperamento* (2006) e *Adolescência, Sexo y Cultura en Samoa* (1985). Nesses trabalhos, principalmente em *Sexo e Temperamento*, a autora mostra que as características aprendidas na cultura que imputamos a homens e a mulheres, na verdade, são construídos socialmente e o que

deseja explicitar a partir de três comunidades tribais, é a desconstrução da ideia, essencializada na nossa sociedade, de que homens e mulheres deveriam seguir padrões inatos de comportamentos gerados. Ou seja, se naquele período atrelávamos a delicadeza à mulher e ao universo feminino, e vinculávamos ao homem a agressividade e ao mundo masculino – pensamento que ainda tem resquícios no universo do senso comum, podendo ser visualizado empiricamente na pesquisa de Romcy que reportamos neste artigo –, Mead nos mostra, em uma pesquisa transcultural, como aprendemos através da educação a exercer um determinado modelo de comportamento e que gênero não está preso à biologia, possuindo formas diversas de expressar as identidades sexuais.

Se em Mead o conceito de gênero ainda não aparece, é em 1975 com Rubin, no ensaio *El tráfico de mujeres: notas sobre a “economia política” del sexo*, o termo é introduzido nos estudos feministas. Neste texto, em crítica ao modo como autores paradigmáticos (como Marx, Lévi-Strauss e Freud) veem a mulher, procura explicar a opressão das mulheres a partir do engendramento do que nomeia “sistema sexo e gênero”: “el conjunto de disposiciones por el que una sociedad transforma la sexualidad biológica em productos de la actividad humana, y en el qual se satisfacen esas necesidades humanas transformadas⁶” (Rubin, 1986, p.97).

⁶ “conjunto de disposições através do qual uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades transformadas são satisfeitas” tradução livre da autora.

O sistema sexo-gênero, portanto, consiste em uma gramática, segundo a qual a sexualidade humana é transformada pela atividade humana. Segundo Adriana Piscitelli (2003), a autora Rubin foi de central importância para o debate feminista quando propôs pensar as mulheres como construções sociais a partir da totalidade dos sistemas culturais, diferenciando-se dos trabalhos feministas que delimitavam as análises especificamente às mulheres, ignorando este contexto mais amplo dos sistemas culturais. Ao mesmo tempo, mostrou como o sistema sexo-gênero se configura como produtor das relações de poder e também em como as categorias científicas estão atreladas a esse sistema.

Em Scott (1995), a definição da categoria de gênero repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é “um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder”, e que estas relações hierarquizam, a partir das diferenças sexuais, modos de pensar que são duais e engessados. Ao invés de aceitar as relações binárias como naturais, a partir dessas autoras deve-se entender os processos e contextos por meio dos quais se constroem as hierarquias dos gêneros.

Pensando assim, mesmo quando ocorre uma “inversão” nas posições de chefia, como no caso de Fabiana, Flávia e Paula, a autoridade não pode se exercer sem passar pela dominação masculina. Em um ambiente extremamente masculinizado, quando o trabalho da

mulher surge ou ele é invisibilizado (como no caso das faxineiras e cozinheiras) ou ele é endereçado a tarefas e espaços considerados menos masculinos dentro da obra (azulejistas, finalizadora de detalhes) ou no caso de exercerem algum tipo de chefia, ela somente será realmente respeitável se o fizer dentro dos códigos de conduta masculinos, sem ofender, sem gritar, sem mandar explicitamente e preferencialmente, como Fabiana sempre fez, passando pelo crivo e mediação dos outros homens da obra.

Mas não é somente com os demais homens da obra que as mulheres precisam se preocupar, uma dificuldade apontada pelo trabalho de Silva (2013) é o impasse que as mulheres de sua pesquisa tinham com os seus companheiros e maridos. Havia uma desconfiança no fato de que seus ambientes de trabalho eram constituídos preponderantemente por homens e isso poderia acarretar inclusive, como visto na pesquisa de Romcy, a opção destas mulheres por abandonar o emprego.

Duas semanas antes da reforma terminar, em uma segunda-feira de tempo nublado, eu cheguei ao ponto comercial cedo, como de costume, e avistei os mestres de obras conversando com dois pedreiros, todos próximos ao contêiner administrativo em volta da automóvel (Kombi) da empresa. Estranhei aquela cena, mas não dei muita importância; cumprimentei todos eles com um bom dia e me dirigi, como fazia costumeiramente, para guardar os meus pertences no container da administração. Ao chegar, notei que a porta estava fechada, o que não era normal, já que já

havia vários trabalhadores ali. Mas como já havia acontecido antes de eu chegar lá e o container estar fechado, empurrei a porta para ter certeza. Ao fazer isso avistei Luís e Fabiana com caras sérias. No momento em que me avistaram pararam abruptamente de falar, logicamente eu percebi o mal estar, pedi desculpas e, como já havia interrompido, perguntei se eu podia somente deixar meus pertences ali que eu já ia me retirar, o que fiz com certa rapidez, pois senti o clima estranho.

Um pouco depois disso Fabiana saiu do contêiner e veio falar comigo. Calma, ela me informou que estava saindo, que havia conversado com Luís e que iria continuar na empresa, mas na capital, onde ficaria perto de sua família, contudo que eu não me preocupasse, pois se quisesse poderia continuar minha pesquisa até o final, mesmo sem que ela estivesse mais ali. Mostrou-se bem preocupada e até um pouco triste por deixar a obra quase no final, mas segundo suas palavras teve que escolher: *“ou ela ficava com o emprego, ou com o casamento”*. Pediu desculpas novamente e seguiu em direção ao hotel para pegar suas coisas e ir embora (Romcy, 2013, pg 92/93).

Considerações Finais

Ao todo, podemos perceber que há limitações no campo de trabalho das mulheres que procuramos descrever, e que não são específicos somente delas, mas se constituem como marcas da relação entre mercado de trabalho e mulheres. Entretanto, o fato de trabalharem num contexto tipicamente masculino produz outras configurações a esse grupo.

Como tentamos demonstrar ao longo do artigo a partir de alguns dados e do meu trabalho de campo, as mulheres estão se inserindo gradualmente em lugares que até pouco tempo eram nichos masculinos, sendo o trabalho o principal espaço social da produção da identidade masculina (GROSSI, 2004). Os dados são crescentes, mesmo que esta conjuntura seja mais tímida do que em outras profissões e sejam colaboradas pelo aumento da demanda nos serviços.

Os lugares ocupados pelas mulheres que trabalham como serventes ou pedreiras ainda estão ligados ao que comumente se convencionou atrelar a elas, espaços da casa, do privado, como a limpeza e atividades que exijam maior detalhamento (BRITES, 2000). Mas fugindo da uma lógica vitimizante, é a partir destes espaços que elas mudam suas vidas e conseguem maior autonomia, como aponta a pesquisa de Silva (2013) ao verificar que essas mulheres têm assim o aumento do seu poder aquisitivo e esse é um dos fatores primordiais para a escolha de emprego neste segmento.

No caso da engenharia, emprego que costumamos denominar como de prestígio na nossa sociedade, quando olhamos exclusivamente para engenheiras e arquitetas podemos pensar neste caso específico há uma inversão de classe e de gênero, já que a mulher se torna chefe de tantos homens, sem cair em uma essencialização do conceito. Consideramos que há indicações de que elas provocam uma desestabilização nas normas de gênero, mesmo que de formas distintas. Se analisarmos o caso de Fabiana que com sua leitura do campo de

disputas buscou não romper com a lógica da dominação masculina, consideramos que ela adotou essa atitude como forma de ter sua autoridade respeitada, ao mesmo tempo em que também tornou-se digna de algum grau de afetividade e admiração dos trabalhadores. Já as mulheres que alteram estas relações, como Paula e Flávia, não são respeitadas em um canteiro de obras. Cabe destacar que esta foi a conjuntura que observamos e que pode sim haver outras configurações diversas, mas acreditamos que ela é significativa para refletir sobre as relações de gênero num contexto mais amplo, ou mesmo em outras realidades.

É ainda preciso destacar que a realidade da presença das mulheres na construção civil não ocorre de forma tranquila e sem conflitos, pois é difícil a busca de igualdade de gênero quando as lógicas da diferença calcadas na hierarquia estão impregnadas em alguns grupos da sociedade, frutos do processo de educação em que esses indivíduos foram socializados.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRITES, Jurema Gorski. **Cinderela Domesticada**. Um estudo sobre saberes femininos que circulam entre empregadas domésticas e seus empregadores. Porto Alegre: Relatório Final apresentado à FCC, II Programa de Incentivo e Formação em Pesquisa sobre a Mulher, 1997.

_____. **Afeto, desigualdade e rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. 2000. 239 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

_____. Afeto e desigualdade: Gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, nº 29, Jul/Dez, 2007. p. 91-109

_____; MOTTA, Flávia de Mattos. (orgs). Introdução. In: **Etnografia o Espírito da antropologia**. (manuscrito)

BRUSCHINI, Cristina. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras profissionais de prestígio. **Revista Estudos Feministas**, v. 7, n. 1/2, p.9-24, 1999.

_____; LOMBARDI, Maria Rosa. Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n.110, p.67-104, jul. 2000.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

_____, COSTA, Albertina de Oliveira Costa. *Uma questão de gênero (Org.)*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**, Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Identidade Social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos. In José Sérgio Leite Lopes (org.) **Cultura e Identidade Operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ/PROED, 1987.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: Pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**. n. 10, p. 58-78, 1999.

_____. **Família, Fofoca e Honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulheres, trabalho e família**. Banco de dados sobre o trabalho das mulheres, série 2, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades: uma revisão teórica. Antropologia em primeira mão**. Florianópolis, 2004. P. 4-37

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa mensal de emprego (Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas – boletim especial –Dia Internacional da Mulher). Rio de Janeiro: 2012.

KUSCHNIR, Karina; VELHO, Gilberto.(org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. **Adolescência, sexo y cultura en Samoa**. Barcelona: Planeta De Agostini, 1985.

MORAIS, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.11, p.99-105, 1998.

Relação Anual de Informações Sociais 2011. Brasília, Ministério do Trabalho, 2011.

ROMCY, Daniela. **Fala que nem homem: Gênero poder e honra em um canteiro de obras**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre a economia política”del sexo. **Nueva Antropologia**, México, v. VIII, n. 30, p. 95-145, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. Posfácio: conceituando gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Mônica. (orgs.)

Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1994.p
271-281.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria de análise útil de análise histórica.
Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n 2, p. 71-99,
jul/dez. 1995.

SILVA, Mayara Raquel, Construção civil: “Isso é coisa de mulher?”. **9º
Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** – Redações, artigos
científicos e projetos pedagógicos premiados – 2013. Brasília:
Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres,
2013. p. 58-87.

Alguns apontamentos sobre as mudanças nas relações de Gênero no meio pentecostal

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa¹

Resumo: A intenção deste artigo é mostrar as mudanças ocorridas no cenário Pentecostal Tradicional Brasileiro. Houve a preocupação em escrever acerca disso uma vez que os clássicos acerca do tema não mais alcançam as constantes mudanças pelas quais esse grupo religioso passou nos últimos cinco anos. Em especial as Assembleias de Deus, objeto desse estudo. Para ser mais específico há de se mostrar aqui as mudanças diversas relacionadas aos costumes, teologia, ética e rituais que as Assembleias de Deus e algumas igrejas que se espelham nelas estão passando. A metodologia utilizada é a observação participante decorrente de mais de sete anos de pesquisa entre as Assembleias de Deus. Conclui-se que estão ocorrendo várias mudanças no que se refere as relações de gênero, rituais, teologias e costume dentro desse tipo de pertença religiosa. Aqui há de se enfocar as mudanças em relação ao gênero.

Palavras-chave: Pentecostalismo; Gênero e religião; mudanças sociais

Abstract: The intent of this article is show all the changes in the scenario of Brazilian Pentecostal orthodox Churches. There was concern in writing about it since the classics on the subject no longer reach the constant changes that this religious group spent the past five years. In particular the Assemblies of God, the object of this study. To be more specific here is to show the various changes related to customs,

¹ Cientista social formado pela UNESP com ênfase em antropologia, Advogado (OAB-SP 314.526) formado pela ITE, mestre em filosofia pela UNESP, doutorando em ciências da Religião pela Universidade Metodista. É presbítero da Assembleia de Deus Missionária de Bauru-SP já a cerca de 8 anos. Professor de sociologia e filosofia da Universidade Metodista e do IFSP.

theology, ethics and rituals that the Assemblies of God and some churches that mirror them are going through. The methodology used is participant observation due more than seven years of research among the Assemblies of God. We conclude that several changes are occurring regarding gender relations, rituals, theologies and custom within this type of religious affiliation. Here we will indicate the changes about gender relationship.

Keywords: Pentecostalism, gender and religion, social change

Introdução

A verdadeira religião é a vida que levamos,
não o credo que professamos.
Louis Nizer

Estamos em época de mudanças sociais bem como crises, como um dos principais segmentos da sociedade, a religião também passa por mudanças (BERGER, 1971, p.21), pode-se afirmar que estamos em época de efervescência religiosa (CAMPOS, 2002 p.97). Sobretudo no Brasil, as profundas mudanças econômicas e sociais, bem como a inserção do país, de modo crescente no cenário econômico mundial afetou vários segmentos da sociedade brasileira e consequentemente sua religiosidade também foi afetada (MUNIZ DE SOUZA & MARTINO, 2004, p.15).

Tratar de religião e gênero no Brasil é uma tarefa difícil, visto que de um lado existem aspectos de uma comunidade tradicional de valores centenários próprios; do outro de conquistas necessárias à promoção da igualdade de gênero. Mas impor a uma comunidade

tradicional certas posições politicamente adequadas pode ferir um princípio de conservação dos costumes tradicionais. No entanto, não se pode aceitar certas posições machistas, sobretudo quando essas comunidades conseguem espaço político que afeta a todos. Esse trabalho então visa a apontar certas mudanças de mentalidade que estão surgindo dentro de uma comunidade tradicional, trata-se de um trabalho de uma mudança na história e cultura das Assembleias de Deus, é um trabalho sobre história e antropologia dessa religião e não sobre importantes conquistas dos direitos femininos.

Tradicionalmente a relação de gênero nas igrejas pentecostais em especial nas Assembleias de Deus (AD's) se caracteriza por uma leitura fundamentalista bíblica descrita em I Timóteo 2:11-12 *“A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio”* e em 1º Coríntios 14:34-35 *“As mulheres estejam caladas nas igrejas, porque lhes não é permitido falar. E, se querem aprender alguma coisa, interroguem em casa a seus próprios maridos, porque é indecente que as mulheres falem na igreja”*, bem como outras passagens semelhantes, porém tais posições têm tido suas interpretações desprezadas ou seus efeitos minorados por essas comunidades, fenômeno que apresentaremos nesse trabalho.

Não nos referimos aqui a alguma AD específica, visto sua atual pluralidade e complexidade em variedade e costumes², como esse trabalho vai mostrar, todas elas tem uma origem e algo em comum, a pluralidade de Assembleias de Deus, é parte integrante desse trabalho e das mudanças que ocorre nessa instituição plural e complexa aqui apontadas. Nossa experiência de observação participante segue a observação em um sem número em mais de 13 anos de conversão e observação dentro das assembleias de Deus dentro de todo o estado de São Paulo.

Faz-se necessária alguma ordem histórica e social para analisar os conceitos que se tratam no presente artigo. Usualmente classifica-se o pentecostalismo Brasileiro em três grandes fases (ou ondas). O pentecostalismo no Brasil tem sido classificado utilizando as ideias de Paul Freston, e se têm usado a periodização das três ondas. A primeira onda pentecostal registra a fundação e o surgimento da Congregação Cristã do Brasil e das Assembleias de Deus, nos moldes do pentecostalismo norte-americano e sueco de onde provinham os fundadores. A chamada segunda onda pentecostal teve origem na década de 1950, dava ênfase na glossolalia, na cura divina e nos milagres. São numerosas as denominações surgidas nessa época: Igreja

² Os estudiosos hoje falam em assembleias de Deus (no plural) isso porque há muita variabilidade entre elas, encontra-se, por exemplo, em relação ao costume de roupas algumas bem liberais, que admitem tatuagens cortes de roupa e cabelo moderno como a Assembleia de Deus do Brás e outras que não permitem nem que mulheres usem calças ou se depilem tal como o ministério Ipiranga.

do Evangelho Quadrangular, antes conhecida como Cruzada Nacional de Evangelização (1953); Igreja Pentecostal "O Brasil para Cristo" (1956); Igreja Pentecostal "Deus é Amor" (1961); Metodista Wesleyana (1967) e muitas outras.

Na década de 70, uma terceira onda pentecostal, que é a mais estudada, por que usa grande espaço na mídia e suas ideias diferenciadas, com uma série de modificações da teologia pentecostal, deu início a formas de pentecostalismo conhecido com o nome de "pentecostalismo brasileiro" ou neopentecostalismo. A Igreja Universal do Reino de Deus (1977), a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), a Igreja Cristo Vive (1986), são expressões afirmadas do pentecostalismo brasileiro (MARIANO, 2005).

Cada uma focaliza seu discurso social e teológico em bases principais que podem até se misturar com as outras. Todas podem pregar, por exemplo, a cura, ou a prosperidade, mas cada uma enfoca algo que são diretrizes básicas da maioria das pregações em seus templos. A primeira onda (pentecostalismo) enfoca o batismo com o Espírito Santo e a glossolalia e a salvação da Alma (LEONARD, 1963 p. 47). A da segunda onda de (Deuteropentecostalismo) enfoca a cura divina e estimula cultos com excessiva demonstração de Glossolalia (MOREIRA, 1996 p.13). A da terceira (neopentecostalismo) exalta o exorcismo e mensagem da prosperidade (FERRARI, 2007 p.22).

Números e características das igrejas Pentecostais.

Várias igrejas surgiram no cenário brasileiro nos últimos anos. Basta dar um pequeno passeio em qualquer bairro, sobretudo os periféricos, para ver um sem número de denominações religiosas das mais variadas³.

Os números demonstrados pelo Censo de 2010, divulgado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que o número de evangélicos cresceu 61,45% no Brasil nos últimos dez anos. Apenas entre as Assembleias de Deus o crescimento foi estrondoso, mais de 48%. Se utilizando de Dados do Censo 2010 (que calcula $\approx 13.000.000$ – cerca de treze milhões de membros até 2009) e do órgão oficial de Notícias das Assembleias de Deus (doravante AD), o CPADNews, que professa o número (feito por pesquisa própria através de registros das igrejas) anunciado da Convenção Geral das Assembleias de Deus o Brasil (CGADB) de 2012 de $\approx 25.000.000$, chegamos a uma média de 18.000.000 (dezoito milhões) de membros, (CPADNews, 2012) o mesmo site observa que se

³ Existem muitas listas, sobretudo na WEB seguem sugestões de consulta:
<http://www.compulsivo.com.br/2010/02/todas-as-igrejas-do-brasil.html> -
<http://www.pulpitocristao.com/2010/05/confira-os-nomes-de-igrejas-mais-estranhos-e-engracados/> -
<http://oskaras.com/97-nomes-estranhos-de-igrejas/> -
<http://www.gospel10.com/igrejas/denominacao--batista--1> -
<http://www.gospel10.com/igrejas/denominacao--igreja-pentecostal--18> -
<http://www.mackenzie.br/10175.html>

a taxa de crescimento continuar constante, em 2020 o número de evangélicos da AD ultrapassará os 50.000.000. Sabe-se que o IBGE tem tido sua falhas de pesquisa (IGNÁCIO, 2010) (ROSEMBERG F. & PIZA E. 1999), e parece essa falha aumentar nas pesquisas religiosas (OLIVEIRA & SIMÕES, 2005), por isso adotar-se-á essa média.

As neopentecostais têm suas práticas pautadas pela teologia da prosperidade (Campos, 1996 p.521), que significa uma troca simbólica de promessas supostamente divinas de que os fiéis tem, em troca de sacrifícios financeiros, o direito-dever de se tornarem ricos e prósperos⁴.

Em que pese à popularidade alcançada, ou a grande colocação na mídia, não é nem de longe o maior representante do pentecostalismo no Brasil, perto das Assembleias de Deus (AD). Segundos dados do IBGE, as maiores representações somadas do neopentecostalismo não se aproximam das ADs que na menor das contagens chega a quinze milhões de membros. Todas as grandes igrejas midiáticas (IURD, IIGD, IPMD, Renascer, etc...) juntas não chegam a um terço das Assembleias de Deus (ADs).

Esses dados são importantes, embora escape um pouco do tema faz-se necessário para não confundir as igrejas que se está tratando para não confundir o neófito que quiçá leia o presente artigo.

⁴ Uma análise aprofundada de seu discurso revela em sub tom, de que as pessoas que forem fieis em dízimos e ofertas tem não só o direito, mas o dever de serem prósperas (entenda-se ricas) e que em caso contrário deve existir algum pecado ou demônio atrapalhando a prosperidade dessa pessoa.

Mudanças diversas, presentes e vindouras. Diferenças de costume.

As ADs e igrejas derivadas (que se originaram delas em sua formação, mas preservam vários pontos teológicos e sociológicos comuns) a que se denominará igrejas pentecostais ortodoxas, não estão isentas de mudanças diversas, que estão ocorrendo bem agora, sobretudo nos últimos 5 anos (de 2009 em diante). Vários eventos proporcionaram tais mudanças. A explosão Gospel ocorrida na década de 1990 (Cunha, 2007 p.9). A influência sempre histórica das igrejas norte-americanas, cujo discurso e teologia foram mudados após os acontecimentos de setembro de 2001. Outro em 2004 quando ocorre à saída da AD Madureira da CGADB. Também a ordenação de mulheres a partir de 2005. A crescente influência de Algumas ADs na mídia. Digno de nota é a mudança de discurso e sua grande influência teológica dos eventos promovidos pelos Gideões Missionários da Última Hora. Também vale lembrar a crescente influência teológica da CPAD e da CGADB, ou seja, há novas instituições influenciando as Igrejas pentecostais ortodoxas.

As ADs tradicionalmente são conhecidas por impor uma adequação moral aos seus membros no que se refere às vestimentas, impõe um jugo pesado inadequado ao clima brasileiro, tachando o que é ou não uma roupa decente. No seu livro o pastor Ricardo Gondim

(2005, prefácio)⁵ denuncia o pesado jugo a qual estão dispostos tais pessoas. Essa é uma visão fundamentalista, mas que tem mudado, porém a muito ainda que mudar.

Para a maioria das ADs não se pode cortar cabelo para as mulheres e homens não podem ter cabelo comprido. De preferência o corte deve ser padronizado como o do pastor ou raspado, mulheres só podem usar saia comprida, no mínimo abaixo do joelho, homens podem andar de calça social e camisa, preferencialmente comprida, mas os obreiros no culto só podem portar terno e gravata, não importa o calor (ROLIM CARTAXO, 1987 p. 18). Mas hoje em dia algumas ADs tem mudado o padrão de vestimenta dentre outros costumes abaixo denunciados.

As assembleias de Deus depois de meados da década de 1940, tem se dividido em ministérios, que seguem mais ou menos a mesma matriz, aceitam os costumes umas das outras, convidam pregadores umas das outras para pregarem, mas estão divididas em ministérios a quais não tem, na prática, diferenças nos costumes, porém são feitos

⁵ Criado e pastor da Assembleia de Deus por 15 anos, o pastor Ricardo Gondim com 50 anos de idade e vivencia dentro dessa igreja, observou muitas coisas nelas e depois abriu sua própria igreja (Igreja Evangélica Betesda) por não acreditar em certas regras e costumes impostos pela ADs.

para beneficiar uma visão⁶ (poucos) ou uma família de líderes cuja liderança é passada de pai para filho (ALENCAR, 2005 p.102).

São inúmeros os ministérios, os mais numerosos são: Ministério Belém, Ministério Ipiranga, Assembleia de Deus Missionária, *Assembleia de Deus Ministério Missão*, filiadas a CGADB. Há inúmeras outras não filiadas tais como, AD Kairos, AD Restauração, AD Fama, etc... vale a pena registrar a Assembleia de Deus Madureira, que só perde para números de fiéis para a AD Belém, e tem sua própria convenção: A CONAMAD - A *Convenção* Nacional das Assembleias de Deus no Brasil do Ministério de *Madureira*.

Porém todas podem ser caracterizadas por certos códigos de comportamento que as caracteriza além da roupa: repetem em tom monócórdio versículos bíblicos, ao menos em tese não falam gírias e palavrões, evitam ouvir músicas mundanas e frequentar eventos mundanos. Não se pode: ver tevê, praticar esporte e cultuar ritmos musicais brasileiros, as crianças não podem brincar de futebol, bicicleta ou nadar, nem praticar esportes ou ir à praia. A justificativa é ao mesmo tempo simples e definitiva: são coisas do mundo ou do diabo⁷. Essa é uma visão fundamentalista bíblica que impunha certa interpretação de lideranças, mas que mudou nos últimos anos.

⁶ Por exemplo, a AD missionária tem a visão de implantar missões em vários locais do Brasil e do mundo o vice-presidente ao contrário da maioria dos ministérios não é filho nem genro nem parente do presidente.

⁷ Para alguns fiéis é a mesma coisa pois interpretam ao pé da letra a passagem bíblica descrita em 1Jo 5.19 "Sabemos que somos de Deus e que o mundo inteiro jaz no Maligno."

Porém há mudanças, no segundo maior ministério⁸ das ADs. A Assembleia de Deus ministério Madureira tem mudado radicalmente seu costume. A veiculação anunciado por jornais gospel de todo o país confirma a facilmente verificável (basta ir a qualquer culto) a mudança às quais passam. Agora ficou muito mais visível e isso acaba ou acabara interferindo em outras assembleias de Deus, sob o risco de perder fieis:

No templo do Brás, porém, às 19h30 do domingo 15, um grupo de cerca de vinte fiéis fazia coreografias, ao lado do púlpito, ao som de uma batida funkeada. Seus componentes – mulheres maquiadas e com cabelos curtos tingidos, calça jeans justa e joias combinando com o salto alto; homens usando camiseta e exibindo corte de cabelo black power – outrora sofreriam sanções, como uma expulsão, por conta de tais “ousadias”. Mas ali eram ovacionados por uma plateia formada por gente vestida de forma parecida, bem informal. Palmas, também proibidas nas celebrações tradicionais, eram requisitadas pelo pastor Samuel de Castro Ferreira, líder do templo e um dos responsáveis por essa mudança de mentalidade (...) Sua Assembleia do “pode” tem agradado aos fiéis. “Meu pai não permitia que eu pintasse as unhas, raspasse os pelos ou cortasse o cabelo”, conta a dona de casa Jussara da Silva, 49 anos. “Furei as orelhas só depois dos 40 anos. Faz pouco tempo, também, que faço luzes”, afirma Raquel Monteiro Pedro, 47 anos, gerente administrativa. Devidamente maquiadas, as duas desfilavam seus cabelos curtos e tingidos adornados

⁸ Ver mais detalhes na reportagem - Um pastor moderno entre os radicais jornal mídia gospel de 20 de novembro de 2011, disponível em <http://www.midiagospel.com.br/variedades/noticias/assembleia-de-deus-sem-usos-e-costumes> acessado em 12/dez/2012

por joias pelo salão do Brás, cuja arquitetura, mais parecida com a de um anfiteatro, também se distingue das igrejas mais conservadoras.

Tais mudanças se encontram em franca aceitação pelos fiéis e afetam outras Assembleias de Deus e igrejas, que cada vez mais rompem com tradições, a AD do Bom Retiro com mais de 7.000 membros que pode ser citada como exemplo (Santos Correa, 2012 .p.56), mas a maioria das ADs ainda mantém seus costumes.

Especialmente frente à juventude das igrejas já há uma franca mudança de comportamento, tais como uso de camisetas (na maioria sempre se referindo a algo bíblico), uso de calça jeans e corte de cabelo (as mulheres ainda mantêm comprido, mas não mais até a cintura). Parte disso se deve também ao crescimento de grifes evangélicas que produzem roupas de cunho cristão, mas com corte moderno, atendendo a uma fatia do mercado antes inexplorada e agora em franca expansão (Cunha, 2007 p.47). Ainda na maioria das igrejas pentecostais tradicionais ou ortodoxas é obrigatório tanto fora como dentro da igreja o uso de roupas “decentes” (Se baseiam na Bíblia em 1ª epístola a Timóteo 2:9), só que o que é decente tem sido mudado, a 40ª CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil), realizada em abril de 2012 em Cuiabá retificou o que é ou não decente (GCABD, 2012).

Essa mudança impacta a vestimenta que é reconhecida como a primeira impressão e expressão externa do que seria uma mulher

pertencente ao movimento pentecostal (Campos Machado, 1996). A vestimenta do religioso pentecostal é fundamental para a constituição da sua identidade, e do reconhecimento pela sociedade em seu entorno, esse peso é maior para as mulheres⁹.

Mudanças em relação ao gênero

Embora nunca ordenadas, às mulheres e solteiros já tiveram nos anos 30 e 40 um papel importante nas ADs, porém o que ocorreu de 1940 até 1990 foi um conservadorismo extremado (Alencar, 2010 p. 76) que implicou em uma fase de machismo em franco declínio da década de 2000 para os dias de hoje.

Ultimamente tem se observado uma força maior da CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil) no que se refere às questões teológicas (por força de sua influência na CPAD e na produção das revistas de Escola dominical bem como na EETAD) e diminuindo sua força em questões de doutrina¹⁰. Isso se deve ao fato de multiplicar as denominações associadas sendo impossível unificar por enquanto a doutrina de cada igreja. Creio que se deve também a certo medo de sair da convenção como aconteceu com a AD Madureira. Em seu site oficial, ela é definida como “uma igreja evangélica pentecostal que prima pela ortodoxia doutrinária”.

⁹ Idem.

¹⁰ Logo será objeto de artigo próprio.

Quanto à ordenação de mulheres, após anos de papel de submissão (MARIZ, 1994) e de incapacidade de ordenação (TOLEDO FRANCISCO, 2002), isso agora mudou; já é aceito desde que no dia 23 de abril de 2005, quando foi ordenada pastora a cantora gospel Cassiane, fato que entrou para a história da Assembleia de Deus. Foi consagrada a primeira pastora da denominação centenária, e indo contra a maioria do posicionamento da instituição¹¹: O pastoreado feminino quebrando um jejum de anos desde Linda Nyström, esposa de Samuel Nyström (ARAÚJO, 2007. Verbete Mulheres) em 1919 na Amazônia. Vale registrar que já existem como ordenadas pastoras, a Elizete Malafaia, esposa de Silas Malafaia (o ministério de Silas Malafaia é independente com regras e costumes próprios) é um conhecido exemplo, dentre outras ordenações cada vez mais crescentes.

Porém não é unânime em todos os ministérios¹², o que questiona a força das CGADB que reconheceu tais ordenações, mas ainda não se posicionou nem contra nem a favor da ordenação feminina (GOSPEL PRIME – 2011), porém certas mudanças em questão de gênero são claramente perceptíveis. O que ocorre é que o posicionamento oficial da CGADB é contra o pastoreado feminino,

¹¹ Apesar de haver ordenação ainda há muita resistência, a resistência está centrada nas igrejas que ainda não tem pastoras ou não convidaram pastoras para pregar, após isso ocorrer a resistência pouco a pouco se dissolve (GOSPEL PRIME – 2011).

¹² Além de duas convenções regionais como a do distrito federal e do Mato Grosso, vários ministérios filiados a CGADB têm consagrado pastoras, podemos citar como exemplo a AD Missionária de Bauru – SP e a AD Torre Forte de S. J. do Rio Preto-SP.

porém suas afiliadas, as convenções regionais, já sagram pastoras e a CGADB fica então obrigada a reconhecer, pois está no seu estatuto o reconhecimento de sacerdotes (não diz o sexo) consagrado pelas convenções regionais (CGADB, estatuto artigo 17). Caso notório foi a sagração da Ex-senadora Marina Silva consagrada pela convenção do DF em abril de 2012 e na reunião da CGADB em maio já era apresentada como pastora no evento (GOSPEL MAIS – 2012).

A Convenção das Assembleias de Deus do Distrito Federal (CEADDIF -2011), cujo presidente é o Pr. Sóstenes Apolos reconheceu e sagra pastoras. Na Assembleia Geral Ordinária de setembro - Outubro de 2011, a CEADDIF aprovou o ingresso de mulheres como membros da convenção e a ordenação ao pastorado. A proposta foi aprovada pela maioria dos presentes. A CEADDIF é filiada a CGADB – Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, que não tem em seus quadros mulheres como membros, ou pelo menos não tinha até o momento. A CGADB não consagra ministros, quem o faz são as igrejas e o obreiro é reconhecido por seu pastor presidente, que apresentam listas para as Convenções regionais (como a CEADDIF), e após a ordenação, são encaminhadas fichas dos pastores (e das pastoras), para o devido registro junto a CGADB¹³.

Outra convenção regional a sagrar pastoras é a do Mato Grosso, CONADEMAT-14, que em 2011 consagrou a sua primeira pastora (CONADEMAT-14, 2011), por sinal mulher do pastor presidente da

¹³ Idem.

regional. Ao que parece, as mulheres dos pastores mesmo quando não consagradas às pastoras tem um papel preponderante na liderança do ministério feminino (MOTA, 2008).

O papel da CGADB ao contrário de outras igrejas tais como a batista, as presbiterianas têm pouca ou nenhuma influência sobre as congregações locais (SOUSA, 2011). Os pentecostais tradicionais em geral não tem uma convenção firme como as tradicionais ou uma instituição que interfira diretamente sobre sua teologia, simplesmente há rompimento da igreja local (por parte da igreja) que discorde das decisões. Em 2001 saiu uma portaria que negava a ordenação de mulheres, mas em 2009 um recurso administrativo baseado no art. 17 do estatuto da CGADB, (que omitia o sexo em reconhecimento de sacerdotes) fez reconhecer alguns casos específicos de ordenação de mulheres. Esse reconhecimento tem vários motivos, mas a apontamos a busca pela influência política das igrejas evangélicas e o papel que as mulheres evangélicas têm conseguido na política (DUARTE, 2009) tem levado os líderes da CGADB a rever seus conceitos. Duarte (2009) cita os casos emblemáticos de mulheres evangélicas, sobretudo assembleiana e suas conquistas na política tal como Marina Silva, Benedita da Silva dentre outras na conquista do poder político.

Machismo tradicional

Ainda há certo machismo, sempre tradicional nas ADs (Mariz, 1994 p.12), esse machismo é inclusive aceito pela maioria das mulheres, que se põe em papel de submissão visto que há o entendimento geral, entre os homens e a maioria das mulheres de que a Bíblia diz assim (Campos Machado, 1996 p.199). Esse machismo se manifesta de várias maneiras, desde a aceitação geral de que não poderia haver mulheres pastoras, como a ideia de que mulher não trabalha, e que quem sustenta a casa é o homem (IDEM). Porém essa visão tem mudado vários pastores (em que pese o machismo na prática de suas vidas pessoais diárias), dizem em seus discursos e pregações que é grande o papel das mulheres no movimento pentecostal, esse entendimento é compactuado em anos de observação e também na Bíblia de Estudo Pentecostal (1995) nos comentários de provérbios 31.10-31, como no Dicionário de movimento Pentecostal (ARAUJO, 2007, verbete mulheres). Não há já algum tempo a separação de homens e mulheres nas igrejas da ADs (salvo em várias congregações pequenas do interior do país e ainda persiste essa pratica no ministério Ipiranga), ainda continuam a praticá-la a Congregação Cristã do Brasil e a IPDA. Nesse caso as mulheres sentam todas juntas do lado esquerdo do púlpito e os homens do lado direito para lembrar que elas são responsáveis pelo pecado original, segundo relato de pertencentes dessas comunidades.

Sempre reconhecem a importância da mulher, mas as relegam ao serviço social e de oração da igreja. Algo pouco relatado é o preconceito que as mulheres têm delas mesmas, é observado pelas próprias mulheres que mulheres que trabalham fora, “não estão na visão”, e que o “certo seria não trabalhar”. Porém com a emancipação recente da mulher e a crescente conquista dos seus direitos esse preconceito tem diminuído, ainda mais porque houve a percepção de que família em que a mulher trabalhava aumentava a arrecadação do dízimo. Os cultos ultimamente têm dado grande importância para as mulheres e são homenageadas e chamadas para vários outros trabalhos na igreja¹⁴. Pode ser ou não por interesse, mas a mulher tem sido mais valorizada.

Divórcio e casamento.

Quanto à moral sobre o casamento ainda é soberano o fato de se manter a família, quase que a qualquer custo¹⁵, sabe-se que o pentecostalismo tem uma visão machista (MARIZ, 1994 p.192), e o divórcio não era aceito pelas ADs, porém o preconceito com mulheres

¹⁴ Por exemplo, a esposa do autor consagrada a diaconisa, como é publicitária e designer é constantemente procurada para fazer a arte dos cartazes de campanhas e outros serviços.

¹⁵ Mesmo em caso de traição e agressão familiar há o estímulo para que o membro vítima perdoe o outro e haja reconciliação de casal, o ministério de casal tem sido um dos mais poderosos das igrejas.

separadas antes de serem convertidas já inexistia, e está diminuído o preconceito com mulheres separadas antes da sua conversão¹⁶, porém estas são estimuladas a perdoar e continuar com seus maridos. O divórcio antes impensável hoje é possível apenas na possibilidade de adultério, e mesmo assim a pessoa deve ser “tratada espiritualmente” antes de se relacionar de novo com alguém. O que antigamente era impossível. Ainda é um assunto tabu e desafio para a igreja (STRECK, 2007 p.32), porém o poder da mulher dentro da igreja tem aumentado e proporcionalmente a isso o apoio e diminuição de preconceito ao divórcio também (FONSECA; MARIN; NASCIMENTO DE FARIAS, 2010 p.28).

Os pentecostais tradicionais demonizavam a televisão até ocorrer dois fatores: a influência e o sucesso dos televangelistas nos anos 1970. Há de se considerar o crescente acesso econômico para a televisão, ficava fácil demonizar algo que não tinha acesso, desde 1990 ficou permitido à televisão para ver desde que se evitassem programas de nudez ou indecentes, estimulando apenas aos programas religiosos e telejornais.

¹⁶ Há pouco preconceito com homem separado ou divorciado, tanto é que há vários pastores consagrados que são separados, porém todos passam por “tratamento espiritual” nesse caso, que pode ser alguns anos ou meses sem pregar, estando no Banco sendo orientado por um pastor e tendo um grupo de intercessores orando por ele (a).

Hoje, em face desses fenômenos, é permitida a televisão, tanto que ocorre a boca miúda o seguinte exemplo de testemunho: o Assembleiano antigamente dando testemunhos (oportunidades para que as pessoas que não são pregadores falem das suas experiências religiosas.) no púlpito – “irmãos, Jesus me salvou e já vendi a televisão”; já o Assembleiano hoje dando testemunhos – “irmãos, Jesus me abençoou e já comprei três televisores”. Já rádio, especialmente programas evangélicos foi permitido, mas só após ampla discussão na década de 1940 (Alencar, 2010 p. 72).

Evidentemente, o maior acesso à mídia, a televisão introduziu novas ideias antes impensáveis as irmãs, tal como acesso a moda, ideários de beleza, que embora manipuláveis por uma indústria cultural de interesses escusos deu novas escolhas as pertencentes às assembleias de Deus em sua autoimagem (Mira, 2003 p. 40), além do mais o acesso ao computador e a internet, trouxe tremenda possibilidade de comunicação informacional ao mundo pentecostal (CAMPOS JR., 2012 p. 14), no que se refere à opressão tradicionalmente machista da AD's trouxe uma liberdade de trocas de ideias e conversas para as crentes femininas antes impossível e restrita ao seu círculo de amizade.

Trouxe diversas ideias antes totalmente alienadas além do padrão de beleza, trouxe também a ideia de introdução no mercado de trabalho e ideários de independência financeira trazida pelo capitalismo. Hoje a assembleiana segue certos costumes de beleza apresentado na

mídia televisiva, comentam a novela e de como a protagonista estava vestida.

Teologia da prosperidade X teologia da salvação.

A teologia da prosperidade também influencia as relações de gênero, portanto fazem-se necessários breves considerações sobre a mesma. A prosperidade para Assembleia de Deus é uma visão bem diferente das neopentecostais. Essas seguem a teologia ou evangelho da prosperidade que teve suas origens nos EUA, por volta dos anos 30 e 40 (Mariano, 1999, p. 151). No Brasil, segundo Mariano (op. Cit, p. 157), a Teologia da Prosperidade iniciou a sua trajetória nos anos 70, penetrando em muitas igrejas e ministérios, em especial: Internacional da Graça, Universal, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra, Nova Vida, Bíblica da Paz, Verbo da Vida, Cristo Salva, Cristo Vive, Nacional do Senhor Jesus Cristo. Cada uma delas deu de diferentes maneiras e de diferentes modos às doutrinas desse evangelho da prosperidade que se baseava em escritos de Hagin tais como: "Não ore mais por dinheiro [...] Exija tudo o que precisar." (HAGIN, p. 17 apud ROMEIRO, 1998, p. 43, grifos nossos). A Teologia da Prosperidade encontrou terreno fértil no Brasil há partir os anos 70, encontrando espaço nos grupos evangélicos pentecostais. Após certo tempo os pentecostais verdadeiros começaram a rejeitá-lo (PIERATT, 1993 p.81) o que ocasionou para quem acreditava uma ampla difusão de novas igrejas e divisões que

acreditavam nesse tipo de evangelho. Surgiu daí as chamadas igrejas neopentecostais.

A prosperidade para os assembleianos não significam ter vários carros, belas casas, ter um alto salário, ou uma vida com fartura de bens materiais como é pregada pelas igrejas neopentecostais, e sim paz harmonia e segurança, em várias pregações é constante a definição “prosperidade é viver bem com aquilo que Deus permite que você viva”. Ou seja, é um ato contínuo de gratidão a Deus pelo que você tem não uma luta para conquistar coisas que o fiel ainda não tem.

Isso gera um verdadeiro conflito para o fiel, porque ele ouve num dia desses grandes pregadores, seja ao vivo ou na rádio, a teologia da prosperidade, mas na sua igreja, também assembleiana, o pastor alerta para o cuidado das falsidades da teologia da prosperidade. Na bíblia de estudo pentecostal (CPAD – 1995), no estudo “Riqueza e Pobreza” observa-se a seguinte afirmação: “o crente não deve se preocupar com acúmulos materiais nem amontoar bens... para o cristão as verdadeiras riquezas são o amor e fé...”. O que ocorre é que certos germes da teologia da prosperidade tem entrado entre os pentecostais tradicionais fazendo com que muitos creiam nisso, o que pode explicar o crescimento tanto da ADs, que estão aceitando tais mensagens, mas não com ponto central da sua teologia que ainda é a salvação das almas.

Simplesmente as igrejas pentecostais ortodoxas estão sofrendo influência de outras pentecostais, tais como as neopentecostais e deuteropentecostais. Assim há diversas e inúmeras mudanças no que

chamamos de pentecostais ortodoxos inclusive nas relações de gênero. Aos poucos a teologia da prosperidade tem chegado aos pentecostais ortodoxos, se por um lado aliena e escraviza os seus fiéis, e segue uma rígida lógica de mercado (CAMPOS, 1999) por outro possibilita uma coisa no que se refere ao gênero, induz a mulher a procurar e se inserir no mercado do trabalho. Antes a mulher que era relegada as tarefas do lar era o modelo a ser seguido, porém agora o modelo é a da mulher formada, empresaria e principalmente dizimista na Igreja.

A mulher antes relegada nos discurso ao papel de dona de casa, agora é estimulada em diversas pregações a trabalhar, a se tornar empresaria, de certo modo uma melhora na mentalidade, não motivada pelos ideais de libertação e autonomia da mulher, mas sim pelo dinheiro que essa pode trazer como dizimista.

Considerações finais

Como pode se notar as igrejas pentecostais a que se classificam aqui de pentecostais ortodoxas, especialmente as Assembleias de Deus, passam por profundas mudanças em seus direcionamentos morais e teológicos. O mundo está passando por grandes mudanças em todas as áreas. Mudanças há sempre na história, mas a intensidade do momento é única.

A mídia também muda o modo de com a igreja se relaciona com o seu fiel e vice versa. Santos Correa (2012, p.87) afirma: "A

relação que é criada através da mídia social, oferece exatamente a associação que se busca no espaço público", assim o fiel antes negado no espaço público pela discrepância econômica, o encontra na igreja, na mídia social em vários espaços, este começa a aparecer e a gostar disso, o sentimento de humildade cristão vai sumindo, e criando novas relações sociais dentro do grupo religioso que muda cada vez mais as Igrejas.

Note-se que é a mensagem da teologia da prosperidade e da estrutura organizacional da Igreja, a conversão do mercado religioso, os fiéis e como a religião influencia cada vez mais mudanças em uma causalidade circular. É o surgimento de uma comunidade religiosa, que é de consumo de bens, e de um sentido de pertença, onde há uma reunião simbólica de interesses a partir de um encurtamento da distância através da mídia em influenciar suas teologias e práticas tradicionais mesmo entre os pentecostais ortodoxos. Aliado a isso, há um medo da perda de fiéis por parte da liderança da Igreja, esses então permitem certas mudanças que devem ser cuidadosamente estudadas, a fim de direcionar o estudo do campo religioso brasileiro atual.

É necessário um novo estudo religioso e a constante observação participante para manter atualizados os estudos dessas religiões que preocupam cada vez mais pela sua crescente influência na política e economia.

Não vamos dizer que já há uma total independência da mulher, aliás independência é um conceito contraio na tradição pentecostal seja para homem seja para mulher. Porém já alguns passos têm sido dados e isso é motivo para se observar um avanço nas relações de gênero nessa pertença religiosa. Claro que ainda existem as AD's que mantêm o seu tradicionalismo machista (ex. as AD's ministério Ipiranga que ainda mantêm homens e mulheres em lados opostos da igreja), mas isto deve mudar com a constante influência apontada nesse trabalho.

Referências

ALENCAR, Gedeon F. (2005). *Protestantismo tupiniquim: hipóteses da (não) contribuição evangélica à cultura brasileira*. São Paulo: Arte Editorial.

ALENCAR, Gedeon F. de. (2010). *Pentecostalismo Hitech: uma janela aberta, algumas portas fechadas*. História Agora, São Paulo, v. 1 (Religiões e Religiosidades), p. 428-453, fev. 2010.

ARAÚJO, Isael. (2007). *Dicionário do movimento pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD.

BERGER, Peter. (1971). *La Religion dans la Conscience Moderne*. Essai d'analyse culturelle, Paris. Centurion Paris, Ed. Sociales.

BÍBLIA português. (1995). *Bíblia de Estudo Pentecostal*. Trad. João Ferreira de Almeida. Edição rev. e corrigida. Rio de Janeiro - RJ : CPAD

BORELLI, V.. (2010). *Mídia e religião: entre o mundo da fé e o do fiel*. Rio de Janeiro, RJ: EPapers.

CAMPOS JR, Luis de Castro; (1995). *Pentecostalismo: sentido da palavra divina*. São Paulo, SP: Editora Ática.

CAMPOS, Leonildo Silveira. (1996). *Protestantismo Histórico e Pentecostalismo no Brasil: Aproximações e Conflitos*. In:

GUTIERREZ, B.; CAMPOS, L. S. (Editores). (1996). Na força do espírito: o pentecostalismo na América Latina: um desafio às igrejas históricas. SP: Associação Literária Pendão Real.

CAMPOS, Leonildo Silveira. (1999). *Teatro, templo e mercado*. Petrópolis: Vozes.

CAMPOS, Leonildo Silveira. (2002). *As mutações do campo religioso*. In: Caminhando, vol. 7, n. 1 [9], p. 97-109 [Edição on-line, 2009] disponível em:
http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/34368_4381.PDF
acesso em 06/dez/2012

CAMPOS, Leonildo Silveira. (2005). As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. *REVISTA USP*, São Paulo, n.67, p. 100-115, setembro/novembro

CAMPOS MACHADO, Maria das Dores. (1996). Carismáticos e pentecostais, Adesão Religiosa na Esfera Familiar, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS) da ANPOCS, Rev. bras. Ci. Soc. v. 09. n. 36 São Paulo. Fev.

CONADEMAT-14 (2011) Convenção Regional das Assembleias de Deus do Mato Grosso - Ata de reunião anual de 2011 da CONADEMAT-14, reunião ocorrida em 15/05/2011.

CGADB, Convenção geral das Assembleias de Deus no Brasil (2012) *resoluções CGADB – 40ª reunião da CGADB – Resoluções* – disponível em <http://cgadb.org.br/home5a/fotos1/>, acesso em 13/dez/2012.

CONTINS, Marcia & GOMES, Edlaine de Campos. (2008). Autenticidades e edificações religiosas: comparando carismáticos católicos e neopentecostais. *Revista Antropológicas*. Recife, UFP.

CONDE, Emílio. (2011). *História das Assembleias de Deus no Brasil*, Rio de Janeiro- RJ: CPAD.

CPAD –*lições bíblicas – estudo sobre a verdadeira prosperidade*. Outubro 2011 Comentários bíblicos de pastor Leonardo Bibiano. Autoria de lições CPAD.

CPADNews (2012) Jornal das casas publicadoras das Assembleias de Deus – números da AD. *Brasil não será mais católico*. publicado em 02/07/2012. disponível em: <http://www.cpadnews.com.br/integra.php?s=25&i=13601>- acesso em 06/dez/2012,

CUNHA, Magali do Nascimento. (2007). *A explosão Gospel, um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*, RJ-RJ, Mauad editora.

DUARTE, Tatiane dos Santos. (2009). “A autoridade não vem do sexo, mas sim do Senhor”: *Investidura religiosa e delegação política*, anais da XXV - ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza.

EETAD (2000a) *Homilética. Falando de Deus aos homens*. CPAD, Campinas –SP.

FERRARI, O.A. . (2007). *A Igreja Universal do Reino de Deus e o exercício do poder*. São Paulo, SP: Ave-Maria.

FONSECA, André Dioneu; MARIN, Jérri Roberto; NASCIMENTO DE FARIAS, Marcilene. (2010). *Relações de gênero e cultura religiosa: um estudo comparado sobre a atuação feminina na igreja evangélica luterana do Brasil e Assembleia de Deus*. REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA, revista do programa de pós graduação em História Religiosa e das Religiões Rio de Janeiro, 4-1: 6-41.

FRESTON, Paul, *Breve história do pentecostalismo brasileiro*. In: ANTONIAZZI, Alberto et al.. (1994). *Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*, Petrópolis, Vozes.

GONDIM, Ricardo. (2005). *É proibido-O que a Bíblia permite e a igreja proíbe*. Editora Mundo Cristão - São Paulo-SP.

GOSPELPRIME - jornal de notícias evangélicas (2011), *AD no distrito federal ordena mulheres como pastoras* – publicado em 04/2011 disponível em: <http://noticias.gospelprime.com.br/assembleia-de-deus-distrito-federal-pastoras-mulheres/>, acesso em 10/dez/2012.

GOSPELMAIS - jornal de notícias evangélicas (2012). Ex. senadora Marina Silva é ordenada pastora em Convenção das Assembleias de Deus do Distrito Federal- Publicado por Tiago Chagas em 16 de abril de 2012, disponível em: <http://noticias.gospelmais.com.br/marina-silva-ordenada-pastora-convencao-assembleias-deus-33250.html>, acesso em 10/jan/2014.

HAGIN, Kenneth E. (1998). *O Toque de Midas*, t. Original The Midas Touch - Traduzido por Natan Rufino, São Paulo-SP, RHEMA Brasil Publicações.

IBGE-2010, *Dados estatísticos sobre religião no Brasil*, ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf,

LEONARD, Emilie G. (1963). *Protestantismo Brasileiro*, São Paulo, Aste. 1963.

MATOS, Aldari Souza de. (2006). *O movimento pentecostal: reflexões a propósito do seu primeiro centenário*. Fides Reformata, São Paulo, Ano 11, n. 2, p. 23-50.

MARIANO, R. (1999). *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo, SP: Loyola.

MARIANO, Ricardo. (2004). Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados de religião*. vol.18, n.52, pp. 121-138. ISSN 0103-4014.2004

MARIZ, Cecília. (1994). *Alcoolismo, Gênero e Pentecostalismo*. Religião & Sociedade, Rio de Janeiro, v. 16, n.03, p. 80-93.

MIRA, Maria Celeste. (2003). “O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar.” Cadernos Pagu (21), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, pp. 13-38.

MOREIRA, A.. (1996). *Novas igrejas e movimentos religiosos: O pentecostalismo autônomo*. Cadernos do IFAN, 15, 7-58.

MOTA, Elba Fernanda Marques, (2008) *O feminino pentecostal: uma análise da revista “Círculo de Oração” da Igreja Assembléia de Deus*. Anais do X Simpósio ABHR / UNESP – Assis – 12 a 15 de maio de 2008, disponível em: <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/mota-elba.pdf>, acesso em 18/01/2014

MUNIZ DE SOUZA, Beatriz; MARTINO, Luís Mauro Sá. (2004). *Sociologia da religião e mudança social-Católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*, São Paulo – SP Paulus.

PIERATT, Alan B.. (1993). *O evangelho da prosperidade: análise e resposta*. São Paulo: Edições Vida Nova.

PRANDI, C.; GIOVANNI, Filoramo. (1999). *As ciências das religiões*. Paulus.

REVISTA ENFOQUE GOSPEL, (2011) *R. R. Soares e seu ministério*, revista independente de notícias do evangelho, Rio de Janeiro, Ed. Edição 82 - MAI / 2011, disponível em: <http://www.revistaenfoque.com.br/index.php?edicao=82&materia=1067> acesso em 05/dez/2012.

ROLIM CARTAXO, Francisco. (1987). *O Que É Pentecostalismo*, Editora Brasilense, São Paulo, SP,.

ROMEIRO, Paulo. (1995). *Super Crentes. O Evangelho segundo Kenneth Hagin, Valnice Milhomens e os Profetas da Prosperidade*. São Paulo: Mundo Cristão, 1995.

SANTOS CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos. (2012). *Análise dos ministérios da igreja assembleia de Deus e a sua lógica de funcionamento*, Tese de doutorado em ciências da Religião, PUC-SP, orientador, Dr. João Décio Passos. data da defesa. 11/abr/2012.

SANCHIS, Pierre. (2001). *Religiões, Religião... Alguns Problemas do Sincretismo no Campo Religioso Brasileiro*, in Pierre Sanchis (org.). *Fiéis & Cidadãos – Percursos de Sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Eduerj.

SOUSA, Bertone de Oliveira.(2011). *Uma perspectiva histórica sobre construções de identidades religiosas: A Assembleia de Deus em Imperatriz, MA*. Maranhão: Ética Editora.

STRECK, Valburga Schmiedt. (2007). *Famílias em transição: desafios para a sociedade e Igreja*, Estudos Teológicos, v. 47, n. 1, p. 25-42, 2007 Revista de pós Graduação da UNICSUL, da Escola Superior de Teologia (EST), em São Leopoldo, RS. Disponível em: http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4701_2007/e2007-1b_vstreck.pdf, acesso em 05/dez/2012.

TOLEDO FRANCISCO, Crislaine Valeria de. (2002). *Passagens híbridas: relações de gênero e pentecostalismo*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP- tese de mestrado em sociologia, Defesa em 2002-08-16 São Paulo,2002, Orientador: Negrao, Lisias Nogueira.

IGNÁCIO, Sérgio Aparecido. (2010) *Importância da Estatística para o Processo de Conhecimento e Tomada de Decisão* SECRETARIA DE

ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DO
ESTADO DO PARANÁ disponível em
[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/NT_06_importancia
_estatistica_tomada_decisao.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/NT_06_importancia_estatistica_tomada_decisao.pdf) acesso em 13/jan/2014.

ROSEMBERG F. & PIZA E. (1998-99). A *Classificação de 'Cor' na Pesquisa do IBGE*. REVISTA USP, São Paulo, n.40, p. 122-137, dezembro/fevereiro 1998-99.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de & SIMOES, Celso Cardoso da Silva. (2005) *O IBGE e as pesquisas populacionais*. *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2005, vol.22, n.2, pp. 291-302. ISSN 0102-3098. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982005000200007>.

Gênero e Sexualidades nas aulas de Sociologia: um olhar sobre a percepção discente

Stephanie Natalie Burille¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal discutir as percepções de gênero de estudantes de uma escola pública de Cuiabá durante as aulas de Sociologia. Partindo deste objetivo, as enunciações dos estudantes foram fundamentais para a compreensão das representações de gênero no universo escolar. A metodologia consistiu na realização do trabalho de campo na escola e entrevistas semiestruturadas com os estudantes de ensino médio. Conforme resultados, constatou-se que nas aulas de Sociologia os estudantes apresentavam práticas e expressões sexistas. Conclui-se que há limites para a abordagem de gênero na disciplina de Sociologia, por isso se faz necessário dar visibilidade às teorias que incrementam o discurso da diversidade e da diferença na escola.

Palavras-chave: Gênero; Ensino; Sociologia.

Abstract: This article aims to discuss the gender perceptions of students from a public school in Cuiabá during the Sociology classes. Taking as its starting point, the student's enunciations were fundamental to the comprehension of gender representations in the school universe. The methodology consisted in field work in the school and semi-structured interviews with the high school students. According to results, it was found that in the Sociology classes students had practices and expressions of sexist slant. It is concluded that there are limits to the gender approach in Sociology discipline, so it is necessary

¹Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Bolsista de Iniciação Científica (UFMT/FAPEMAT) sob orientação da Prof^a. Dr^a Silvana Maria Bitencourt. E-mail: stephanie.burille@hotmail.com.

to give visibility to theories to increase the discourse of diversity and difference in school.

Keywords: Gender; Education; Sociology.

Introdução

Entre as inúmeras problemáticas que adentram a escola, há uma inquietação por parte de alguns estudiosos (CARVALHO, 2012; LOURO, 1997) acerca do preconceito de gênero permeado nas relações sociais no contexto escolar. Este artigo discute, a partir da perspectiva de estudantes do ensino médio, quais as representações de gênero que perpassam o imaginário desses indivíduos, especialmente quando construídas no contexto das aulas de Sociologia. Para tanto, utilizou-se as reflexões de autoras como Judith Butler (2008), Maria Teresa Citeli (2001), Guacira Louro (1997) e Joan Scott (1995), estas que contribuíram para o desenvolvimento de novas reflexões nesta área de estudos de gênero. Ao longo deste estudo² procuramos conhecer a realidade da escola pública cuiabana, por meio de um olhar voltado à forma de como são construídas e compreendidas as relações de gênero no universo escolar.

²Este trabalho consiste em uma parte condensada da pesquisa desenvolvida durante o período de agosto de 2013 a julho de 2014 intitulado: “Qual conteúdo ministrado nas aulas de Sociologia para a promoção de uma educação não sexista nas escolas públicas de Cuiabá?” vinculado ao programa de bolsas de Iniciação Científica da UFMT.

Em relação à metodologia utilizada nesta pesquisa, decidiu-se trabalhar com a metodologia qualitativa a fim de desenvolver uma análise mais eficaz sobre os significados das relações sociais presentes no cotidiano escolar. Nesse sentido, realizou-se pesquisa de campo durante o período de três meses em dez turmas de ensino médio. Também foram aplicadas 18 entrevistas semiestruturadas com os estudantes, entre eles nove meninos e nove meninas de idades entre 15 e 18 anos. O tempo de cada entrevista foi em média 20 minutos, considerando que se levou cerca de três horas para suas transcrições.

O contexto das aulas de Sociologia apresentou-se como o *lócus* principal da pesquisa, pois foi nestas aulas que se constituíram o espaço onde as relações de gênero foram analisadas para compreender em que medida o gênero está operando a partir dos conteúdos ministrados nas aulas de Sociologia. Neste texto, compartilhamos a definição de gênero a partir de Joan Scott: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995, p. 86).

Ademais, foi possível verificar o que os estudantes da escola “Arruda”³ pensam a respeito das representações sobre o “ser homem” e o “ser mulher”, representações estas que refletem em diferenças sociais

³Identificarei como “Arruda” o nome fictício da escola pública estadual de Cuiabá que realizei observação participante durante o desenvolvimento da pesquisa iniciada em agosto de 2013 e finalizada em julho de 2014 a fim de preservar a identidade da mesma.

que, por vezes, naturalizadas, revelam as desigualdades de gênero. De acordo com Moscovici (2007), toda cognição, motivação e comportamento só existem se significarem algo por definição, ou se uma mesma linguagem, signos, valores e memórias forem compartilhados entre as pessoas. As representações são sociais, portanto, simbólicas.

Todas as explicações dependem da ideia que os indivíduos têm acerca da realidade. Nesse sentido, as representações sociais dos estudantes de ensino médio estão relacionadas às suas percepções de mundo, sendo elas internalizadas de acordo com as experiências vivenciadas e os universos simbólicos compartilhados em seus contextos sociais. Por isso, durante o trabalho de campo verificamos a necessidade da realização de entrevistas em profundidade a fim dos estudantes enunciarem seus posicionamentos a respeito do gênero e da sexualidade.

Sobre o uso de entrevistas, Gaskell (2010) salienta que: esta fornece dados básicos para a compreensão das relações entre os atores sociais, assim como é capaz de fornecer uma “descrição detalhada” de um meio social específico. O objetivo de utilizar tal método está em compreender a fundo elementos de crença, atitudes, valores e motivações das pessoas nos contextos sociais específicos (BAUER; GASKELL, 2010, p. 65). Assim, colaborando para a possibilidade de ‘mergulhar’ nesse universo de representações dos indivíduos em questão.

Segundo Bitencourt (2013), é a partir da percepção do aluno, muitas vezes ignorado diante da dicotomia presente na relação professor/dono do saber *versus* aluno/sem conhecimento, que se busca entender essa outra perspectiva. A autora ainda complementa que: dar voz ao estudante contribui para romper a “viciada” dicotomia entre estudante/professor, a fim de promover uma relação mais colaborativa entre o conteúdo sociológico e a “realidade” escolar.

Partindo do exposto, o presente artigo consiste em três momentos. No primeiro momento realizamos uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de gênero e educação; no segundo momento apresentamos os resultados e as discussões acerca do universo simbólico compartilhado pelos estudantes da escola “Arruda”; finalizando com algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido.

Conceito de Gênero

Em relação ao discurso científico do século XIX, podemos constatar que historicamente o discurso biológico foi construído por valores culturais da sociedade ocidental, assim fundamentando a produção de uma ciência que aglutinava as diferenças consideradas naturais e sociais, sendo que umas justificavam as outras. Maria Teresa Citeli (2001) reflete sobre o determinismo biológico que legitimou a biologia para falar das distinções fisiológicas e anatômicas de homens e mulheres como argumentos que explicavam as diferenças dos

comportamentos e as desigualdades sociais. O conhecimento científico visto como único e verdadeiro na modernidade, ainda envolve um grande respaldo social para a opinião pública, portanto é um significativo instrumento de dominação que legitima a hierarquia e o poder nas relações de gênero. Segundo Citeli (2001),

Quase um século depois, desnaturalizar hierarquias de poder baseadas em diferenças de sexo tem sido um dos eixos centrais dos estudos de gênero. Estabelecer a distinção entre os componentes – natural/biológico em relação a sexo e social/cultural em relação ao gênero – foi, e continua sendo, um recurso utilizado pelos estudos de gênero para destacar essencialismos de toda ordem que há séculos sustentam argumentos biologizantes para desqualificar as mulheres, corporal, intelectual e moralmente. (2001, p. 132)

Conforme Thomas Laqueur (2001), anterior ao período renascentista do século XV não havia uma terminologia anatômica que distinguisse a genitália feminina e masculina. O que supostamente ocorria era uma retenção interna do sexo da mulher, causado por uma falta de calor vital que resultava na imperfeição da estrutura corporal. A anatomia do corpo humano e seus processos fisiológicos eram baseados unicamente no modelo de estrutura corporal masculino.

No final do século XVIII surgiram novas formas de interpretação do esqueleto humano conduzido pelo dimorfismo e divergência biológica, que a partir de então modificaria os significados das diferenças sexuais. Justificar na biologia as diferenças sexuais, e

assim justificar os papéis sociais destinados aos homens e às mulheres, é atribuir um sentido legítimo às desigualdades sociais.

Conforme Joan Scott (1995), o uso do termo “gênero” passou a ser empregado pelo movimento feminista a fim de se referir a uma organização social dos sexos e promover a distinção entre o determinismo biológico e os papéis sociais de homens e mulheres, que até então estavam vinculados a um mesmo sentido. Falar de “gênero” é designar às relações sociais e as identidades subjetivas que emergem de construções culturais.

Além disso, enquanto preocupação teórica e política que torna o gênero uma categoria de análise histórica a partir das reflexões feministas que marcaram especialmente o século XX, também são implicados significados para as relações de poder em meio às interações humanas.

De tal modo, analisar a partir da categoria gênero subentende-se assumir uma perspectiva transversal, em que outras categorias sociológicas como: classe, raça, gênero, religião e geração devem ser considerados relevantes para se analisar as desigualdades.

Inicialmente procuravam-se explicações para as origens do patriarcado, em que as mulheres eram submissas aos homens que detinham o poder na família; logo se estudou a categoria pelo viés marxista preocupado em questionar as desigualdades a partir das relações de produção. Ulteriormente, a escola francesa e a escola anglo-americana estiveram preocupadas com a formação das identidades de

gênero com influência em teorias da psicanálise. Dessa forma, ocorre uma sofisticação conceitual até ser compreendida como uma categoria analítica das relações sociais.

Uma questão que Louro (1997) enfatiza na argumentação de Scott (1995) é a oposição binária rígida entre masculino e feminino retratada na sociedade. O caráter dicotômico insere o gênero em um sistema de dominação e submissão que precisa ser desconstruído. Romper com a lógica polarizante conduz a atenção para as diversas pluralidades de gênero, e não somente as singularidades existentes entre feminilidades e masculinidades. Portanto, no espaço da escola pode-se dar visibilidade a outras identidades de gênero.

A autora Judith Butler (2008), a partir de uma abordagem pós-estruturalista, contribui para pensarmos gênero no sentido performativo para além de identidades fixas ou categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade que perpassam a estrutura binária, mas enquanto expressividades e significados. Conforme Bitencourt (2013), Butler questiona essa estrutura que oferece uma legitimidade para o sujeito existir, enquadrando-o em uma categoria que reforça a ideia de masculino/feminino de matriz heterossexual (2013, p. 183).

Gênero e Educação

O sujeito que usufrui da instituição responsável pelo saber e aprendizado é também conduzido por um conjunto de regras e valores,

pelos quais, como afirma Durkheim (1978), produz e reproduz indivíduos de acordo com padrões de socialização e um modelo de educação adequado para sua inserção social.

A instituição escolar é reprodutora da cultura dos grupos e classes dominantes, do mesmo modo que proporciona a reprodução da estrutura das relações de força, como afirmam Bourdieu e Passeron (1982). Compreende-se, na visão dos autores, que a escola é mantenedora da cultura imposta pela classe dominante, e dessa forma, sustenta um sistema social de desigualdades que refletem diretamente na construção do aprendizado e das relações sociais. Em relação ao sistema escolar, Bourdieu salienta que: “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (1998, p.41).

Ao depararem com a escola e o perfil educacional proposto para orientá-los a determinado conhecimento, Louro (1997) esclarece que esses sujeitos aprendem a incorporar discursos, modos de ser e agir, preferências e identidades que se formam sob arranjos de normas, regras e os “bons costumes” que a escola tende a preservar.

Portanto, a escola está para além de somente produzir e transmitir conhecimentos. Ela “fabrica” sujeitos, molda-os de acordo com as convenções e padrões sociais de “normalidade” fortemente instituídos. Nesse aspecto, o que não se integra aos padrões, não encontra espaço no ambiente escolar, ou seja, não encontra visibilidade

e reconhecimento, permanecendo na condição de excluído. Louro afirma que a escola silencia questões relacionadas às identidades de gênero que escapam da dicotomia feminino/masculino, assim como, de concepções de sexualidade que não se enquadram na perspectiva heteronormativa.

A incorporação dos valores femininos e masculinos está no que Bourdieu conceitua como *habitus*⁴. No caso dos estudantes de ensino médio das escolas públicas, é possível refletir esse conceito nas atividades que eles desenvolvem, a maneira como praticam esportes, como se comportam em sala de aula, suas opiniões políticas, bem como, seus modos e estilos de vida.

A sala de aula, o pátio, a quadra de esportes, os banheiros, a sala dos professores, enfim, todo o espaço que configura a escola é formado por ambientes que inscrevem signos, marcas, características que ora proporcionam interações, ora limitam espaços na medida em que as diversidades de gênero e de sexualidade se defrontam. Nesse contexto, as diferenças de gênero são exacerbadas e expressas nos discursos, nos gestos, nos “modos” de se relacionar.

Apesar de existir uma regulamentação institucional que corrobore para que a pauta da diversidade de gênero e sexualidade esteja embasada nas orientações curriculares da instituição escolar, o padrão predominante das identidades masculina e feminina, sobretudo o

⁴Conceito de *habitus* em Bourdieu é “o princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas.” BOURDIEU, 2007, p. 162.

modelo “normal” de sexualidade abalizada na heteronormatividade, é o que de fato orienta os comportamentos dos indivíduos. O que é visto e compreendido como “fora” do padrão e o que condiz com o “diferente” não faz parte das práticas aceitáveis e sustentadas socialmente, reforçando ainda mais a afirmação da identidade de gênero como única, singular, logo, permitida (LOURO, 2003).

A escola é o espaço onde existem barreiras que impedem a expressão das diferenças. Os padrões são reforçados e reproduzidos constantemente. Ser e agir de maneira “normal” é uma exigência por parte do contexto escolar e dos próprios estudantes. Aquele que não se adéqua às convenções, não é integrado ao meio. Isso é verificado, por exemplo, em dizeres que apontam uma profunda aversão aos que não assumem uma identidade heterossexual.

Uma situação vivenciada durante o trabalho de campo na aula de Sociologia ilustra melhor esta questão. Ouvimos um estudante afirmar, em meio a uma discussão sobre a constituição de famílias homoafetivas, que *gay tem que morrer mesmo*, ou então outro colega afirmando que *meninos que usam maquiagem e batom não merecem respeito*, podemos evidenciar uma agressividade tão intensa que contraria as expectativas depositadas na escola⁵ de ‘metamorphosear’ esses adolescentes em adultos reflexivos, com uma visão mais humanística, ou seja, sendo estes capazes de transformar a realidade.

⁵Esta expectativa em relação a transformar o estudante em um ser reflexivo podemos constatar a partir dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino médio, principalmente em relação as disciplinas de Filosofia e Sociologia.

Segundo Ileizi Silva (2005), além da preocupação em formar trabalhadores, o ensino médio tem a responsabilidade de formar sujeitos sociais, bem como auxiliar no direcionamento da vida desses jovens e também, contribuir para que formulem uma compreensão racional e crítica dos sentidos culturais e da natureza. A tolerância, a autonomia intelectual e a formação de personalidades devem ser produtos de um ensino eficaz que direcione as capacidades de convívio coletivo que caminhe para a promoção da igualdade de gênero. Nesse viés, a Sociologia se faz importante na educação básica para a formação de sujeitos conscientes e sensíveis às questões sociais que permeiam seus cotidianos.

De acordo com Silva (2005), desde 1940 o papel da Sociologia na escola vem sendo discutido no Brasil. Enquanto disciplina do Ensino Médio, é pensado a partir de 1996, na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN, com o objetivo de preparar jovens e adolescentes estudantes para uma formação mais humanitária do saber, o que corresponde a uma construção processual. “O objetivo do ensino de Sociologia é o de modificar os padrões de envolvimento e distanciamento dos jovens em relação à vida social.” (SILVA, 2005, p. 11). A autora se refere a envolvimento no sentido de compreender os fenômenos sociais, possibilitando, assim, novas explicações e uma maior aproximação com essas realidades. O distanciamento se refere à compreensão e estranhamento do meio social em que estão inseridos, os

conhecimentos aprendidos na escola, os valores religiosos, ou seja, fenômenos reconhecidos como “naturais”.

E qual seria o papel do professor de Sociologia enquanto detentor do conhecimento científico acerca da disciplina? Segundo Silva (2005), o professor deve seguir um rigor científico que o permita oferecer aos estudantes o acúmulo de conhecimento da disciplina. Weber (1993) já nos dizia sobre a necessidade de discernir a docência enquanto vocação racional-legal de posições partidárias, ideológicas e religiosas.

Ao tratar de temas transversais, como no caso de gênero e sexualidades, é recomendada a formação desse professor em estudos de gênero a fim de abordar tais questões com ética, seriedade e conhecimento, para então, fomentar a desconstrução de preconceitos e visões fundamentadas no senso comum ou em valores morais e religiosos presentes nos discursos.

As observações em sala de aula provocaram uma reflexão sobre esse sistema de ensino vigente e as possibilidades que a sociologia nos proporciona em trazer à sala de aula um ensino voltado para a autonomia intelectual do estudante no sentido de questionar as estruturas consolidadas pelo modelo heteronormativo de sociedade. Neste sentido, apresentamos a seguir as análises sobre as experiências em sala de aula, assim como as percepções dos estudantes quanto à questão de gênero nas aulas de Sociologia.

Quem são estes estudantes?

Em relação ao perfil⁶ dos dezoito estudantes entrevistados da escola “Arruda” que frequentam as aulas de Sociologia, constatou-se que estes compõem a faixa etária média de dezesseis anos de idade. Em maioria, os estudantes integram um núcleo familiar formado pelo pai, a mãe e um ou mais irmãos e irmãs, sendo a maior parte deles filhos ou filhas mais novos. Grande parte dos entrevistados estuda nessa escola há cerca de dois ou três anos consecutivos. Em relação à religiosidade, contabilizaram-se seis estudantes adeptos à religião evangélica, cinco estudantes católicos, e sete estudantes que afirmaram não ter religião. Dentre os entrevistados, há um total de oito alunos que além de frequentarem a escola, afirmam trabalhar; destes, sendo sete meninas e um menino. Os outros estudantes somam-se dez, que afirmam dedicar-se somente aos estudos; destes, sendo somente duas meninas e oito meninos exclusivamente estudantes. Portanto, verifica-se que há um contingente maior de mulheres que além de estudantes, são desde já trabalhadoras. Estes estudantes foram interrogados sobre o porquê das diferenças de gênero.

⁶ O perfil dos estudantes foi traçado a partir de um roteiro de entrevista específico com perguntas direcionadas a esse propósito.

O mercado de trabalho e as relações de gênero

O fato da maioria das meninas trabalharem enquanto a maioria dos meninos ainda não trabalha é um dado importante, pois denota que há uma demanda maior por parte das mulheres em se inserirem no mercado de trabalho precocemente. Logo, se considerarmos o modelo patriarcal vigente na sociedade brasileira, essa decisão das meninas por trabalhar fora pode ser compreendida como uma hipótese para a conquista de maior autonomia e independência financeira, logo, rompendo o modelo de família patriarcal brasileira. Vale a pena salientar que a sociedade vem passando por transformações consideráveis, possibilitando uma maior inserção feminina nos espaços públicos nas últimas quatro décadas, especialmente em carreiras/profissões consideradas socialmente masculinas. Nesse sentido, estes estudantes quando indagados sobre as diferenças de gênero na sociedade, grande parte deles apontou que verificam essas diferenças principalmente no mercado de trabalho, alegando que o homem se sobressai em relação à mulher. Afirmar que as mulheres são diferentes dos homens remete à ideia de que a mulher não atinge todas as expectativas profissionais, ou seja, há incapacidade feminina ao assumir determinadas atividades que durante muito tempo estiveram atreladas ao universo masculino, por exemplo, as profissões consideradas culturalmente masculinas por exigir força, raciocínio lógico e objetividade.

Esta ideia de “incapacidade” feminina decorre do *habitus*, isto é, o processo pelo qual “verdades” são inculcadas durante a socialização primária e que fazem parte da construção individual e coletiva de cada indivíduo. Desde o período da infância verifica-se que muitos pais ainda não estimulam suas filhas a interagirem com brinquedos de meninos, e vice-versa. Há uma diferenciação de gênero nesse aspecto que já condicionam certas aspirações desde criança. Conforme a autora Londa Schienbinger (2001),

Dar a meninas e meninos brinquedos diferentes poderia ser inofensivo, exceto pelo fato de que brinquedos criam aspirações, afiam aptidões conceituais e estimulam certos comportamentos em detrimento de outros (SCHIENBINGER, 2001, p. 117).

Desta forma, enquanto meninas são incentivadas a brincar de casinha, bonecas e panelinhas, os meninos são motivados a interagir desde cedo com carros, brinquedos de raciocínio lógico ou que estimulam o gosto pelo esporte. Essa internalização das diferenças e oposições entre masculino e feminino está na relação com brinquedos, no incentivo que há para os meninos pela área das exatas, enquanto as meninas se inclinam para a área das humanas, e tende a refletir na relação com o mercado de trabalho.

Partindo desta perspectiva, é importante verificar que a maioria das meninas entrevistadas já está inserida no mercado de trabalho, o que pode demonstrar que há uma pressão social maior para elas alcançarem

sucesso nos espaços públicos, e assim comprovarem as suas capacidades. Segundo Bitencourt (2006),

[...] estas mulheres precisarão incorporar uma determinada linguagem para interagir dentro deste espaço e estabeleceram determinadas táticas para sobreviver com as suas diferenças de gênero construídas socialmente e historicamente. (BITENCOURT, 2006, p. 42)

Historicamente a figura feminina era associada ao espaço privado, tendo uma função social ligada aos afazeres domésticos, enquanto a figura masculina estava mais associada à esfera pública. Portanto, ainda que tenham existido transformações históricas e culturais sobre as ressignificações dos espaços públicos e privados em relação ao universo masculino e feminino, pode-se verificar que ainda há dificuldade da mulher em se inserir e ascender no mercado de trabalho, encontrando, muitas vezes, resistências e preconceitos, como observado na fala de uma estudante, abaixo:

[...] com mulher acontece mais a discriminação... mais com mulher. É que assim, todo mundo fala que mulher foi feita pra ficar em casa e tudo, mas pra mim isso é... porque eu já vi muita mulher sendo... saindo do trabalho porque o homem ia vim e ocupar o cargo dela. Isso já aconteceu comigo já. [...] foi num outro escritório que eu trabalhava com o amigo do meu vô. E aí entrou um rapaz e como ele, assim... dizia que era muito mais ágil que eu, então... [...] ele fazia mais coisa pelo fato de ele ser homem, né. “Ah, então ele vai carregar isso e você não

consegue” e não sei o que... então eles mandaram eu embora [...] (Ana, estudante do 1º ano)

Nesse discurso entendemos que o mercado de trabalho é um espaço de privilégio masculino. Fazer parte deste meio requer incorporar aspectos da masculinidade e interagir com esse universo simbólico. Deste modo, no mercado de trabalho há diversas barreiras para a entrada e manutenção do “sexo frágil”.

O Gênero e a socialização primária

Sobre a origem das diferenças entre homens e mulheres na sociedade, quando questionados, muitos estudantes não souberam explicar de forma esclarecida, alegando somente que as diferenças “vêm de antigamente”. Nesse sentido, percebe-se uma dificuldade dos estudantes em associar um fenômeno social interligado com um processo histórico e cultural. Por isso a importância do professor de Sociologia em abordar as questões de gênero a partir dos conteúdos sociológicos e referências clássicas como: Émile Durkheim e Pierre Bourdieu.

Ainda no âmbito das diferenças de gênero, os estudantes relataram atividades praticadas de maneiras distintas por meninos e meninas na escola. Muitos estudantes relataram que durante a educação física e na hora do intervalo, a quadra de esportes é um espaço predominantemente masculino. Enquanto o futebol é um exercício

designado aos meninos, as meninas costumam jogar vôlei, conversar ou se entreter com o aparelho celular. Alguns estudantes justificam que as meninas “não se interessam”, “não gostam”, “preferem” ou “optam” por não praticar esportes. Em meio aos relatos, uma estudante afirma que as meninas, ao manifestarem interesse em jogar futebol, acabam gerando conflitos com os meninos e por isso evitam o espaço:

Os meninos jogam e se a gente fala que quer jogar é uma briga que... sem tamanho, que eles não querem deixar. Tanto pode ser observado na hora do intervalo, que você chega lá na quadra e só tem homem jogando. Não tem mulheres jogando. [...] às vezes a gente fica quieta, né, pelo simples motivo de não querer, vamos dizer, arrumar alguma discórdia com eles [...] (Maria, estudante do 3º ano)

[...] tem umas diferenças sim, mas é mais, tipo educação física, assim, aí tem bastante, às vezes é separado, é futsal que os meninos gostam muito, então mais os meninos jogam [...] (Joana, estudante do 2º ano)

Estes discursos remetem ao que Bourdieu (2014) especifica como manifestação simbólica do poder. A dominação masculina está imersa nas práticas que submetem as mulheres a situações de “proibição” implícita, como ocupar determinados espaços sociais simbolicamente masculinos, e um “consentimento” das mulheres em não fazer parte desses espaços e dessas práticas. Nisso, diz-se então que as mulheres “preferem” ou “optam” pela escolha de não adentrar estes espaços. O fato é que há uma delimitação imposta, que não

necessariamente precisa ser dita, mas é reforçada por uma “conformação” silenciada.

Gênero na escola

Ao serem questionados se o conteúdo de gênero e sexualidade havia sido discutido em outros anos do ensino médio ou ensino fundamental, seja em Sociologia ou em outras disciplinas, a maioria dos estudantes afirmou já ter tido algum conhecimento, mesmo que superficial, sobre a temática. No entanto, há uma evidência de que gênero nem sempre é retratado pela perspectiva social e cultural, mas também biológica, no que tange as diferenças entre os sexos.

A biologia e a educação física são outras áreas de conhecimento que abordam diferenças entre homens e mulheres e sobre sexualidade que remetem às diferenças biológicas, seguindo o caráter de informação e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Essa abordagem não é suficiente e não corresponde às demandas sociais que existem acerca da problemática. O modo como entendemos e vivenciamos o corpo é sempre mediado pelas formas de pensamento historicamente construídas (FOUCAULT, 1988). Nesse sentido, torna-se primordial discutir a maneira como a escola, as disciplinas e os professores abordam as diferenças.

Consideramos que a Sociologia como disciplina escolar poderá desenvolver conteúdos e metodologias que promovam uma reflexão mais aprofundada sobre essas percepções de gênero.

As aulas de Sociologia e o professor

As observações de campo e os relatos dos estudantes demonstraram que a disciplina de Sociologia na escola “Arruda” é uma aula dedicada a debates, rodas de conversas, discussões sobre conteúdos da Sociologia que o professor elenca como fundamentais. No entanto, os usos de materiais de apoio se resumem a filmes, músicas e raramente o uso do livro didático. Também se certificou a ausência de leituras de textos e incentivo no desenvolvimento da escrita.

O ensino de Sociologia tem um caráter de disciplina “mais liberal” na visão dos estudantes. Trata-se de uma aula considerada interativa e descontraída, em que os estudantes conversam entre si, manipulam o aparelho celular a todo o momento, se distraem com as redes sociais, se preocupam com o cabelo, as unhas, a maquiagem, ou qualquer distração, exceto a aula que o professor tanto se esforça em tornar atrativa.

A proposta da aula é ser ensinada a partir de debates sobre assuntos da atualidade, em que o professor questiona os estudantes e os próprios estudantes dialogam sobre o conteúdo sem certa preocupação

com os conceitos teóricos. A aula é o momento de descontração, o momento de expressar opiniões de cunho pessoal,

[...] porque é onde tem o debate mesmo sobre nosso dia a dia, sobre o que acontece hoje em dia. Mais é sociologia. (Carolina, estudante do 1º Ano)

Alguns estudantes não deixaram de revelar críticas à didática “livre” do professor e ao próprio conteúdo de Sociologia apresentado. Relatos como a “dificuldade em dar aula” devido à “bagunça” dos alunos se mostraram um fator desestimulante para alunos que poderiam se interessar pela disciplina; assumem não gostar de Sociologia em decorrência do professor; desqualificam a aula como “lenta”, onde o professor “enrola” em um único conteúdo:

[...] eu achava muito interessante as aulas de Sociologia quando eu estudava. Aqui o professor é meio... Sei lá, ele puxa um assunto... Ele enrola muito, sabe, na aula. Acho que ele enrola muito. Ele passa o bimestre falando uma coisa só, vai passar pro segundo bimestre e vai falar a mesma coisa. Assim, ele é um bom professor, sabe, mas às vezes eu acho que ele devia desenvolver mais as aulas. (Thiago, estudante do 3º Ano)

É que ele passa bastante vídeos... Vídeos, música, quase não trabalhamos manual, com caneta, só lendo e prestando atenção, assim. (Lucas, estudante do 1º Ano)

É neste perfil de aula que o professor de Sociologia aborda o conteúdo de gênero. No período da pesquisa de campo, observou-se que

as turmas do primeiro ano tiveram parte do bimestre dedicado ao conteúdo. As discussões sobre o tema eram realizadas de modo que as opiniões pessoais dos estudantes e as experiências que vivenciavam no cotidiano fomentavam os debates. O professor utilizava recursos de audiovisual, dinâmicas interativas e rodas de conversa que estimulavam os estudantes a exporem suas formas de pensar o que é “ser homem” e o “ser mulher”.

As diferenças que fazem diferenças

Os entrevistados elencaram algumas características que identificavam outros colegas da escola como pessoas “diferentes”. Os colegas gays e as colegas lésbicas foram muito mencionados nas falas desses estudantes, o que condiz com a percepção de que ser homossexual é ser diferente dos demais, e nesse sentido significa romper com um padrão de heteronormatividade rigidamente professado por grande parte dos estudantes. Logo, o que foge ao padrão é o distinto, é o “anormal”.

Tem uma menina aqui na escola que ela parece muito um homem porque ela se veste que nem um menino, mas ela é uma menina. E ela se veste assim, mas olhando assim, quem não sabe... eu achava que ela era um menino. Eu fui perceber o ano passado quando ela jogou na equipe feminina. Eu “ué, o que esse menino ta fazendo aí?” que tipo, eu sempre vi ela e não... depois que eu fui descobrir que ela era

sapatão. Eu não sabia. (Claudia, estudante do 3º Ano)

As meninas... têm umas meninas que tem a personalidade diferente, o modo de vestir, o modo do cabelo, tem meninas que... é... lésbicas, os meninos já discriminam. A menina fica num canto, e todo mundo, os outros, ficam no outro canto, discriminando porque a pessoa é assim. Eu não acho correto isso porque ela é ser humano, né, ela teria que ser respeitada como ela é. Ela tem que ser respeitada. Eu acho errado. (Jonas, estudante do 1º Ano)

O “diferente” passa a ser diferente quando se é revelado que a estudante não se enquadra em determinada categoria de classificação antes adequada ao seu perfil. A menina “sapatão” a quem Claudia antes se referia ao gênero masculino devido ao modo de vestir e se portar passa a ser reconhecida enquanto a menina “que se veste que nem um menino”. A percepção em relação a essa colega é alterada, colocando-a em uma posição de “diferente” dos demais.

Louro (1997) afirma que o ocultamento dos homossexuais na escola é um fator que contribui para que esses estudantes se reconheçam como desviantes, indesejados e ridículos, pois estão confinados às gozações e aos “insultos” dos recreios, das atividades cotidianamente.

Dessa forma, pode-se verificar que a homofobia é outra problemática vivenciada no cotidiano da escola. E neste sentido, há um receio ainda maior de se adentrar na temática da sexualidade. Sempre que abordada essa temática, a biologia é a disciplina que toma frente

para discussões voltadas para o aspecto de prevenção e informação de doenças sexualmente transmissíveis, desconsiderando a importância de se tratar essas questões por meio de um olhar social e político.

Considerações Finais

Estes estudantes foram abordados a fim de compreendermos suas percepções sobre gênero nas aulas de Sociologia. De acordo com os dados, pode-se constatar que os estudantes percebem as diferenças de gênero a partir de algumas relações. O mercado de trabalho é verificado como o espaço de maior expressão das diferenças de gênero, segundo os estudantes. Isso decorre das dicotomias entre mulheres e homens, as quais são intensamente marcadas neste espaço. Apesar de assumir um papel mais independente e autônomo, com maiores oportunidades profissionais, as mulheres ainda enfrentam limitações. São elas que precisam se adequar a esse mercado de trabalho que faz parte do universo simbólico masculino.

Outro aspecto verificado foram os valores adquiridos durante a socialização primária, estes que são internalizados no indivíduo por meio do *habitus* no processo de produção e reprodução das práticas sociais. Tais práticas são aprendidas desde a infância, e por isso se tornam tão difíceis de serem desconstruídas.

Assim sendo, o papel da Sociologia é imprescindível em vista da promoção de uma igualdade de gênero e a ruptura com uma educação sexista difundida na instituição de ensino. No entanto, existem limitações para o alcance de ressignificações das relações sociais que sejam capazes de confrontar o preconceito de gênero e assim propor uma educação transformadora, à medida que a escola é espaço de reprodução das estruturas sociais atravessadas por um sistema de ensino tradicional e conservador. O conflito geracional entre professores e estudantes, assim como, o papel que as novas tecnologias têm desempenhado na vida dos estudantes são também novos desafios enfrentados pela escola que ainda permanece em um mesmo modelo e estrutura de ensino que não acompanham as mudanças da sociedade.

É necessária uma formação dos professores de Sociologia para lidarem com as questões de gênero e sexualidades. Não basta apenas uma regulamentação institucional a fim de resolver o problema da desigualdade de gênero ou da homofobia entre os estudantes. Também é necessária a disposição destes profissionais da educação em tratarem de temáticas tão complexas e subjetivas, que envolvem valores e crenças absorvidas desde a socialização primária, tanto de cada estudante, quanto dos próprios professores.

Referencias

BITENCOURT, Silvana M. **Existe um outro lado do rio? Um diálogo entre a cultura da engenharia e relações de gênero no centro tecnológico da UFSC**. Florianópolis, SC, 2006. 167f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

_____. **Quais significados da disciplina Sociologia para o adolescente cuiabano? Um estudo a partir das percepções discentes sobre a Sociologia**. In: XXIX Congreso Alas Chile: Crisis Y Emergencias Sociales en América Latina, 2013, Santiago - Chile. Crisis Y Emergencias Sociales en América Latina. Santiago: ALAS, 2013. vol. XXIX, p. 1-12.

_____. **A contribuição de teóricas e feministas para os estudos de gênero**. Revista Ártemis, vol. XVI, n. 1, ago-dez, 2013, p. 178-185.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

_____. Escritos de educação. In: NOGUEIRA M. A.; CATANI, Afrânio (orgs). **Ciências Sociais da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.394. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 20 de dezembro de 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Marília Pinto de. Formas de ser menino negro: articulações entre gênero, raça e educação escolar. In: CARVALHO, M. P. (org.) **Diferenças e desigualdades na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

CITELI, Maria Teresa. **Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento**. Revistas Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 9, n. 1, 2001. p. 131-145.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Hedra, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In:BAUER Martin W.; GASKELL George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.p.65-89.

LAQUEUR, Thomas W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Currículo Gênero e Sexualidade: O normal, o diferente e o excêntrico. In: Louro, Guacira. **Corpo, gênero e sexualidade**. Um debate contemporâneo na educação. 3^a Ed. – Petrópolis Ed. Vozes, 2003. p. 41-52.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, Jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Ileizi F. **A Sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina.** Natal, RN: Cronos, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007.

_____. **O papel da Sociologia no currículo do Ensino Médio.**
Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/gaes/pages/arquivos/Ileizi%20-%20Sociologia%20%20Simposio%20Curric.%20E%20M.doc>. Acesso em 25/07/2014.

WEBER, Max. Ciência como vocação. In: _____. **Metodologia das ciências sociais. Parte II.** São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

Artigos

Repercussões contemporâneas da Teoria Crítica: o debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth sobre redistribuição e reconhecimento

Ana Crhistina Vanali¹

Resumo: O debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth sobre redistribuição e reconhecimento abarca uma multiplicidade de questões. Tomando como fio condutor a pergunta acerca da possibilidade de compreender o conjunto de injustiças existentes a partir do conceito de reconhecimento ou da necessidade de recorrer ao par conceitual redistribuição e reconhecimento, este artigo tem como objetivo entender as discordâncias das teorias sociais de Honneth e de Fraser. A partir de uma reconstrução das críticas dirigidas pelos autores ao dualismo social de Jürgen Habermas, bem como das diferentes teorias sociais que desenvolvem com o intuito de resolvê-las, procuraremos também mostrar que as saídas encontradas por eles a essas dificuldades estão no centro do debate sobre redistribuição e reconhecimento e que Fraser, ao desenvolver um dualismo social perspectivo, adota uma posição intermediária àquelas sustentadas por Honneth e Habermas.

Palavras-Chave: redistribuição, reconhecimento, teoria social, Nancy Fraser, Axel Honneth

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1995) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (2002). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena do Paraná e História do Paraná. Atualmente é doutoranda em Sociologia na UFPR (linha de pesquisa: Sociedade e Estado). Membro do grupo de pesquisa NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses-CAPES) e do grupo Pensamento social, intelectuais e circulação de ideias.

Introdução

O debate sobre redistribuição e reconhecimento mobilizou e continua a mobilizar diversos autores, porém é o livro *“Redistribuição ou Reconhecimento? Uma controvérsia político-filosófica”*, composto por textos de Nancy Fraser e Axel Honneth, que aparece como principal referência para aqueles que procuram marcar sua posição a respeito do que seria necessário atualmente para a realização da justiça: redistribuição, reconhecimento, ou ambos? O estabelecimento do debate sobre justiça nesses termos se deve, contudo, à publicação, do artigo de Nancy Fraser, *“Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”*². Nesse artigo, Fraser diagnostica uma crescente polarização entre aqueles que veem na redistribuição de recursos e riquezas a solução para o conjunto de injustiças hoje existentes³ e aqueles que veem exclusivamente na obtenção do reconhecimento social essa mesma solução⁴. Essa polarização, por sua vez, estaria se encaminhando na direção da substituição de

² O artigo de Fraser pode ser visto como o ponto inicial do debate sobre redistribuição e reconhecimento. Isso, contudo, não significa que a questão não se colocasse antes. Pelo contrário, nesse artigo, Fraser diagnostica uma situação pré-existente. A disputa entre representantes de ambos os lados já se fazia presente, mesmo que não tivesse sido tematizada nos termos propostos por Fraser (Fraser, 2001).

³ Dentre aqueles que teriam tentado conceitualizar as formas socioeconômicas de injustiça, Fraser cita Karl Marx, John Rawls, Amartya Sen e Ronald Dworkin (Fraser, 2001, p.249).

⁴ Dentre aqueles que teriam dado uma posição de centralidade ao reconhecimento, Fraser cita Charles Taylor, Axel Honneth, Patricia Williams e Iris Marion Young (Fraser, 2001, p.250-1).

reivindicações e preocupações relativas à redistribuição econômica por aquelas pautadas pelo reconhecimento das diferenças. Segundo Fraser, o fim do “socialismo real”, com a queda do muro de Berlim, seguida pelo fim da URSS, em conjunto com o acelerado processo de globalização, teriam levado à politização das diferenças étnicas e culturais e à despolitização da economia, cada vez menos contestada pelos movimentos sociais (Fraser, 1997, p.1-3). A busca pela igualdade social, que teria pautado as lutas políticas por mais de um século, estaria, assim, sendo substituída pela luta pelo reconhecimento das diferenças, central para os chamados “novos” movimentos sociais. No cenário político contemporâneo, afirma Fraser, o reconhecimento cultural desloca a redistribuição material como medida para sanar as injustiças e a luta por reconhecimento se torna a forma paradigmática de conflito, fazendo com que a dominação cultural suplante a exploração como injustiça fundamental (Fraser, 2001, p.245).

De acordo com esse diagnóstico, retomado posteriormente por Fraser no artigo com o qual abre a controvérsia com Axel Honneth, estaríamos diante de um mundo marcado pela dissociação, tanto na esfera política quanto na acadêmica, entre duas visões distintas acerca do que seria necessário para a realização da justiça. Enquanto alguns veriam na economia a causa última de todas as injustiças e defenderiam a redistribuição como a única forma de saná-las, outros teriam procurado entender o conjunto das injustiças existentes como consequências de padrões hierárquicos de valoração cultural, cuja

alteração exigiria que todos fossem igualmente reconhecidos, mesmo em suas diferenças. Em ambos os casos, no entanto, o resultado é semelhante. A realização da justiça requereria apenas uma coisa: ou só redistribuição, ou só reconhecimento, não sendo necessário, nem mesmo possível, combinar as duas coisas. A existência de duas concepções de justiça mobilizadas pelos movimentos sociais em suas reivindicações não teria, então, caminhado na direção da integração de ambas, mas na do estabelecimento de uma acirrada disputa entre os defensores de cada uma delas.

O surgimento do debate sobre redistribuição e reconhecimento tem como pano de fundo o diagnóstico de Fraser de um cenário de polarização política e intelectual marcado por um quase abandono de reivindicações por redistribuição igualitária e por um aumento significativo de mobilizações sociais em torno de questões culturais ligadas ao reconhecimento e à diferença⁵. É a esse cenário que Fraser procura se contrapor, ao afirmar que a antítese presente em proponentes de ambos os lados é falsa e ao defender que a realização da justiça requer hoje tanto redistribuição material quanto reconhecimento cultural. Como, segundo ela, não seria possível remeter o conjunto das injustiças sociais existentes a uma única origem, uma vez que as sociedades contemporâneas estariam perpassadas por pelo menos dois

⁵ Jürgen Habermas (Habermas, 2012) apresenta diagnóstico semelhante ao elaborado por Fraser, apontando também para uma mudança no interior do cenário político contemporâneo, cuja atenção teria se voltado para questões relacionadas à identidade e à diferença em detrimento de questões econômicas, antes predominantes.

diferentes mecanismos sociais – os econômicos e os culturais –, que produziriam tipos distintos de injustiça, combater qualquer um deles isoladamente não seria suficiente. É, portanto, por possuírem origens sociais distintas, diz Fraser, que os dois diferentes tipos de injustiça existentes exigem de uma teoria social crítica que procure abarcá-los que ela seja dualista; da mesma forma, afirma ela, para que ambos sejam remediados, se fazem necessárias mudanças tanto na economia, através de medidas de redistribuição, quanto nos padrões culturais de valoração, por meio do reconhecimento⁶. Isso não significa, contudo, que as esferas da economia e da cultura se encontrem absolutamente diferenciadas. Pelo contrário, Fraser as vê como esferas de tal forma interligadas, que cada uma delas poderia, inclusive, levar ao estabelecimento de injustiças que estariam, em princípio, relacionadas à outra: a cultura poderia gerar, assim, injustiças relativas à redistribuição, e a economia, da mesma forma, injustiças relativas ao reconhecimento. No entanto, mesmo assumindo que mecanismos econômicos e culturais estão interligados e se reforçam mutuamente, Fraser acredita que não é possível compreender qualquer um deles como a causa última das injustiças sociais – a cultura não reflete, como superestrutura, a economia, nem esta pode ser entendida como um simples reflexo daquela –, motivo pelo qual ambos teriam de ser

⁶ Fraser parece defender que o objetivo de sua teoria é integrar as diferentes demandas dos movimentos sociais. Contudo, sempre que ela procura justificar a validade das exigências de redistribuição e reconhecimento, ela se volta para sua teoria social dualista e não para o conjunto das demandas dos movimentos sociais (Fraser, 2001).

entendidos em suas especificidades. Nesse sentido, embora afirme que os mecanismos que geram as disparidades sociais não podem ser claramente distinguidos no interior da sociedade, Fraser defende que cada um deles remonta a um tipo de injustiça que não pode ser reduzido ao outro. Embora não possam ser pensadas separadamente, cada uma dessas duas exigências de justiça – trazidas à tona por movimentos sociais – colocaria em xeque duas formas relativamente distintas de injustiça presentes nas sociedades capitalistas contemporâneas. Cada um dos polos da disputa apresentada estaria, dessa maneira, parcialmente correto, mas ambos teriam de ser devidamente integrados para possibilitarem uma visão mais ampla da sociedade. Não se poderia, por um lado, descartar as lutas por igualdade social, taxando-as de ultrapassadas e insensíveis à diferença, num mundo em que as desigualdades materiais são exacerbadas e, além disso, crescentes. Nem seria possível, por outro lado, descartar as lutas por reconhecimento como ideológicas, afinal existiriam também formas de subordinação social ligadas a padrões hierárquicos de valoração cultural que impediriam a realização da justiça, entendida por ela como paridade de participação. Nem só redistribuição, nem só reconhecimento. Segundo Fraser, precisamos de ambos, motivo pelo qual tais exigências devem ser integradas, e não colocadas como modos opostos de pensar ou reivindicar justiça hoje. Possibilitar essa integração é, assim, o que Fraser estabelece como seu objetivo.

De acordo com Fraser tanto uma visão economicista, que reduza as injustiças existentes àquelas referentes à redistribuição, quanto uma culturalista, que as reduza àquelas referentes ao reconhecimento, manifestariam compreensões simplistas e incompletas das práticas sociais. Fraser rejeita qualquer teoria que procure identificar uma única causa para todas as injustiças sociais e se contrapõe, nesse sentido, à proposta de Axel Honneth, cuja teoria busca compreender todas as formas de injustiça por meio da chave conceitual do reconhecimento. Partindo de uma reatualização dos escritos hegelianos do período de Jena e da utilização da psicologia social de George Mead, Honneth elabora uma teoria que vê, na luta por reconhecimento, o motor dos conflitos sociais. Interpretado por Fraser como uma tentativa de reduzir as injustiças de caráter econômico à esfera cultural, o modelo teórico proposto por Honneth é acusado por ela de constituir um monismo teórico cultural reducionista, que, tomando a desigualdade econômica como o resultado de uma forma de falta de reconhecimento, não teria conseguido dar conta do conjunto de injustiças existentes, ou mesmo das diferentes reivindicações feitas pelos movimentos sociais que, segundo ela, não têm somente o reconhecimento recíproco como objetivo (Fraser, 2001, p.10-11). A leitura de Fraser da teoria de Honneth do reconhecimento a vê, assim, como uma das principais representantes das teorias culturalistas que identificaria na cultura a origem de todas as injustiças sociais. Nesse sentido, Fraser toma a teoria de Honneth como a expressão do

deslocamento da redistribuição para o reconhecimento ou, como é também colocado por ela, do deslocamento da centralidade antes atribuída ao paradigma distributivo de justiça para a de um paradigma em cujo centro estariam questões relativas à identidade e à diferença.

Para Fraser, Honneth ao procurar compreender todas as formas de injustiça a partir do conceito de reconhecimento teria deixado de lado aquelas injustiças ligadas à economia e às reivindicações por redistribuição material que fazem parte da sociedade contemporânea e não podem ser ignoradas por aqueles que pretendem desenvolver uma teoria social crítica. Contudo, Honneth procura mostrar que as críticas de Fraser resultam de uma compreensão inadequada de sua teoria, uma vez que não atentam para o real significado atribuído por ele ao termo reconhecimento. Em uma primeira resposta a Fraser, Honneth afirma que a acusação da autora de que sua teoria seria culturalista e não daria conta de pensar as injustiças econômicas ou mesmo as lutas por redistribuição material se ancora em uma interpretação restrita do papel desempenhado por esse conceito no interior de seu modelo teórico. Reconhecimento, para ele, não é o mesmo que reconhecimento cultural. O conceito de Honneth de reconhecimento não remete diretamente à cultura, mas às expectativas morais de comportamento sustentadas pelos sujeitos frente a seus parceiros de interação. Segundo Honneth, na modernidade, os sujeitos formam, por meio de processos de interação social, expectativas morais de comportamento em três diferentes esferas de reconhecimento – a do amor, a do respeito e a da estima – que,

quando rompidas, podem gerar um sentimento de desrespeito e injustiça. Quando compartilhado por vários atores, esse sentimento pode, por sua vez, desencadear um conflito social, entendido por ele como uma luta por reconhecimento. Assim, Honneth reconstrói os conflitos sociais como lutas morais por reconhecimento, porque é a experiência de injustiça e de desrespeito – atrelada às expectativas de reconhecimento – que os desencadeia.

Para Honneth, mesmo os conflitos por redistribuição só ocorrem quando a modificação da situação econômica ou a desigualdade material por eles problematizada é experienciada como injusta, razão pela qual ele afirma que lutas por redistribuição material são também lutas por reconhecimento. Honneth reconstrói os conflitos sociais como lutas por reconhecimento não em razão de questões teórico sociais, tal como Fraser, mas porque eles são desencadeados pelo sentimento de desrespeito que se segue da violação de expectativas bem fundadas de reconhecimento social. Nesse sentido, tanto as lutas por redistribuição material quanto aquelas por reconhecimento cultural seriam abarcadas por sua teoria do reconhecimento, na medida em que o sentimento de injustiça que as desencadeia também decorre de violações de expectativas de reconhecimento (Honneth, 2004, p.352).

Ao reconstruir os conflitos sociais como lutas por reconhecimento, Honneth não estaria excluindo ou negando a importância das reivindicações por redistribuição, mas reconstruindo-as de uma perspectiva normativa. A luta por reconhecimento não possui,

consequentemente, um caráter meramente cultural ou identitário, mas um caráter moral que constitui, para ele, a gramática dos conflitos sociais. Deslocando a problemática da teoria social que fornece, para Fraser, a base para a reconstrução dualista que faz dos movimentos sociais, Honneth procura reconstruir e justificar moralmente esses conflitos, remetendo-os às experiências de desrespeito dos sujeitos, isto é, voltando-se para a motivação dos conflitos e não às origens sociais das injustiças que estão combatendo. A teoria de Honneth escapa das críticas dirigidas a ela por Fraser ao retomar o conceito de reconhecimento a partir do sentimento de desrespeito que mobiliza tanto as lutas por redistribuição quanto as por reconhecimento cultural. Partindo de uma teoria da intersubjetividade, Honneth nega que os conflitos políticos sejam simplesmente manifestações dos interesses de um conjunto de indivíduos; para ele, suas bases motivacionais devem ser reconstruídas a partir das expectativas morais atreladas à interação social e ao reconhecimento recíproco, e não a partir de um cálculo racional estrategicamente orientado (Honneth, 2003, cap.7). Por não conseguir estabelecer um vínculo estrutural entre a imanência e a transcendência e, além disso, por não tratar mais pormenorizadamente da motivação dos movimentos sociais, para Honneth, a teoria de Fraser não seria realmente crítica (Honneth, 2003c, p.274-285).

Em *Luta por Reconhecimento*, Honneth antecipa uma possível objeção a seu projeto, que apontasse para o fato de que nem todos os conflitos sociais são gerados por motivações de caráter moral, na

medida em que conflitos pela concorrência de bens escassos seguem a lógica de um conflito movido por interesse. Com o intuito de indicar que mesmo esses conflitos podem ser pensados na chave conceitual do reconhecimento, uma vez que:

“o que é considerado um estado insuportável de subsistência econômica se mede sempre pelas expectativas morais que os atingidos expõem consensualmente à organização da coletividade. Por isso, o protesto e a resistência prática só ocorrem em geral quando uma modificação da situação econômica é vivenciada como uma lesão normativa desse consenso tacitamente efetivo”. (Honneth, 2003, p.160-165).

A motivação e a justificação daquilo que os atores sociais reivindicam estão ligadas às maneiras por meio das quais determinadas situações sociais impedem a autorrealização pessoal. Ao tratar do debate sobre redistribuição e reconhecimento em um nível distinto e mais abstrato do que aquele colocado inicialmente por Fraser, Honneth diz:

“por mais fundamentais que as questões de teoria social sejam, [...] elas desempenham apenas um papel subordinado no debate entre Fraser e eu. No primeiro plano, está a questão geral de quais ferramentas categoriais são mais promissoras para renovar a intenção da teoria crítica de, ao mesmo tempo, articular apropriadamente e justificar moralmente as reivindicações normativas dos movimentos sociais” (Honneth, 2003, p.135)

É, assim, recorrendo ao monismo moral-motivacional presente nas experiências de injustiça, que decorreriam do rompimento de relações de reconhecimento, e não a questões acerca da origem social das injustiças, que Honneth procura rebater as críticas de Fraser. Tal saída não é, contudo, aceita pela autora como uma resposta adequada às questões por ela colocadas. Mesmo assumindo que haja discordâncias significativas no que se refere às bases normativas de suas teorias e às diferentes reconstruções que fazem da normatividade dos conflitos sociais e de suas motivações, Fraser defende que a disputa entre o monismo de Honneth e seu dualismo perspectivo não se situa nesses níveis, onde ambos desenvolvem, a partir de Jürgen Habermas, um paradigma crítico monista e reconstroem os conflitos sociais de um ponto de vista normativo. Assim, embora aceite que as questões levantadas por Honneth coloquem novos e importantes pontos na pauta do debate entre eles, Fraser insiste que a disputa entre o dualismo perspectivo desenvolvido por ela e o monismo proposto por ele diz respeito às diferentes teorias sociais presentes em seus modelos teóricos. E isso não apenas porque o dualismo defendido por ela tem como base sua teoria social, mas também porque, para ela, o diagnóstico das injustiças sociais não pode partir do sentimento subjetivo de desrespeito, mas apenas de uma teoria social democraticamente informada, que esteja apta a identificar os diferentes mecanismos sociais que originam as relações de dominação (Fraser, 2003, p. 201-211). Assim, se Honneth procura mostrar que o dualismo

de Fraser poderia ser abarcado pelo monismo proposto por ele, na medida em que tanto os movimentos sociais por redistribuição quanto os por reconhecimento se originam do sentimento de desrespeito e poderiam ser, portanto, reconstruídos como lutas por reconhecimento, Fraser se contrapõe à sua proposta. Para ela, a estratégia adotada por Honneth não responde às questões por ela levantadas e pode, além disso, levar ao estabelecimento de algumas dificuldades, uma vez que toma o sentimento de desrespeito como o indicador da presença de patologias, sem, contudo, apontar para suas causas sociais, que precisariam ser devidamente identificadas para que ele pudesse elaborar uma teoria do poder apta a diagnosticar as relações de dominação presentes nas sociedades capitalistas contemporâneas. De acordo com Fraser, identificar a base motivacional dos conflitos sociais, como propõe Honneth, não é suficiente. O importante, no que diz respeito ao diagnóstico de patologias sociais, é identificar, a partir de uma teoria social, os mecanismos que as geram. Afinal, mesmo que Honneth tenha razão e as lutas por redistribuição sejam motivadas pelo sentimento de desrespeito, disso não decorreria que as desigualdades materiais questionadas possam ser entendidas como consequências de uma aplicação determinada de normas sociais ou resultem de relações assimétricas de reconhecimento. Recusando, assim, uma primeira estratégia utilizada por Honneth em sua resposta, Fraser afirma que a identificação das injustiças existentes não pode partir de experiências subjetivas de desrespeito, inacessíveis ao teórico, mas somente da

identificação dos mecanismos sociais que geram impedimentos à participação paritária de todos na interação social.

Ao defender a importância de um diagnóstico de patologias sociais apto a apontar para os bloqueios sociais à emancipação, Fraser recoloca, então, o debate entre eles no nível da teoria social. E, de acordo com a autora, é particularmente no tocante a essa questão, relativa às relações de poder presentes na sociedade contemporânea, que a teoria do reconhecimento proposta por Honneth não empregaria ferramentas conceituais adequadas. E isso ocorre não porque ele se esquive por completo de questões relativas à teoria social, mas porque parte de uma compreensão monista e não dualista das sociedades capitalistas contemporâneas. Mesmo que o foco de Honneth, em sua primeira resposta a Fraser, não esteja em suas discordâncias a respeito do funcionamento da sociedade ou na identificação dos mecanismos sociais que levam ao estabelecimento das injustiças, sua teoria do reconhecimento pressupõe uma teoria social. Teoria na qual a interação social desempenha um papel central, mesmo no que diz respeito à economia. Embora afirme que o funcionamento do mercado capitalista não pode ser inteiramente explicado a partir de valores culturais e, nesse sentido, não aceite o rótulo de culturalista dado por Fraser à sua teoria, Honneth defende que as formas sociais de interação possuem primazia sobre as formas sistêmicas de integração, isto é, que a cultura possui certa primazia frente a economia. Primazia que remete a um importante ponto de discordância entre ambos. Afinal, para Fraser o funcionamento

da economia teria se diferenciado relativamente das formas de interação social e precisaria ser entendido em suas especificidades. Para ela, mesmo que a cultura e a economia, ou a interação social e a sistêmica, permaneçam interligadas, elas teriam se diferenciado no decorrer do processo de modernização social e não poderiam, por isso, ser explicadas uma a partir da outra. Nenhuma dessas duas esferas sociais possuiria primazia sobre a outra, e é exatamente por isso que Fraser defende a necessidade de que injustiças culturais e econômicas, bem como exigências de redistribuição e reconhecimento, sejam diferenciadas. Conclusão que não é compartilhada por Honneth, para quem também a economia e, portanto, as desigualdades materiais estão fundamentalmente atreladas a relações de reconhecimento, que perpassariam e guiariam o funcionamento de todas as esferas sociais. Honneth possui, nesse sentido, uma compreensão distinta da de Fraser sobre o papel exercido por normas e valores no interior da economia e no processo de desenvolvimento social. Como diz Honneth:

“Como a integração de todas as outras esferas, o desenvolvimento do mercado capitalista só pode ocorrer na forma de um processo de negociação simbolicamente mediado, que seja dirigido pela interpretação de princípios normativos subentendidos. [...] Na expansão contemporânea do capitalismo, nem mesmo processos econômicos são simplesmente não-normativamente mediados”. (2003, p.288-289).

Honneth parece afirmar que não é possível distinguir – tal como o faz Fraser – os mecanismos econômicos de normas e valores sociais, uma vez que mesmo o funcionamento do sistema capitalista dependeria das expectativas daqueles por ele afetados e seria dirigido “pela interpretação de princípios normativos subentendidos”. Ao contrário de Fraser que, rearticulando o dualismo social de Habermas entre sistema e mundo da vida, defende a necessidade de diferenciar os mecanismos econômicos dos culturais, Honneth defende que mesmo os mecanismos responsáveis pelo funcionamento da economia dependem fundamentalmente da interação social e, portanto, de valores culturais. Contrapondo-se a Fraser, mas também a Habermas, Honneth afirma que mesmo os imperativos do capitalismo estão atrelados a expectativas normativas e a relações de reconhecimento. Motivo pelo qual, para ele, também as injustiças materiais podem ser compreendidas como injustiças ligadas a relações assimétricas de reconhecimento e não diretamente como consequências de mecanismos econômicos relativamente autônomos. As diferentes concepções que Fraser e Honneth possuem sobre o funcionamento das sociedades capitalistas contemporâneas e, principalmente, os diferentes estatutos que atribuem à economia desempenham, assim, uma posição de centralidade na controvérsia que se estabeleceu entre eles sobre redistribuição e reconhecimento. No centro do debate está uma questão problematizada por eles já no prefácio do livro, onde se perguntam:

“... o capitalismo, tal como ele existe hoje, deve ser compreendido como um sistema social que diferencia uma ordem econômica, que não é diretamente regulada por padrões institucionalizados de valores culturais, de ordens que o são? Ou deve a ordem econômica capitalista ser entendida, ao contrário, como uma consequência de um modo de valoração cultural que está atrelada, desde o início, a formas assimétricas de reconhecimento? Em seu nível mais profundo, este livro tenta colocar essa questão teoricamente e desenvolver um quadro comum que consiga acessar nossas respostas divergentes. (Fraser; Honneth, 2003, p.5)

Se recolocamos, como Fraser, o foco do debate sobre redistribuição e reconhecimento no nível da teoria social, nos deparamos com as diferentes concepções sustentadas pelos autores sobre a ordem econômica e seu vínculo com as relações de reconhecimento existentes. O debate sobre redistribuição e reconhecimento nos remete, assim, a uma disputa entre as diferentes compreensões sustentadas pelos autores a respeito do modo de funcionamento do capitalismo contemporâneo e sua relação com a cultura, ou com normas e valores intersubjetivamente elaborados. Compreensões que, embora distintas, possuem uma origem comum. Afinal, tanto o monismo teórico de Honneth como o dualismo perspectivo de Fraser são desenvolvidos com o objetivo de dar conta das dificuldades que ambos identificam no modelo teórico de Habermas em Teoria da Ação Comunicativa.

Honneth e Fraser em torno do dualismo social: retomando Habermas

Os trabalhos de Nancy Fraser e Axel Honneth são fortemente marcados pela obra de Jürgen Habermas, cuja influência é decisiva em boa parte das questões em disputa no debate entre eles sobre redistribuição e reconhecimento. A própria mudança de paradigma efetuada por Habermas no interior da teoria crítica é central para o desenvolvimento das bases normativas dos modelos críticos de Fraser e Honneth. A influência desse autor nos modelos teóricos de Fraser e Honneth se estende, contudo, para além disso. O trabalho de Habermas constitui também a principal referência desses autores no que diz respeito às teorias sociais que elaboram. Nesse caso, contudo, a retomada da teoria de Habermas parece adquirir um outro estatuto, uma vez que os deslocamentos efetuados por eles, relativos ao dualismo social habermasiano, parecem tomar forma de uma contraposição. A teoria social apresentada por Habermas está, assim, no horizonte de Fraser e Honneth, mas é em contraposição a ela que cada um deles vai desenvolver sua própria teoria, mesmo que retomem alguns de seus aspectos. Contraposição que é central ao debate sobre redistribuição e reconhecimento, cujo pano de fundo é uma disputa entre as diferentes saídas apresentadas por Fraser e Honneth às dificuldades que identificam na teoria social e no diagnóstico de patologias sociais defendido por Habermas em Teoria da Ação Comunicativa. Nessa obra,

Habermas apresenta uma teoria da modernização social nos termos de um processo de racionalização da sociedade. Segundo Habermas, as formas de interação social presentes nas sociedades tradicionais, onde toda estrutura e organização estariam vinculadas a visões religiosas e metafísicas de mundo, passaram por um processo de racionalização por meio do qual diferentes formas de reprodução e integração social teriam se diferenciado. Assim, se a organização das sociedades tradicionais dependia diretamente da normatividade assegurada por visões de mundo compartilhadas e podia ser adequadamente explicada apenas a partir de sua ordem normativa, o mesmo não ocorreria em sociedades modernas, cuja organização sistêmica não mais refletiria a normatividade social, agora racionalizada. Nas sociedades modernas o sistema não apenas teria deixado de refletir o mundo da vida, como teria se tornado independente dele e não poderia mais ser explicado do ponto de vista da normatividade social. Sociedades modernas seriam, assim, dualistas. Motivo pelo qual, para Habermas, uma análise adequada dessas sociedades precisa levar em consideração tanto o ponto de vista do mundo da vida, quanto o do sistema (Habermas, 2012).

Habermas consolida uma distinção entre duas esferas sociais:

1. uma dessas esferas corresponderia ao mundo da vida, cuja reprodução ocorre por meio de ações comunicativas.

2. outra corresponderia ao que ele chama de sistema, composto de dois subsistemas, cuja reprodução se dá por meio de ações instrumentais.

O dualismo habermasiano, que distingue o sistema do mundo da vida, refere-se, assim, à identificação, na sociedade, de duas esferas sociais responsáveis, respectivamente, pela reprodução material e simbólica da sociedade, que estão ligadas, por sua vez, às duas racionalidades reconstruídas por Habermas a partir de ações instrumentais e comunicativas. No que se refere à reprodução material, responsável pelo desenvolvimento do sistema (economia e burocracia), a coordenação dos diversos objetivos dos sujeitos seria estratégica e livre, portanto, de normas. A reprodução simbólica, responsável pelos desenvolvimentos da cultura, da sociedade e da formação da personalidade, por outro lado, teria como base uma forma comunicativa de coordenar objetivos que, normativamente mediada, estaria orientada para o entendimento. Essa distinção entre duas esferas sociais e duas formas de reprodução social, problematizada por diversos autores e atenuada posteriormente por Habermas, é também fortemente criticada por Honneth, que procura desenvolver uma teoria social crítica na qual normatividade e poder pudessem ser entendidos em suas inter-relações. Para ele, a distinção proposta por Habermas entre duas racionalidades, dá lugar a uma distinção entre duas esferas sociais. Com essa mudança, afirma Honneth, o desenvolvimento da sociedade, antes pensado a partir

das lutas entre os diversos grupos sociais pela definição de normas e instituições, passa a ser conceitualizado nos termos de um processo de diferenciação social que dá lugar a um conflito entre a pressão para adaptação exercida pelas organizações racionais voltadas a fins, o sistema, e as esferas de ação organizadas comunicativamente, o mundo da vida, cujo papel, nesse desenvolvimento, seria o de resistir ou não a essa pressão, ou ainda, e nisso estaria seu caráter emancipatório, regular essas organizações. Em detrimento de uma primeira formulação de sua teoria, na qual as relações de dominação eram pensadas no interior das esferas comunicativas, que moldariam as próprias instituições, Habermas teria posteriormente excluído das interações sociais as relações de dominação, que passaram, a partir de então, a ser concebidas como colonizações do mundo da vida pelos sistemas econômico e burocrático. Com isso, afirma Honneth, o dualismo social desenvolvido por Habermas não mais daria conta de compreender aquilo que denomina de reprodução simbólica da sociedade, nem de explicar como se reproduziriam as esferas chamadas por ele de sistêmicas, onde os conflitos sociais também teriam um papel ativo e determinante. O desenvolvimento dado por Habermas a seu modelo teórico estabeleceria, de acordo com Honneth, duas ficções teóricas:

1. a de um sistema que teria se diferenciado do mundo da vida e se tornado um meio não-linguístico de coordenação de objetivos;

2. a de um mundo da vida isento de quaisquer relações de poder e de dominação, onde o processo de reprodução simbólica da sociedade ocorreria por meio de relações de comunicação linguisticamente mediadas.

No interior da teoria habermasiana, seria formada a ilusão de que haveria duas esferas sociais, cada qual responsável por diferentes aspectos da reprodução social – o material e o simbólico –, que seriam independentes entre si. Para Honneth, contudo, o funcionamento da economia e da burocracia estatal não pode ser compreendido como a mera expressão de um processo autônomo, descolado da interação social. Segundo ele, as expectativas intersubjetivas de reconhecimento e os conflitos sociais por elas gerados desempenham um papel ativo mesmo naquelas instituições referentes à organização do trabalho e à distribuição do poder. Como afirma ele:

“processos de valorização aparentemente anônimos são impregnados de regras normativas” (2001, p.292).

Não se poderia, portanto, falar em um sistema econômico ou burocrático, tal como o faz Habermas. Contrapondo-se a Habermas, Honneth procura, então, mostrar que o desenvolvimento do sistema capitalista e do aparelho burocrático do Estado é mediado por normas sociais e depende dos conflitos que moldaram e ainda moldam as

instituições e práticas sociais em geral. Além disso, Honneth busca indicar que a dominação e as relações de poder, compreendidas por Habermas como ampliações do sistema em direção ao mundo da vida, precisam ser pensadas em conjunto com a comunicação, que está sempre perpassada por assimetrias. Seria preciso atrelar o desenvolvimento social como um todo a normas, bem como pensar as relações de poder presentes nas comunicações e relações de reconhecimento, ou seja, pensar a relação dessas normas com as formas de poder e dominação. É, então, com o objetivo de resolver as dificuldades que identifica em Habermas, que Honneth desenvolve uma teoria do reconhecimento, na qual afirma que a comunicação e as lutas por reconhecimento têm um papel ativo em todos os processos de reprodução social. As dificuldades que encontra na teoria de Habermas fazem com que Honneth defenda um monismo social, pautado por relações de reconhecimento. A crítica de Honneth – segundo a qual não seria possível entender a sociedade a partir de uma teoria que não aborde adequadamente a relação entre desenvolvimento social e lutas por reconhecimento – não se dirige, contudo, apenas a Habermas, mas também a Nancy Fraser. Afinal, como Habermas, Fraser defende que a economia se tornou relativamente distinta da interação social e, portanto, do âmbito no qual as normas sociais são elaboradas, denominado por ela de cultura.

Diferentemente de Honneth, Fraser aceita de Habermas a distinção entre dois mecanismos sociais. Por maiores que sejam as

inter-relações entre as normas sociais e a economia, para Fraser, não é possível entender o funcionamento do capitalismo atual apenas a partir de normas sociais. Mesmo aceitando a impossibilidade de se conceber a economia como uma esfera social autônoma e isenta de normatividade, Fraser afirma que seu funcionamento não pode ser adequadamente entendido sem que se leve em consideração mecanismos sistêmicos que priorizam o lucro. Motivo pelo qual ela defende que a economia dispõe de relativa autonomia frente às normas sociais. Como Habermas, Fraser assume a existência de um certo dualismo social. O recurso de Fraser a Habermas não implica, contudo, que ela aceite como um todo as distinções dualistas estabelecidas por ele. Pelo contrário, ela faz diversas críticas à teoria social dualista desenvolvida por ele, e, afirmando a possibilidade de que ela seja entendida de dois modos, a saber, como substantiva ou analítica, parte da segunda para a elaboração de sua própria teoria social. Com essa teoria, no entanto, Fraser, como Honneth, procura tratar das dificuldades que encontra no modelo de Habermas. O que faz, por meio de um deslocamento, e não de um abandono da distinção entre sistema e mundo da vida e de uma alteração significativa na maneira como Habermas concebe as relações de poder e o surgimento das patologias sociais. A retomada da teoria social proposta por Habermas, feita pela autora, não é uniforme. Em um primeiro momento, ela busca confrontar alguns aspectos problemáticos que identifica no modelo habermasiano, passando, a recuperar nele aquilo que poderia ser visto como frutífero a

uma teoria social. Fraser dirige a Habermas críticas semelhantes às aquelas desenvolvidas por Honneth e aponta para possíveis saídas que serão posteriormente elaboradas por ela. Diferentemente das de Honneth, contudo, as saídas apresentadas por Fraser não caminham na direção de uma dissolução da distinção entre as esferas sociais, mas na formulação de um dualismo social perspectivo. Fraser procura mostrar que, apesar dos potenciais críticos presentes em sua teoria, Habermas não teria conseguido dar conta daquele que deveria ser seu papel como teórico crítico, a saber, aclarar, os objetivos do movimento feminista. Tomando, então, o modelo de Habermas tal como ele aparece em Teoria da Ação Comunicativa, Fraser procura explicitar que o dualismo social ali proposto é contraproducente, uma vez que encobre e mesmo reforça algumas das injustiças de gênero presentes na sociedade contemporânea. Fraser aponta para diversas deficiências presentes no modelo habermasiano. Deficiências muito semelhantes às aquelas destacadas por Honneth. No que se refere à primeira dessas deficiências, as críticas dirigidas por Fraser a Habermas põem em questão o estatuto que ele teria dado à distinção entre duas esferas sociais, seja do ponto de vista da reprodução material e simbólica da sociedade, seja do ponto de vista das duas formas de integração por meio das quais a sociedade se reproduziria como um todo. Em um primeiro momento, Fraser problematiza a distinção que Habermas estabelece entre duas formas de reprodução social:

1. a material, atrelada ao que ele chama de trabalho social,
2. a simbólica, que engloba a produção cultural, a integração social e os processos de individualização e socialização.

No que diz respeito a isso, Fraser procura apontar para a dificuldade que tal distinção teria no que se refere à classificação de diversas atividades sociais, tais como a criação de filhos que, segundo ela, é entendida por Habermas apenas como parte da reprodução simbólica da sociedade. Contrapondo-se a uma distinção forte entre esses dois tipos de reprodução social, Fraser afirma que a criação dos filhos possui elementos indispensáveis tanto para a reprodução simbólica quanto para a reprodução material da sociedade que, como é indicado por ela, não teria como ocorrer não fosse pela sobrevivência das crianças garantida, dentre outras coisas, pela alimentação dada aos filhos. Ao contrário do que se poderia pensar, a criação dos filhos envolve os dois tipos de reprodução social e não pode ser reduzida a nenhum deles em particular. O dualismo presente nessa atividade não se restringe, entretanto, a ela. Mesmo as atividades relacionadas ao trabalho social, responsável pela produção de bens e alimentos em geral, não podem ser entendidas apenas como responsáveis pela reprodução material da sociedade. Segundo ela, a própria produção ocorre por meio de relações culturalmente elaboradas e simbolicamente mediadas, dentre as quais, por exemplo, a divisão entre trabalhos

masculinos e femininos. O próprio funcionamento da economia estaria, dessa forma, vinculado a valores e normas sociais. Assim, também a esfera do trabalho social possuiria elementos responsáveis, de alguma maneira, pela reprodução simbólica da sociedade e não poderia ser vista como normativamente neutra. Fraser afirma que uma distinção estanque entre duas formas de reprodução social é inadequada para a conceitualização das diferentes atividades responsáveis pela reprodução social como um todo. Com isso em vista, Fraser conclui pela necessidade de que as duas formas de reprodução social identificadas por Habermas sejam entendidas como dois diferentes aspectos da sociedade, que se encontram interligados. Conclusão que, mesmo sem rejeitar explicitamente uma distinção entre duas formas de reprodução social, nega claramente que ela possa ser entendida como uma distinção estanque, que atribui a diferentes esferas sociais – que também não devem ser clara ou objetivamente diferenciadas – a responsabilidade por um tipo específico de reprodução social. Fraser atenua, assim, a distinção entre as duas formas de reprodução social que identifica no trabalho de Habermas. A crítica de Fraser ao dualismo habermasiano não para, no entanto, por aqui, mas se estende aos diferentes níveis em que ele pensa a distinção social entre sistema e mundo da vida.

Considerando, então, uma segunda distinção proposta por Habermas, agora referente às duas formas de integração, a sistêmica e a social, Fraser busca mostrar que também elas não podem ser completamente distinguidas, tal como o faria Habermas. Questionando,

mais uma vez, a possibilidade de que o dualismo habermasiano possa ser interpretado como uma distinção estanque ou substantiva entre diferentes formas de ação, integração e reprodução social, Fraser indica, a partir de elementos empíricos, que nem no interior da economia nem na família a integração seria absolutamente sistêmica ou social. Tanto uma quanto a outra são, segundo ela, perpassadas por diferentes formas de integração. Posicionando-se, então, criticamente frente a Habermas e defendendo uma posição que poderíamos aproximar da de Honneth, Fraser afirma que não é possível distinguir claramente entre uma esfera social absolutamente livre de normas e uma outra na qual relações de poder e imperativos econômicos não desempenham, em princípio, qualquer papel. Com o objetivo de criticar, em diferentes níveis, a defesa de um dualismo substantivo que poderia ser encontrado em Habermas, Fraser afirma, então, que:

“... em poucos, se é que em algum, dos contextos de ação humana as ações são coordenadas de forma absolutamente não-consensual e absolutamente não-normativa. Por mais moralmente dúbio que seja o consenso e por mais problemático que seja o conteúdo e o status das normas, virtualmente todo contexto de ação humana envolve alguma forma de ambos. No mercado capitalista, por exemplo, trocas estratégicas e maximizadoras de utilidade ocorrem frente um horizonte de significados e normas compartilhados intersubjetivamente; agentes normalmente subscrevem mesmo que apenas tacitamente a noções comumente aceitas de reciprocidade e a alguma concepção compartilhada

sobre os significados sociais dos objetos, incluindo que tipos de coisas são consideradas trocáveis. [...] O sistema econômico capitalista tem uma dimensão moral-cultural. Da mesma forma, poucos, se é que algum, dos contextos de ação humana são completamente destituídos de cálculo estratégico. “ (1987b, p.118)

Recusando uma das possíveis interpretações de Habermas, a qual “seria muito extrema para que fosse útil à teoria social” (1987b, p.117), Fraser defende uma posição bastante semelhante à de Honneth. Como ele, ela parece recusar que a economia e a burocracia estatal sejam realmente autônomas e procura indicar que talvez não haja qualquer contexto de ação humana que esteja, por um lado, livre de normas e valores compartilhados e, por outro, isento de relações de poder; chegando a criticar, inclusive, o uso que Habermas faz desse termo ao restringi-lo à esfera burocrática da sociedade. Nesse sentido, Fraser tenta não somente mostrar a impossibilidade de se estabelecer uma distinção substantiva entre as esferas sociais, bem como a de distinguir tão claramente entre as formas de ação que, conforme dito acima, não são unidimensionais. Impossibilidade e recusa que, no entanto, não a levam a questionar a própria divisão da sociedade entre sistema e mundo da vida, mesmo que o que ela virá a entender por sistema não possua a mesma força atribuída por Habermas a esse termo. Além disso, como Honneth, ela afirma que enxergar na sociedade apenas a tendência de ampliação do sistema para além de seus limites desejáveis é insuficiente, assim como o é a compreensão proposta por

Habermas acerca das patologias sociais, cujas causas estariam, segundo ele, na colonização do mundo da vida pelo sistema. Ao questionar a separação colocada pelo texto de Habermas e mostrar que o funcionamento da economia depende de normas, Fraser afirma que é preciso perceber também como o próprio sistema está sendo influenciado a todo tempo pelo mundo da vida e incorpora, muitas vezes, valores ou significados sociais, instrumentalizando-os.

Apesar das semelhanças que possui com o modelo de Honneth, a teoria social desenvolvida por Fraser não abandona por completo o dualismo proposto por Habermas, mas relativiza suas fronteiras e examina suas interrelações. Tal abordagem, para ela, permite uma compreensão mais adequada da sociedade em seus diferentes aspectos, sem abrir mão de sua complexidade, ao mesmo tempo em que possibilitaria uma melhor conceitualização dos diversos mecanismos que dão origem às injustiças. Esses mecanismos devem ser também pensados no interior da interação social, que pode estar na origem de normas assimétricas. Tal como Honneth, Fraser procura, então, apontar para a necessidade de pensar as relações de poder também a partir das interações sociais, isto é, das relações comunicativas, sem o que, como afirma, teríamos uma concepção por demais simplificada e mesmo limitada das patologias sociais. Como diz Fraser,

“... a abordagem de Habermas não consegue teorizar o caráter patriarcal, mediado por normas do sistema administrativo e econômico-oficial do capitalismo tardio. Da mesma forma, ele não consegue teorizar o caráter sistêmico, mediado pelo dinheiro e pelo poder, da dominação masculina na esfera doméstica do mundo da vida do capitalismo tardio. Consequentemente, sua tese da colonização não consegue compreender que os canais de influência entre instituições do sistema e do mundo da vida são multidirecionais” (1987b, p.137).

Tendo, em um primeiro momento, apontado para como o capitalismo não é absolutamente autônomo, mas depende de uma certa moralidade, o que implica uma primeira forma de regulação do sistema por normas comunicativas, Fraser defende, num segundo momento, que existiriam também outras normas – assimétricas – que, elaboradas intersubjetivamente, estruturam de alguma maneira o próprio funcionamento do sistema e constituem, por si só, patologias sociais. Esse é o caso da subordinação feminina, que teria parte de suas origens nas interações sociais que fazem parte do mundo da vida, e não pode ser entendida como um mero resultado da sua colonização sistêmica. Haveria, assim, patologias sociais cuja causa não estaria na ampliação do sistema, mas no “interior” do próprio mundo da vida. Patologias pensadas por ela a partir da distinção entre normas estabelecidas em contextos de interação normativamente assegurados, em contraposição às normas estabelecidas em contextos de interação comunicativos. Normas e valores poderiam ser, assim, o resultado de comunicações

distorcidas, mas cujas distorções não teriam se originado do sistema, via monetarização ou burocratização, mas dos próprios contextos de interação que fazem parte do mundo da vida. É, então, na distinção entre esses dois diferentes tipos de normas sociais, encontrada por ela no próprio Habermas (Fraser, 1987a, p.142-143), que se localiza a origem do dualismo entre redistribuição e reconhecimento que Fraser apresenta. Assim, se Fraser parece direcionar críticas muito semelhantes às de Honneth a Habermas e aponta para praticamente os mesmos problemas no dualismo entre sistema e mundo da vida, é possível ver a origem das diferenças entre suas posições. Isso porque, enquanto Honneth procura mostrar que relações de poder fazem parte do “social” e que esse mesmo “social” é aquilo que estrutura o sistema, concluindo, em razão disso, pela necessidade de dissolver quaisquer dualismos e de pensar as relações de poder e a comunicação conjuntamente, Fraser, por sua vez, aceita que essas inter-relações existam, mas admite uma diferenciação, ainda que relativa, entre as esferas do sistema e do mundo da vida. Ao contrário de Honneth, portanto, Fraser assume uma certa diferenciação da economia que produziria, ela também, injustiças sociais. Contrapondo-se simultaneamente a Honneth e a Habermas, Fraser parece defender, com seu dualismo, uma posição intermediária à deles. Para ela, dissolver como um todo as distinções entre as esferas sociais e defender que a economia não tenha se diferenciado e não possua mecanismos relativamente autônomos não constitui um diagnóstico adequado da sociedade. Fraser retoma o dualismo de

Habermas, mas, ao fazê-lo, torna as fronteiras entre a economia e a cultura fluídas, fazendo com que a distinção entre essas esferas sociais seja relativa e não substantiva.

Para ela, dissolver como um todo as distinções entre as esferas sociais e defender que a economia não tenha se diferenciado e não possua mecanismos relativamente autônomos não constitui um diagnóstico adequado da sociedade. Esta só poderia ser abarcada por meio de um dualismo social que, apto a perceber as particularidades das esferas sociais, conseguisse também pensar suas inter-relações e, mais do que isso, fazer sua crítica. Dualismo que, pensado a partir de Habermas, não se confunde com aquele proposto por ele. Afinal, o dualismo de Fraser aponta também para dois mecanismos geradores de injustiça na sociedade, que Habermas reduz a apenas um. Ao contrário dele, portanto, Fraser defende que seria preciso distinguir os mecanismos de interação social produtores de injustiça dos mecanismos sistêmicos produtores de injustiça e, por fim, a própria interação comunicativa, que estaria na base normativa de seu modelo teórico. O diagnóstico de época desenvolvido por Fraser faz, então, ao contrário de Habermas, uma distinção entre dois tipos de injustiça:

1. aquelas relacionadas à distribuição de bens materiais, ancoradas primordialmente na economia política e, portanto, em formas sistêmicas de integração;

2. e as relacionadas ao reconhecimento, dependentes de padrões de valoração cultural e, conseqüentemente, de formas sociais de integração presentes na base do mundo da vida.

Esses dois mecanismos estariam, entretanto, interligados e não poderiam ser concebidos independentemente do outro, motivo pelo qual Fraser afirma que as injustiças relativas à redistribuição e ao reconhecimento não remontam exatamente à economia e à cultura. Fraser abandona, assim, a compreensão unilateral que Habermas sobre as patologias sociais. Desse modo, se Fraser retoma o dualismo habermasiano, ela o faz deslocando-o. Trata-se, para ela, de pensar as duas esferas sociais, a econômica e a cultural, que gerariam, por meio de dois mecanismos inter-relacionados, formas relativamente distintas de subordinação. Para Fraser, seria preciso não somente atenuar o dualismo proposto por Habermas, como também acrescentar à sua teoria uma noção expandida de patologias sociais, sem a qual não seria possível entender adequadamente uma parte das injustiças presentes hoje na sociedade, nas quais o que está em causa não é nem o sistema, nem sua intervenção no mundo da vida, mas os próprios significados e valores que, apesar de terem sido construídos socialmente, não são legítimos. Seria preciso atentar para as relações de dominação presentes na própria reprodução simbólica da sociedade, bem como questionar os mecanismos econômicos que geram impedimentos à participação

paritária de todos na sociedade. A concepção habermasiana sobre a origem das patologias sociais seria, assim, unilateral. Preso ainda a uma chave “instrumentalista” ou economicista, ele não teria dado conta de parte das injustiças existentes, as quais já teriam sido, inclusive, questionadas pelos movimentos feministas ou anti-racistas que estão, em certa medida, lutando pela alteração de padrões sociais hierárquicos presentes na sociedade, isto é, pela alteração de conteúdos do mundo da vida, socialmente construídos. Contrapondo-se a Habermas, Fraser procura “desneutralizar” a economia, afirmando que ela está em disputa, e, além disso, examinar as relações de dominação presentes no interior da própria interação social. Esse objetivo é também o de Honneth, que, no entanto, acaba direcionando seus esforços para a elaboração de uma teoria na qual a comunicação dirige o funcionamento de todas as esferas sociais, inclusive o da economia. O que o teria impedido de conceitualizar as injustiças de caráter econômico e de entender suas particularidades. Ao desenvolverem seus modelos críticos, Fraser e Honneth procuram, então, cada qual a seu modo, desenvolver teorias sociais que consigam dar conta daquilo que, para eles, a de Habermas não daria, isto é, da influência de normas no interior da economia e das assimetrias e relações de poder reproduzidas por meio da interação social. As saídas que apresentam são, contudo, distintas. E, é precisamente no que diz respeito a elas que se situa um dos principais pontos em disputa entre eles no interior do debate sobre redistribuição e reconhecimento.

Conclusão

Ao criticar o dualismo social proposto por Habermas e afirmar que as lutas por reconhecimento seriam responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade como um todo, Honneth propõe uma teoria social específica que, diferentemente daquela elaborada por Fraser, não é dualista. Embora assuma, em determinados momentos, que a economia e a burocracia estatal funcionem de modo relativamente inquestionado, Honneth sustenta que ambas dependem de que as normas sociais nas quais se baseiam sejam imbuídas de legitimidade pelos concernidos. Além disso, em diversos momentos, Honneth defende uma versão ainda mais forte de seu monismo social, segundo a qual o capitalismo não apenas dependeria do consentimento tácito dos concernidos, mas seria também regido por diferentes princípios de reconhecimento. Nessa versão, que consiste no principal alvo das críticas de Fraser, Honneth defende que, atualmente, a divisão do trabalho e o funcionamento da economia teriam deixado de ser diretamente regulados pelo princípio da honra e teriam passado a ser regulados pelo princípio meritocrático da “produção individual”, ou pelo princípio democrático do “respeito igual”. Como afirma ele:

“... com o estabelecimento gradual de um novo modelo de valor assegurado pela burguesia economicamente ascendente frente à nobreza, o

princípio da honra baseado no estamento perdeu, inversamente, sua validade, de forma que a posição social do indivíduo se tornou agora normativamente independente de origem e posses. A estima que o indivíduo passou a merecer legitimamente não é mais decidida com base em seu pertencimento a um estamento com códigos de honra correspondentes, mas, pelo contrário, com base nas produções individuais no interior da estrutura da divisão de trabalho industrialmente organizada. [...] Uma parte da honra atribuída hierarquicamente foi, de certa forma, democratizada designando a todos os membros da sociedade igual respeito por sua dignidade e autonomia como pessoas de direito, enquanto outra parte foi, de certa forma, ‘meritocratzada’: cada um deveria desfrutar de estima social conforme sua produção enquanto um “cidadão trabalhador”. (2001, p.165-166)

Com a revolução burguesa, a distribuição material, antes realizada e legitimada por meio de títulos de nobreza ou códigos de honra, teria passado a depender da aplicação de dois princípios normativos, ligados a duas diferentes esferas de reconhecimento, a da estima e a do respeito. Para Honneth, portanto, o surgimento do capitalismo corresponderia a uma alteração nos princípios normativos que justificam a distribuição de renda e a divisão social do trabalho, e não, tal como para Habermas, a autonomização ou diferenciação da economia frente à normatividade em geral. Os princípios normativos que regulam as relações de reconhecimento, das quais dependeria o desenvolvimento e as mudanças sociais em geral, possuem, assim, uma posição de centralidade na teoria social de Honneth. Para ele, não há

mecanismos econômicos que funcionem quase que independentemente de relações comunicativas e que possam ser tomados como uma causa específica de injustiças sociais. As assimetrias relativas à divisão social do trabalho e à distribuição desigual de renda não se originariam diretamente de mecanismos do sistema econômico, mas de uma aplicação específica de diferentes princípios de reconhecimento que regulam o mercado. Nesse sentido, aqueles que visam a alterar a economia não devem lutar diretamente pela reestruturação de mecanismos sistêmicos, como defende Fraser, mas pela alteração dos princípios de reconhecimento que regem a economia. Lutas que poderiam mobilizar dois diferentes princípios de reconhecimento para justificarem suas demandas, o da igualdade de direitos ou o da estima social. Como afirma Honneth:

“... existem atualmente dois caminhos abertos para os sujeitos demandarem o reconhecimento da particularidade de sua situação de vida ou personalidade, para conseguirem lutar por uma maior quantidade de estima social e, conseqüentemente, mais recursos: Por um lado, até um determinado limiar, politicamente negociado, é possível mobilizar a aplicação de direitos sociais que garantam a todo membro da sociedade um mínimo de bens essenciais independentemente de sua produção; o caminho aberto com isso segue o princípio da igualdade de direitos na medida em que, por meio da mobilização argumentativa do princípio da igualdade, pode-se aduzir fundamentos normativos que façam com que um mínimo de bem estar econômico seja um imperativo do

reconhecimento legal. Por outro lado, contudo, na realidade social cotidiana do capitalismo, existe também a possibilidade de apelar para as conquistas de alguém como algo ‘diferente’, uma vez que elas não recebem consideração suficiente ou estima social sob a estrutura hegemônica de valores prevalecente. Uma figura suficientemente diferenciada desse tipo de luta por reconhecimento só é possível, certamente, quando levamos em consideração o fato de que tanto a demarcação social de profissões quanto a forma da divisão social de trabalho é, como um todo, o resultado das valorações culturais das capacidades específicas para a produção. Hoje tem se tornado particularmente claro que a construção social dos campos de atividades profissionais é determinada e perpassada por preconceitos sobre o perfil e o limite das capacidades femininas. [...] Tudo isso mostra o quanto a legitimação da ordem de distribuição social deve a visões culturais sobre a contribuição de diferentes grupos ou estratos para a reprodução social. Não somente quais atividades podem ser valorizadas como ‘trabalho’ e, portanto, elegíveis à profissionalização, mas também quão alto deve ser o retorno social para cada atividade profissionalizada é determinado por um modelo de classificação e esquemas de valores que estão profundamente ancorados na cultura da sociedade capitalista-burguesa”. (2003, p.181-182)

Dependendo da quantidade e do conjunto de bens sociais que a sociedade considera legítimo garantir a todos, independentemente da produção de cada um, teríamos uma economia mais ou menos liberal. Dependendo, por sua vez, das capacidades socialmente valoradas em uma sociedade, bem como do grau de estima de que dispõem os

diferentes cargos e os grupos sociais que costumam preenchê-los, poderíamos analisar as bases salariais atribuídas às diferentes profissões. Dessa forma, para que as assimetrias de renda e de recursos fossem remediadas, seria preciso alterar, de dentro, as relações de reconhecimento que as regem e embasam normativamente e não, como afirma Fraser, regular ou alterar, de fora, os mecanismos sistêmicos da economia, através das medidas de redistribuição.

Para Honneth, então, a economia e seus mecanismos estão subordinados à interação social, motivo pelo qual eles não precisariam ser compreendidos em suas especificidades. Para Fraser, contudo, não é isso o que acontece. De acordo com ela, o funcionamento do sistema não depende diretamente de expectativas normativas, mas opera de maneira relativamente impessoal através de processos que priorizam a maximização do lucro. Nesse sentido, para Fraser, a tentativa de Honneth de entender a divisão social do trabalho e a diferença na distribuição de recursos por meio do conceito de reconhecimento fecha os olhos para a existência desses mecanismos e, por isso, não dá conta de analisar adequadamente a sociedade capitalista atual. Para Fraser, a resposta dada por Honneth às dificuldades que identifica no modelo teórico de Habermas não é plenamente satisfatória, mesmo que ele tenha apontado na direção correta. Recusando a possibilidade de que a sociedade possa ser compreendida de forma unilateral, Fraser defende, então, opondo-se a ele, a necessidade de pensar um dualismo social perspectivo. Como afirma ela, nesse sentido:

“...o dualismo perspectivo assume que sociedades capitalistas diferenciam a ordem de um mercado sistemicamente integrado de ordens sociais reguladas por valores. Como resultado, tanto a integração sistêmica quanto a integração social são essenciais para essas sociedades. Ao contrário da abordagem de Honneth, portanto, a minha atenta para ambas dimensões e elucida suas interações mútuas.” (2001, p.222)

Como mecanismos econômicos possuem certa autonomia frente a normas socialmente construídas, a complexidade e mesmo os diferentes aspectos das relações de dominação existentes exigiriam, para serem compreendidos, uma teoria social perspectivo-dualista, com a qual Fraser se afasta tanto de Honneth quanto de Habermas. Tendo em vista, a impossibilidade de estabelecer uma distinção rígida entre o sistema e o mundo da vida e repensando as diversas formas de interação entre ambos, bem como seu funcionamento, Fraser reformula, então, o dualismo habermasiano e desenvolve um dualismo perspectivo, com o qual procura apontar também para as diferentes origens das injustiças sociais. Nesse sentido, Fraser afirma que, nas sociedades modernas:

“... a estrutura de classes deixa de espelhar perfeitamente a ordem de status, mesmo que cada uma delas influencie a outra. Uma vez que o mercado não constitui o único e completamente difuso mecanismo de valoração, a posição no mercado não dita o status social. Padrões de valor cultural parcialmente resistentes ao mercado

impedem que injustiças de distribuição se convertam inteiramente e sem exceções em injustiças de status. Má distribuição não necessariamente implica falta de reconhecimento, embora ela certamente contribua para a última. Similarmente, uma vez que nenhum princípio [...] constitui o único e completamente difuso princípio de redistribuição, o status não dita a posição de classe. Instituições econômicas relativamente autônomas impedem que injúrias de status se convertam inteiramente e sem exceções em injustiças de distribuição. A falta de reconhecimento não se converte diretamente em má distribuição, embora ela também certamente contribua para a última. Como resultado, não se pode entender essa sociedade atentando exclusivamente para uma única dimensão da vida social. Não se pode ler a dimensão econômica diretamente da subordinação cultural, nem a cultural diretamente da econômica. [...] Por fim, não se pode deduzir a má distribuição diretamente a falta de reconhecimento, nem a falta de reconhecimento a má distribuição.” (Fraser, 2001, p.53-54)

Defendendo uma posição intermediária entre aquelas presentes nos trabalhos de Honneth e Habermas, Fraser desenvolve uma teoria social que procura abarcar a complexidade dos aspectos sociais existentes. Teoria social que, como indicado acima, se encontra atrelada a um diagnóstico distinto daqueles apresentados por esses autores sobre as relações de dominação, uma vez que aponta para um dualismo também nas origens das injustiças sociais. Contrapondo-se, então, aos dois autores, Fraser adota uma posição intermediária que, mesmo sem negar o dualismo habermasiano entre sistema e mundo da vida, procura

relativizar suas fronteiras e desenvolver uma teoria do poder que consiga atentar para as diferentes origens das patologias sociais, que Habermas e Honneth teriam compreendido de modo unilateral. Ao afirmar que as diferentes formas de injustiça existentes exigem de uma teoria que se pretenda crítica, hoje, que ela seja dualista, Fraser recusa tanto o monismo proposto por Honneth quanto o dualismo proposto por Habermas, bem como a compreensão unilateral que ambos possuem sobre o surgimento das patologias sociais. Distanciando-se de Habermas, ela examina os mecanismos patológicos presentes no próprio mundo da vida, assim como aqueles que têm como causa a economia, cujas fronteiras seriam, para ela, fluidas. Ao contrário de Honneth, por sua vez, ela mantém o conceito de sistema, na medida em que aceita, mesmo que parcialmente, a diferenciação e autonomização relativa da esfera econômica da sociedade, que estaria na origem de parte das injustiças sociais.

Assim, enquanto Honneth, partindo de determinadas críticas frente ao dualismo social presente em Teoria da Ação Comunicativa, desenvolve um monismo social centrado no conceito de reconhecimento, Fraser, partindo de críticas muito semelhantes, elabora um dualismo social perspectivo, com base no qual defende que as sociedades contemporâneas requerem tanto redistribuição quanto reconhecimento. A disputa entre o monismo do reconhecimento proposto por Honneth e o dualismo entre redistribuição e reconhecimento proposto por Fraser se estabelece, então, quando os

autores procuram superar o dualismo social de Habermas e a compreensão que ele possui sobre a origem das patologias sociais em Teoria da Ação Comunicativa. A pergunta acerca da possibilidade de que o conjunto de injustiças existentes seja compreendido a partir do conceito de reconhecimento, ou acerca da necessidade de recorrer, para isso, ao par conceitual redistribuição e reconhecimento, nos remete a uma disputa entre Fraser e Honneth quanto aos diferentes caminhos adotados por eles na tentativa de superar os problemas que identificam no diagnóstico da sociedade proposto por Habermas. Em questão, no debate sobre redistribuição e reconhecimento, estão, assim, as diferentes teorias sociais elaboradas por Fraser e Honneth com o objetivo de superar as dificuldades que encontram em Habermas e de apresentar um modelo de teoria crítica que consiga diagnosticar os bloqueios e tendências à emancipação. Objetivo que nos remete à seguinte pergunta, que se encontra no centro do debate entre eles:

É mesmo possível, tal como defende Honneth, afirmar que os mecanismos econômicos dependem de um consenso normativo, isto é, é possível afirmar que o mercado capitalista e suas formas de distribuição de renda são possíveis apenas na medida em que se baseiam em relações de reconhecimento e dispõem de legitimidade da parte dos que são por ele afetados?

Tal posição teria como consequência a conclusão de que o conjunto de injustiças sociais existentes tem como causa relações assimétricas de reconhecimento e poderia ser adequadamente

conceitualizado apenas a partir do conceito de reconhecimento. Ou, ao contrário, é necessário estabelecer, como propõe Fraser, uma distinção entre duas esferas sociais que, mesmo interligadas, teriam se diferenciado e gerariam dois tipos de subordinação relativamente distintos? Isto é, se formas de integração econômicas podem ser ditas relativamente autônomas e levariam ao estabelecimento de injustiças que não poderiam ser adequadamente compreendidas como efeitos de hierarquias socioculturais. Caso no qual o dualismo de Fraser, que distingue as injustiças e as exigências relativas à redistribuição e ao reconhecimento, seria mais adequado do que o monismo de Honneth para diagnosticar as patologias sociais existentes. Afinal, nesse caso, seria preciso alterar tanto os padrões culturais de valoração, via reconhecimento, quanto reestruturar os mecanismos econômicos, via redistribuição, para que todos pudessem participar como pares da sociedade.

O debate entre Fraser e Honneth sobre redistribuição e reconhecimento põe em questão se é mesmo possível afirmar que o desenvolvimento da sociedade depende, como um todo, das relações de reconhecimento, ou se é preciso diferenciar, ainda que relativamente, a economia de outros âmbitos sociais regulados diretamente por normas. Independentemente da resposta que dão a essa questão, contudo, ambos os autores recusam que as injustiças possam ser adequadamente compreendidas a partir da tese da colonização do mundo da vida pelo sistema e apontam para a necessidade de que as relações de poder

existentes sejam também pensadas a partir das interações sociais. Além disso, tanto Fraser quanto Honneth, cada um a seu modo, defendem que o sistema não é neutro e nem absolutamente autônomo, colocando-o novamente em disputa e recusando, com isso, elementos do modelo teórico de Habermas.

Bibliografia

AVRITZER, L. (2007). Do reconhecimento do self a uma política institucional de reconhecimento: uma abordagem polêmica entre Axel Honneth e Nancy Fraser. In: ANPOCS. GT: Teoria social, 31. Caxambu. 2007. Anais ANPOCS.

FRASER, N. (2001). “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista”. In: SOUZA, J. (Org.) *Democracia hoje*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

FRASER, N. ; HONNETH, A.(2003). *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. New York;London: Verso.

FRASER, N. (1987a). “A nova intransparência: a crise do Estado de Bem- Estar Social e o esgotamento das energias utópicas”. *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, n.18, p.103-114.

FRASER, N. (1987b). “Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gêneros”. IN: BENHABIB, S. e CORNELL, D. *Feminismo como crítica da modernidade*. RJ: Rosa dos Tempos.

FRASER, N. (1997). *Direito e democracia. Entre facticidade e legitimidade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HABERMAS, J.(2012). *Teoria do agir comunicativo*. 2 volumes. SP: Martins Fontes.

HONNETH, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.

HONNETH, A. (2004). “Recognition and justice. Outline of a plural theory of justice”. *Acta Sociologica*, London, v.47, n4, p.51-364.

HONNETH, A. (2008). “Trabalho e reconhecimento”. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n.1, p.46-67, jan./abr.

MATTOS, P. (2006). *A sociologia política do reconhecimento. As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo: Annablume.

MELO, R. (2013). *A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça*. SP: Editora Saraiva.

NEVES, P. (2005). “Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p.81-95.

PINTO, C. (2008). “Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro”. *Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, n.74, p.35-58.

SILVA, F. (2007). “Nancy Fraser e Seyla Benhabib: uma disputa entre modelos críticos”. In: NOBRE, M. *Curso livre de teoria crítica*. São Paulo: Papirus.

STRAUSS, A. (1956). *The social psychology of Georg Mead*. Chicago: Phoenix Books.

Internet

Entrevista de Axel Honneth a Luiz Repa e Marcos Nobre. Folha de São Paulo, 11 de outubro de 2003. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

Entrevista de Axel Honneth a Rúrion Melo e Marcos Nobre. Folha de São Paulo, 09 de setembro de 2009. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

Educação: inclusão ou exclusão?

Vânia de Menezes¹

Resumo: A questão da inclusão de pessoas com necessidades especiais em todos os recursos da sociedade ainda é muito incipiente no Brasil. Na perspectiva da inclusão, devemos pensar a educação como um processo de formação humanística e profissionalizante destes, criando possibilidades para uma vida digna e sustentável. Diante do exposto, este artigo tem como objeto de estudo a inclusão no sistema educacional brasileiro, e como objetivo geral discutir as barreiras que dificultam este trabalho e ao mesmo tempo analisa meios de acessibilidade que propicie a capacitação esperada por meio de um possível trabalho em conjunto das escolas de educação básica com as Instituições de Ensino Superior. Para tanto, faz uma discussão da realidade em questão. E por último avalia a importância do sistema educacional brasileiro em todos os âmbitos para que este projeto se conclua de fato.

Palavras-chave: educação; Inclusão social; Capacitação; Acessibilidade

Abstract: The issue of inclusion of people with special needs in all society's resources is still very incipient in Brazil. From the perspective of inclusion, we must think of education as a process of humanistic and

¹ Licenciada e bacharel em ciências sociais (2009) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora Especialista em Docência do Ensino Superior (2012) pela Faculdade de Tecnologia América do Sul. Professora Especialista em Educação do/no Campo (2013) pela Faculdade Eficaz e Professora Especialista em Educação Especial (2013) pela Faculdade de Tecnologia América do Sul. Atualmente tem experiência na área de educação, com ênfase em sociologia, antropologia e ciências política, atuando como docente pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná-SEED-PR (2010). Residente no município de Maringá-PR/BR. E-mail: vaniarp@ yahoo.com.br

vocational training of these, creating opportunities for a dignified and sustainable life. Given the above, this article has as object of study inclusion in the Brazilian educational system, and as a general objective to discuss the barriers that hinder this work while analyzing media accessibility that provides the expected empowerment through a possible joint work of the elementary schools with Institutions of Higher Education. To do so, makes a discussion of the reality in question. And finally evaluates the importance of the Brazilian educational system at all levels so that this project is actually complete.

Keywords: Education; Social Inclusion; Training; Accessibility

Introdução

Há milênios, a história ilumina que os direitos humanos manifestam-se na vida real de forma desigual para grupos sociais e pessoas distintas. Mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência entre outros grupos em desvantagem econômica na sociedade. Muito se tem ouvido nos últimos tempos acerca da palavra inclusão, seja na mídia, nos espaços educacionais, ou mesmo nas instituições especializadas para pessoas com deficiência.

Para DINIZ (2007), a concepção de deficiência como uma variação do normal da espécie humana foi uma criação discursiva do século XVIII, e desde então ser deficiente é experimentar um corpo fora da norma. O corpo com deficiência somente se delineia quando contrastado com uma representação de o que seria o corpo sem deficiência. Ao contrário do que se imagina, não há como descrever um

corpo com deficiência como anormal. A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida.

É importante ressaltar que a estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade. Essas pessoas, sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas.

Movimentos nacionais e internacionais têm buscado o consenso para a formatação de uma política de integração e de educação inclusiva, sendo que o seu ápice foi a Conferência Mundial de Educação Especial, que contou com a participação de 88 países e 25 organizações internacionais, em assembleia geral, na cidade de Salamanca, na Espanha, em junho de 1994. Neste, não se resolveu todos os problemas de marginalização dessas pessoas, no entanto, ampliou as discussões em torno da acessibilidade e refletiu possíveis caminhos para uma futura inclusão.

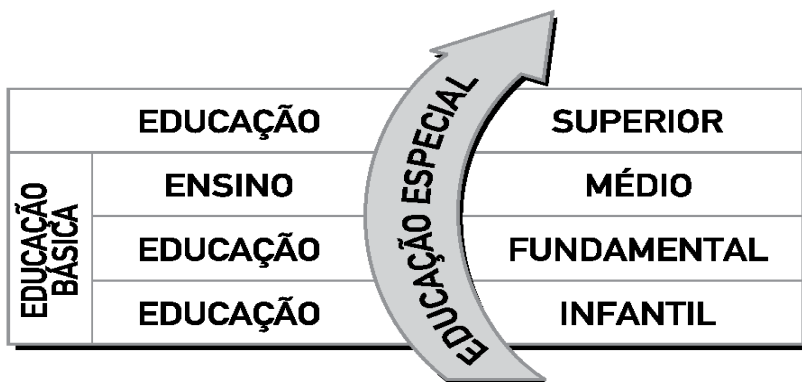
É importante destacar que a ação de movimentos sociais diversos já eliminou ou minimizou inúmeras barreiras para promover e ampliar os direitos humanos de grupos sociais vulneráveis. Contudo, ainda persiste a desigualdade traduzida na falta de oportunidades de acesso à educação de qualidade, necessária para realizar o pleno desenvolvimento de cada indivíduo e sua cidadania (FERREIRA, 2006).

A inclusão no sistema educacional brasileiro

Relatórios internacionais estimam que, em torno de 10% da população mundial, é constituída por pessoas com deficiência, a maioria das quais vive em países economicamente pobres. No Brasil, o CENSO Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, revela que 14,5%¹ da população brasileira apresenta algum tipo de incapacidade ou deficiência.

Pensando na inclusão, a atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20/12/1996, trata, especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial. Define-a por modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, ela perpassa todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior. Como ilustra a figura a seguir:

Figura 1: A Educação Especial e o Sistema Educacional Brasileiro



Fonte: Brasil (2006, p. 6)

Contudo na prática, dados oficiais do (MEC/SEESP, 2008) indicam que, embora as matrículas estejam aumentando na rede de ensino, as condições educacionais se mantêm desiguais para os estudantes com deficiência: com muita frequência, aprendizes com deficiência são discriminados nas escolas brasileiras quando não têm o acesso aos recursos e apoios de que necessitam, para estudarem em condições de igualdade em relação aos seus colegas.

JANNUZZI (2006), em seus estudos já ressaltava que desde o século XVI, durante a colonização do país, até o início do século XX, a educação do deficiente praticamente nem existia, sendo pouco a pouco desenvolvida com o apoio de pessoas interessadas, mas respaldadas por um governo de segundas intenções. A educação do deficiente se concentrava basicamente no ensino de trabalhos manuais aos mesmos,

na tentativa de garantir-lhes meios de subsistência e assim isentar o Estado de uma futura dependência desses cidadãos.

A autora ainda afirma que em 1890, após a realização de uma reforma nos métodos educacionais do Instituto Benjamim Constant (anteriormente denominado Imperial Instituto dos Meninos Cegos), o eixo científico começa a ser um pouco valorizado no ensino do deficiente. A referência para a normalidade passa a ser o posicionamento no rendimento escolar, e não havia qualquer orientação que balizasse o tratamento dos ditos “anormais”. Assim, embora a ênfase fosse a educação em coletividade, os alunos com desenvolvimento atípico eram segregados em diferentes salas de aula para que não ocorressem interferências no ritmo de aprendizado dos demais alunos. Durante esse período histórico, educava-se em nome da “ordem e progresso”, na tentativa de evitar que deficientes não educados se tornassem criminosos ou perturbadores da ordem social.

Inclusão na educação brasileira: Inclusão ou exclusão?

Para CARVALHO (2009), os documentos já produzidos acerca da educação, tais como a Constituição, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, a Declaração de Salamanca e Linha de Ação, dentre tantas outras,

apresentam as ideias fundamentais para que se elaborem propostas de educação inclusiva.

A globalização da economia traz em seu bojo uma maior competitividade e desigualdades entre os países dificultando, ainda mais, a efetivação de projetos educacionais inclusivos. Desse modo, somente estar contido nos textos das leis e documentos oficiais os princípios da inclusão, não garante sua concretização. Como afirma Carvalho (2009), “mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato” (p.79). Fundamentado nesse ideal, um sistema de educação inclusivo deve efetivar:

O direito à educação; o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um “modo igual” de educar a todos e sim dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais; escolas responsivas e de boa qualidade; o direito de aprendizagem; e o direito à participação. (CARVALHO, 2009. p.81)

Assim como Carvalho, BAPTISTA (2009), ao estudar o assunto em questão, também aponta evidências de que a educação inclusiva possui fatores fortes da diversidade que se apresenta para enriquecer o ambiente educacional. Todavia, ressalta a importância do diálogo e do debate a respeito do assunto e a necessidade de mudanças no sistema escolar e ao finalizar sua reflexão, levanta pontos para

discussão que precisam ser analisados no objetivo de se constituir uma inclusão realmente positiva e efetiva.

Sabemos que uma dos maiores problemas enfrentados no Brasil é a falta de conhecimento que faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema. Essa situação se intensifica junto aos mais carentes, pois a falta de recursos econômicos diminui as chances de um atendimento de qualidade. No plano de governo, o que se vê são programas, propostas, projetos, leis e decretos com lindas e sonoras siglas, que ficam, na maioria das vezes, só no papel. Programas similares e simultâneos são lançados em duas ou três pastas, sem que haja integração de objetivos e metas entre eles.

Nos estados e municípios, não existe uma política efetiva de inclusão que viabilize planos integrados de educação, com metas e ações convergindo para a obtenção de um mesmo objetivo: resguardar o direito das pessoas com deficiência.

A realidade inclusiva na educação brasileira tem mostrado que os ciclos do ensino fundamental, com sua passagem automática de ano, e a falta de formação de professores, de recursos técnico-pedagógicos, de estímulo suplementar, de acompanhamento de equipe multidisciplinar – fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais –, de salas e de professores de apoio deixam a questão da inclusão escolar sem estrutura eficiente, bonita apenas na teoria.

Considerando os paradigmas conceituais e princípios que vem sendo progressivamente defendidos em documentos Nacionais e Internacionais. A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca de seus direitos e lugar na sociedade. A inclusão vem buscando a não exclusão, propõe ações que garantam acesso e permanência no ensino regular.

Educar para uma sociedade “inclusiva” pressupõe compreender toda uma complexa realidade presente nas salas de aula. Realidade na qual os educadores se encontram e sentem-se, muitas vezes, despreparados quando a questão é trabalhar com alunos que têm algum tipo de deficiência.

Dentro dessa perspectiva, é necessário um estudo que busque avaliar as possibilidades que visem à inclusão desejada, com um possível levantamento de alternativas, que apontem os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras de continuidade destes nos estudos, considerando suas necessidades específicas.

Inclusão: Uma prática possível

Em nome da igualdade de atendimentos, muitos teóricos radicais defendem a inclusão escolar de forma simplista: é só colocar esse aluno na classe comum e tudo se resolve. Entretanto, suas teses não refletem a realidade de que as pessoas com deficiência possuem

necessidades educativas especiais e, assim, pouca contribuição têm trazido para todos os envolvidos na questão.

Deve-se lembrar, sempre, que o princípio fundamental da sociedade inclusiva é o de que todas as pessoas com deficiência devem ter suas necessidades especiais atendidas. É no atendimento das diversidades que se encontra a democracia.

SKLIAR (1997- 1998) ao analisar a inclusão, reconhece que as diferenças precisam ser consideradas em uma política educacional que busca garantir o acesso à educação enquanto direito humano. Dessa forma, não está se tratando de oposições, mas de diferentes vieses que se tornam fundamentais para uma análise político educacional do sistema de ensino, da sua estrutura e de seus currículos. As diferenças passam a fazer a diferença ao se refletir sobre a educação em cada contexto histórico-cultural nos diferentes espaços. O dito normal não mais configura a realidade, uma vez que a normalidade passa a ser relativizada perante os diferentes grupos sociais e culturais que caracterizam uma sociedade multicultural. Nesse sentido, a educação de crianças especiais passa a fazer parte de uma preocupação muito mais ampla. Ser diferente e as consequências implicadas nestas diferenças é que devem ser matéria de reflexão e análise ao se pensar em educação para todos.

Outro ponto interessante ressaltar é a necessidade de uma verdadeira integração professor-aluno, é necessário que o professor da sala regular e os especialistas de educação das escolas tenham

conhecimento sobre o que é deficiência, quais são seus principais tipos, causas, características e as necessidades educativas de cada deficiência. O professor precisa, antes de tudo, ter ampla visão desta área, que deve ser proveniente de sua formação acadêmica. Hoje, poucas escolas e universidades, que formam professores, abordam adequadamente a questão da deficiência em seus currículos.

Antes mesmo de se pensar em inclusão, era preciso pensar em um trabalho em conjunto com as Instituições de Educação de Ensino Superior incluindo esta nos currículos dos cursos de licenciaturas, julga-se aqui, que a preparação do docente para enfrentar esta realidade em sala de aula dentro das escolas de educação básica seja mais que uma prioridade, tendo em vista a importância do mesmo.

Inclusão na educação básica e no ensino superior: um trabalho unificado

No ano de 2004, o Ministério Público Federal publica o documento *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. Já se passaram 10 anos e ainda hoje é visível as debilidades na execução deste.

Após este documento, houve uma explosão de cursos de pós-graduação em Educação Especial para a demanda. Todavia, o projeto foi colocado em prática sem colocar em consideração que faltava capacitação e formação dos profissionais da educação para a demanda, talvez, seja este um fator que tornou o projeto falho.

Neste faltou considerar também alguns pontos importantes, tais como, qual é o papel da inclusão, quais são as metas a serem alcançadas com esta, quais são as parcerias necessárias para efetivação do projeto, adequação de todos os ambientes escolares seja de infraestrutura ou recursos para a chegada dos mesmos, o que pode ser feito para preparação dos docentes já graduados e atuantes no sistema de ensino básico e superior e, uma proposta de mudanças no currículo dos cursos de licenciaturas em todas as Instituições de Ensino Superior que vise à capacitação de docentes para a demanda, enfim... Se estes pontos foram pensados e refletidos não cabe aqui questionar, o fato é se pensados? Houve um equívoco no momento de colocá-los em prática, tendo em vista a realidade já abordada até aqui.

Para que os alunos com deficiência possam dar continuidade nos estudos, é preciso e necessário, um trabalho unificado entre o ensino básico com o ensino superior, no sentido que prepare os futuros docentes para a demanda, o que se tem atualmente, são cursos criados de pós-graduação para atender estes, todavia, a debilidade no projeto ainda tem continuidade por meio dos cursos de licenciatura nas Instituições de Ensino Superior. A proposta defendida aqui é a

necessidade de mudança dos currículos dos cursos de licenciatura incluindo a capacitação dos docentes para inclusão. Cabe lembrar que, uma sociedade inclusiva tem o compromisso com as minorias e a democracia só concretizará de fato, se estes estiverem incluídos.

Mediante todo o exposto, fica evidente que a criação da lei, não serve como garantia da mesma se não houver ações que visem o preparo antes mesmo da implementação. O êxito da política de inclusão de alunos com deficiência no ensino depende, em primeiro lugar, de uma mudança na educação como um todo, desde a preparação dos ambientes, levando em consideração a infraestrutura e os recursos pedagógicos como também a preparação de profissionais fora e dentro dos cursos de licenciaturas para a demanda.

Referências:

BAPTISTA, Cláudio Roberto (org.) *Inclusão e Escolarização: Múltiplas Perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2009;

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira** (Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996). Ministério da Educação. Brasília, DF, 2001 a;

BRASIL. MEC/SEE. **Política Nacional de educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Revista Inclusão, v.4, nº 1, 2008, Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task. Acesso em: 08/08/2014;

BRASIL. MEC/SEESP. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. (Conselho Nacional de Educação, Resolução no. 02 de 11 de setembro de 2001). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. DF, 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 01/08/2014.

BRASIL. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (org.) **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. 2ª ed. rev. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/wp-content/uploads/2012/Ed_Inclusiva/cartilha_acesso_deficientes.pdf>. Acesso em: 08/08/2014.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** Coleção Primeiros Passos. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2007.

FERREIRA, Windyz Brazão. **Educar na Diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular**. In **Ensaio Pedagógicos, Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. Brasília, Distrito Federal, 2006. 146 p. pp. 125-132. (ISBN 978 – 85 - 60331 - 00 – 0).

IBGE. **CENSO Demográfico, 2000**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SKLIAR, C. (Org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação. 1998.

_____. (Org.) **Educação e exclusão: Abordagens Sócio-antropológicas em educação especial.** Porto Alegre: Mediação, 1997, p.7 a 79.

**Revista Vernáculo, nº 36
2º sem/2015**

Publicado em Julho de 2015.

**ISSN 2317-4021
<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>**